



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MYRNA LORENA LIMA RAMOS

**“NA CALÇADA, PRA PLANEJAR, PRA SONHAR”: A ESPACIALIZAÇÃO DO
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO CEARÁ**

FORTALEZA

2022

MYRNA LORENA LIMA RAMOS

“NA CALÇADA, PRA PLANEJAR, PRA SONHAR”: A ESPACIALIZAÇÃO DO
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica territorial e ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro
Gomes de Alencar

FORTALEZA

2022

MYRNA LORENA LIMA RAMOS

“NA CALÇADA, PRA PLANEJAR, PRA SONHAR”: A ESPACIALIZAÇÃO DO
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica territorial e ambiental.

Aprovada em: 29/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Francisco Amaro Gomes de Alencar (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Guiomar Inez Germani
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profa. Dra. Vlândia da Silva Souza
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

AGRADECIMENTOS

A trajetória de construção de um trabalho tem como menor intervalo de tempo, a redação da pesquisa, neste caso, a escrita da dissertação de mestrado, que é a parte mais solitária do processo. Porém, todo o caminho que nos traz ao momento da escrita, é permeado por presenças. De quem nos fez querer estar aqui e escolher um tema, de quem nos auxiliou nas etapas da pesquisa, das pessoas que nos ensinaram a enxergar a realidade com a complexidade que ela exige e de todos aqueles e aquelas que, em algum momento, contribuíram para que a caminhada fosse possível. Por essas e tantas outras razões não posso dizer que este trabalho foi feito apenas por mim. É um trabalho possibilitado por várias outras mãos.

Agradeço principalmente aos meus pais por todo o apoio durante minha vida escolar e principalmente pela confiança no meu trabalho e na minha vontade de seguir fazendo o que amo e acredito.

Agradeço também aos grandes amigos que o cotidiano no Departamento de Geografia da UFC me proporcionou: Fabiano, Letícia, Débora, Raquel, Harina, Felipe, Aurislane, Cláudio, Gisleidy e tantos outros. Da mesma forma, agradeço aos amigos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Regional do Cariri (URCA) que conheci nas idas e vindas dos encontros estudantis entre as escolas de Geografia do Ceará: Diego, Carla, Vinicius, Vanessa e João Victor. Com essas pessoas incríveis compartilhei momentos de leveza, alegria, aprendizado e afeto. As dimensões pessoal e política das nossas vidas ficam mais fortalecidas no encontro com o outro, e a Universidade também pode ser lugar desses encontros.

Um gigantesco obrigada às amigas que conheci ainda durante o ensino básico: Bianca e Thays. Cresci ao lado delas na infância e adolescência, e sigo crescendo até hoje. Foi com vocês que fortifiquei muito do que entendo hoje como autoestima, autocompaixão e autocuidado. Em toda trajetória, a presença destes três elementos é valiosa e necessária.

Toda minha gratidão aos companheiros e companheiras do Movimento dos Atingidos por Barragens que tive a alegria de conhecer nesse processo e que sempre estiveram tão dispostos a contribuir com a realização desta pesquisa: Josivaldo, Marina, Roberto, Samuel, Evanilson, Lívia, Mércia, Palloma, Beatriz, Naiane, Nara, Valdeci, Ana Vitória e Klécia. Nenhuma etapa deste trabalho seria possível sem a

participação de vocês que construíram e constroem diariamente a história e a geografia desta organização no Ceará e no Brasil. Ainda tenho muito a aprender, pois o MAB segue me modificando enquanto ser humano, pesquisadora e militante. Obrigada!

Agradeço aos companheiros e companheiras do Laboratório de Estudos Agrários, Territoriais e Educacionais (LEATE): Bruna, Israel, Juliana, Daniel, Amisterdam, Emily, Rayane, Karine, Valdenia e todas as outras pessoas com quem tive o prazer de trabalhar nos últimos quatro anos, desde que entrei no Laboratório, em 2018. Foi com o auxílio de vocês que consegui ingressar na pós-graduação, desenvolver trabalhos no decorrer do Curso de Mestrado e me identificar política, científica e pessoalmente com este grupo comprometido com uma Geografia das lutas sociais.

Uma pessoa que teve e tem um papel muito importante na consolidação deste trabalho foi meu orientador, professor Amaro Alencar. Obrigada por ser um educador de fato, que nos ajuda a exercitar a autonomia, o respeito pelos saberes dos homens e mulheres do campo e por nos mostrar que precisamos ter a humildade de entender que nunca seremos sujeitos finalizados. Sempre teremos muito a aprender. E essa perspectiva sobre o conhecimento faz toda a diferença não só no processo de pesquisar, mas também em outras dimensões da vida. Obrigada pela paciência, pelas sugestões, indicações de leitura e pela dedicação de sempre.

Agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo fornecimento do suporte à efetivação da pesquisa aqui relatada.

Por fim, agradeço imensamente aos atingidos e atingidas pela barragem do Castanhão, que são os autores e autoras das histórias citadas ao longo desta dissertação. É por conta do compartilhamento de suas memórias sobre as lutas empreendidas a favor de seus direitos que este trabalho pôde ser realizado, o que torna, entre outras razões, os atingidos e atingidas que fizeram parte do nascimento do MAB no Ceará, sujeitos da pesquisa.

O processo social que se procura entender *não* é um objeto de investigação: é uma causa, uma paixão. Esse posicionamento causará arrepios e um dar de ombros por parte de muitos: é uma obra engajada, que não é, portanto, residência da ciência. Haveria uma multidão de argumentos teóricos para replicar, mas prefiro não seguir esse caminho. Não indaguei, pois, do surgimento da paixão: apaixonei-me apenas; e entrei na corrente, deixei o barco correr. (OLIVEIRA, 1993, p. 13)

RESUMO

Água e energia são recursos fundamentais para a acumulação de capital, principalmente no atual momento de seu desenvolvimento. Paralelamente, os principais meios de obtenção desses recursos são responsáveis por promover tentativas de dominação e produzir espaços de reprodução do capital. Porém, a espacialização destas tentativas de dominação não se dá sem resistência, e estes processos de resistência também têm espacialidades. Diante do exposto, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é, desde o ano de sua nacionalização em 1991, o representante mais expressivo da luta dos atingidos e atingidas por barragens no Brasil. Apresento, nesta pesquisa, a espacialização do MAB no Ceará, que se deu a partir da construção da Barragem do Castanhão, realizada entre os anos de 1995 e 2003. A obra, planejada durante o Governo das Mudanças ainda na década de 1980, atingiu os municípios de Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaratama e Alto Santo. Também apresento como se deu a espacialização do MAB no Estado a partir da implementação de objetos técnicos no espaço e da formação de Regiões de atuação do Movimento. Elenco enquanto objetivo geral da pesquisa em desenvolvimento discutir o processo de espacialização do Movimento dos Atingidos por Barragens no Estado do Ceará. Tenho como objetivos específicos interpretar o processo de nascimento do MAB no Ceará; entender a especificidade do MAB no Ceará a partir de uma perspectiva escalar e compreender quais são os espaços construídos pelo MAB no Estado. A metodologia desta pesquisa está dividida em três etapas. A primeira corresponde ao levantamento bibliográfico do material já produzido acerca do estudo e à pesquisa documental; a segunda etapa é a realização de trabalho de campo de caráter exploratório associado a entrevistas não-estruturadas de tipo focalizada e observação participante (MARCONI e LAKATOS, 2003); e a terceira etapa corresponde à transcrição dos áudios das entrevistas, organização das informações obtidas a partir da pesquisa documental e redação da dissertação. Esta dissertação contém cinco capítulos: O primeiro apresenta uma introdução acerca do tema estudado; No segundo capítulo apresento o embasamento teórico utilizado na pesquisa aqui relatada. No terceiro capítulo discuto o nascimento do MAB no Brasil e a atuação escalar do Movimento; Por fim, apresento o processo de surgimento e

especialização do MAB no Ceará, salientando as regiões onde o Movimento atua no estado e a concepção de região de atuação tida pelo MAB no Ceará.

Palavras-Chave: movimento dos atingidos por barragens; especialização; Ceará.

ABSTRACT

Water and energy are fundamental resources for the capital accumulation, especially at the present moment of its development. At the same time, the main means of obtaining these resources are responsible for promoting attempts at domination and producing spaces for capital reproduction. However, the spatialization of these attempts of domination does not occur without resistance, and these processes of resistance also have spatialities. In light of the above, the Movement of People Affected by Dams (MAB) has been, since the year of its nationalization in 1991, the most expressive representative of the struggle of those affected and affected by dams in Brazil. In this research, I present the genesis of MAB in Ceará, which was born with the construction of the Castanho Dam. The dam work, carried out between 1995 and 2003, planned during the Government of Changes in the 1980s, reached the municipalities of Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaretama and Alto Santo. I also present how the spatialization of MAB occurred in the State from the implementation of technical objects in space and the formation of Movement's Regions of action. Cast as the general objective of the research in development to discuss the process of spatialization of the Movement of People Affected by Dams in the State of Ceará. I have as specific objectives to interpret the birth process of MAB in Ceará; understand the specificity of MAB in Ceará from a scalar perspective and understand which are the spaces built by MAB in the state. The methodology of this research is divided into three stages. The first corresponds to the bibliographical survey of the material already produced about the study and documentary research; the second stage is carrying out exploratory field work associated with non-structured focused interviews and participant observation (MARCONI and LAKATOS, 2003); and the third stage corresponds to the transcription of the interview audios, information's organization obtained from the documentary research and writing of the dissertation. This dissertation contains five chapters: The first presents an introduction about the subject studied; In the second chapter I present the theoretical basis used in the research reported here. In the third chapter I discuss the birth of the MAB in Brazil and the scalar performance of the Movement; Finally, I present the process of emergence and spatialization of the MAB in Ceará, highlighting the regions where the Movement

operates in the state and the conception of the region of action taken by the MAB in Ceará.

Key words: Movement of People Affected by Dams; Spatialization; Ceará.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano para o Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
CD	Conselhos de Descentralização
CDDHSF	Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEPIS	Centro de Educação Popular
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPS	Conselhos de Participação da Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CRDS	Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DERT	Departamento de Estradas e Obras Públicas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPES	Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior
FBP	Frente Brasil Popular
GEVJ	Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe
GMC	Grupo Multiparticipativo do Castanhão
GPI	Grandes Projetos de Investimentos
GTI	Grupos de Trabalho Internos
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IFC	International Financial Corporation
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ITASA	Itá Energética S.A.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAESA	Machadinho Energética S.A.
MAR	Movimento del Afectados por Represas
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
PAB	Populações Atingidas por Barragens
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDMA	Plano Diretor de Meio Ambiente
PEAB	Política Estadual dos Atingidos por Barragens
PIN	Plano de Integração Nacional
PISF	Projeto de Integração do Rio São Francisco
PNAB	Política Nacional dos Atingidos por Barragens
PND	Plano Nacional de Desestatização

POCAE	Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia
PT	Partido dos Trabalhadores
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEAGRI	Secretaria de Agricultura e Pecuária
SIN	Sistema Interligado Nacional
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Histórico acadêmico e profissional.....	14
1.2	Considerações introdutórias sobre a pesquisa.....	20
2	PERCURSO TEÓRICO DA PESQUISA	27
3	O NASCIMENTO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL	40
3.1	Considerações sobre o setor elétrico e a construção de usinas hidrelétricas no Brasil.....	40
3.2	O nascimento do MAB no Brasil.....	47
3.3	O MAB e a questão escalar.....	54
4	“NA CALÇADA, PRA PLANEJAR, PRA SONHAR”: A ESPACIALIZAÇÃO DO MAB NO CEARÁ	61
4.1	Breve histórico das medidas relativas às secas no Ceará.....	61
4.2	Entre atores e conflitos: O nascimento do MAB no Ceará.....	69
4.3	“No Alagamar a gente não vai aceitar esse ciclo”: O MAB e a luta pelo Reassentamento Novo Alagamar.....	84
4.4	O MAB Ceará e as Regiões de atuação.....	98
5	PARA NÃO CONCLUIR	108
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICE A – ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA FOCALIZADA	116
	ANEXO A – DOCUMENTO DO ESTADO SOBRE O I CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS	117
	ANEXO B – ESQUEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS E AÇÕES DA BARRAGEM CASTANHÃO	121
	ANEXO C – CRITÉRIOS PARA REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO CASTANHÃO	122

1. INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho não seria possível sem uma série de condicionantes que fizeram parte daquilo que ele é: um processo acadêmico, pessoal, profissional e político. Por isso, antes de apresentar o relatório da pesquisa, considero indispensável escrever sobre o caminho que levou à escolha do tema, caminho este que de maneira nenhuma foi individual.

1.1 Histórico acadêmico e profissional

Apesar de ter ingressado no curso de Geografia em julho de 2014, aos 18 anos de idade, minha história com esta ciência se iniciou quando eu ainda era criança e teve vários meandros até eu chegar na escolha do tema desta pesquisa. Com as leituras de Paulo Freire aprendi que ninguém nasce professor, mas forma-se professor. E acredito que essa premissa se desdobra para a minha relação com a Geografia, para a formação docente e para a relação das outras pessoas com suas respectivas áreas do conhecimento.

Por volta dos anos de 2004 e 2005, tive acesso a uma série de livros didáticos de Geografia e alguns atlas que minha mãe, enquanto professora, ganhava de conhecidos. Enquanto folheava aqueles materiais percebi que aquele conteúdo despertava em mim um interesse enorme e que me faziam sentir vontade não só de conhecer, mas de entender realidades além da minha, e lugares além do meu. Esse interesse continuou vivo durante toda a minha vida escolar, mesmo quando, no ensino médio, passei a ignorar a ideia de escolher para o ensino superior a área do conhecimento que realmente me fazia ter anseio em aprender, pois afinal, quem deseja fazer uma licenciatura e ainda mais em Geografia acaba ouvindo muitas falas desestimulantes.

Em 2013 ingressei no curso de Letras (Português/Inglês), na Universidade Federal do Ceará. Não foi nenhuma surpresa para mim a desistência, alguns meses depois, já que era nítido não só para mim, como para outras pessoas próximas, que meu empenho no curso era insuficiente e que a causa disso era meu pouco ânimo para trilhar aquele caminho que não me parecia meu.

Fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) novamente em 2013 e em 2014 abracei o curso que sempre quis fazer, embora ainda receosa. Em julho de 2014

inicieu meu primeiro semestre no bacharelado em Geografia na UFC. Coincidentemente em 2014 ocorreram as eleições presidenciais no Brasil. Foi um momento de muita polarização e disputa ideológica que, por ocorrer em consonância com a minha entrada em uma universidade pública, fez parte da construção da minha consciência de classe e do meu entendimento sobre minha posição no mundo.

Em 2015 ingressei no Centro Acadêmico Amélia Alba (CAAA), e participei da construção do XXIII Encontro Estadual dos Estudantes de Geografia do Ceará (EEEGE/CE), sediado na UFC, que foi um marco na minha compreensão sobre a importância da articulação política com outros Cursos de Geografia do Estado do Ceará. Ressalto aqui o quanto a construção do CAAA, nas quatro gestões que compus, agregou no meu entendimento sobre o processo de luta e de conquista de direitos, bem como, da realidade enquanto totalidade em que as lutas específicas não se desvinculam da luta geral por uma sociedade mais justa.

Em 2015 tive minha primeira bolsa, na área de Geoprocessamento, e foi o ano em que decidi pôr em prática por completo minha vontade, que era de me formar professora de Geografia. Consegui mudar a habilitação do curso para Licenciatura, e já iniciei o terceiro semestre, em agosto de 2015, como licencianda. Comecei então a cursar as disciplinas relativas ao Ensino de Geografia e no semestre seguinte, já em 2016, me tornei bolsista do Programa de Iniciação à docência, como monitora da disciplina de Oficina Geográfica II: Material Audiovisual, e ingressei no Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos (LEGES).

Em dezembro de 2015 tive uma das mais marcantes experiências no curso de Geografia, e que foi decisiva quanto ao caminho que eu escolhi seguir alguns anos depois: A aula de campo da disciplina de Geografia Agrária. Nesta aula de campo fomos ao município de Monsenhor Tabosa, localizado na macrorregião do Sertão dos Inhamuns. Esta aula de campo teve duração de uma semana. Fomos ao Assentamento Rural Santana, à Comunidade Quilombola do Boqueirão, ao Território Indígena do Povo Caceteiro e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Monsenhor Tabosa.

Antes desta aula de campo eu não tinha refletido sobre a dimensão e a diversidade do espaço agrário cearense, das desigualdades às quais são submetidos os povos do campo, em especial as populações indígenas e quilombolas não só do Ceará, mas de todo o Brasil. Foi também o momento de desmistificar a ideia

preconceituosa que a mídia burguesa desenvolveu e desenvolve em nossas mentes sobre o que é um Assentamento Rural, ao conhecermos o Assentamento Santana e a Escola do Campo Florestan Fernandes, uma das 11 escolas do campo cearenses e vinculadas ao Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Durante estes 4 dias de trabalho, começou um processo de formação da germinação de uma semente que brotou anos depois em mim. O fruto, a Geografia Agrária, deu outro sentido para minha vida e militância política.

O ano de 2016 culminou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55, mais conhecida como a PEC do teto de gastos. Com as ameaças ao sucateamento da universidade pública propostas durante o governo interino de Michel Temer, ocorreu a ocupação do Departamento de Geografia da UFC pelos estudantes nos meses de novembro e dezembro de 2016. Esse processo se desdobrou em diversos outros cursos da universidade e culminou na greve estudantil de 2016. Foi uma experiência de grande mobilização estudantil e de construção de espaços de discussão da realidade brasileira naquela conjuntura. Neste ano também ocorreu a eleição da segunda gestão do CAAA da qual participei, chamada Geografia em Movimento e o XXIV EEEGE, na Universidade Regional do Cariri (URCA). Foi neste evento que as escolas de Geografia do Ceará consolidaram uma articulação política e onde conheci grandes companheiros da URCA e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Nos reencontramos nos anos seguintes nos XXV e XXVI EEEGEs, realizados, respectivamente, na UECE em 2018 e na URCA em 2019, nas Semanas de Geografia da URCA e da UECE, e que seguem ao meu lado na minha trajetória acadêmica, política e pessoal. O processo de organização e luta estudantil também tem uma dimensão afetiva, de diálogo e de partilha.

Uma das atividades necessárias e transformadoras das quais participei durante a minha graduação foi a desafiadora realização dos Estágios Curriculares Supervisionados nas escolas públicas. Foram 4 semestres de exercício, da formação de uma professora-pesquisadora, que desconhecia realidades existentes a metros de casa. Estagiei em quatro escolas públicas, localizadas em três diferentes bairros de Fortaleza, sendo um deles o bairro em que cresci, e em cada vivência percebia as profundas desigualdades educacionais e socioespaciais na cidade de Fortaleza, mesmo no interior do sistema público de ensino. Nesse processo destaco a

participação dos professores Edivani Barbosa, Christian Dennys e Alexandra Oliveira, no auxílio à reflexão e à ação acerca dos espaços educacionais e das práticas docentes as quais eu estava acessando, vivenciando e pesquisando.

Nesses 8 anos em que estive na UFC, o ano de 2017 foi o de maiores desafios, escolhas e transformações. A afinidade que eu havia sentido com a Geografia Agrária no terceiro semestre da graduação seguiu me convidando a modificar meu caminho e buscar uma nova experiência. Este anseio se intensificou ao longo dos anos em que tive acesso às atividades promovidas pelo Laboratório de Estudos Agrários, Territoriais e Educacionais (LEATE), e por sentir que minha trajetória acadêmica precisava de um direcionamento coerente com minha perspectiva de pensamento sobre a atuação da Geografia e da geógrafa na realidade. Foi então que em novembro de 2017 decidi ir à aula de campo de Geografia Agrária daquele semestre, que ocorreu no Cariri cearense.

Naquele momento eu estava no 7º semestre da graduação, período normalmente considerado tardio para mudanças bruscas nas linhas de pesquisa. Porém, a experiência na aula de campo foi o suficiente para me fazer decidir mudar de vez meu caminho. Costumo dizer que até aquela semana minha visão estava turva e fragmentada quanto ao meu futuro na Geografia. Ao conhecer o Quilombo Carcará, no Município de Potengi; o Assentamento 10 de abril, no Crato, e a comunidade do Baixio das Palmeiras, também no Crato, percebi o quanto as mulheres são ativas nos processos de resistência dos povos do campo, e lembrei também das demais vivências que tive em aulas de campo no interior, não só do Ceará, mas de outros estados do Nordeste. Foi então que decidi ingressar no LEATE e escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a Geografia Política da relação entre gênero e Educação do Campo.

No ano seguinte, em 2018, iniciei o trabalho como monitora de Geografia Agrária. Foi um ano que dediquei à aproximação com a Geografia Agrária tanto por meio da monitoria, quanto por meio da participação nas disciplinas de Tópicos Especiais em Geografia Agrária, ministrada pelos professores Amaro e Levi, e de Tópicos Especiais em Educação do Campo, ministrada pelos professores Amaro, Edivani e Levi. Como monitora, participei de aulas de campo nos municípios de Canindé, Itapipoca e Santana do Acaraú, nos quais conheci mais duas escolas do campo: a Escola do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré, no Assentamento

Santana da Cal, em Canindé/CE e a Escola do Campo José Fidelis de Moura, no Assentamento Conceição do Bonfim, em Santana do Acaraú/CE. Em Itapipoca visitamos a Comunidade Quilombola de Nazaré, na qual conheci mais uma liderança feminina do campo que luta diariamente pelos direitos e pela melhora nas condições de vida dos povos quilombolas no Ceará e no Brasil.

Em 2018 participei também do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV/CE), organizado pelo Levante Popular da Juventude, pelo MST e pelo MAB, no qual os participantes tiveram 15 dias de formações políticas ministradas pelos militantes dos Movimentos, no Assentamento Transval, em Canindé/CE e 4 dias de vivência em áreas de reforma agrária, mais especificamente no Assentamento Maceió, em Itapipoca/CE. Nestes dias pude revigorar a vontade de escrever sobre as relações de gênero no campo ao ter contato com mais lideranças femininas nos assentamentos em que estive.

No final do ano de 2018 conclui o Curso de Licenciatura Plena em Geografia, com TCC intitulado Uma Geografia Política da Relação Gênero e Educação do Campo. Neste trabalho busquei compreender a construção de novos espaços de sociabilidades de gênero através da educação do campo. Em todo esse processo, para além da construção do trabalho, entendi que sempre há muito a aprender e a ouvir dos homens e mulheres do campo cearense e brasileiro que historicamente lutam contra a expulsão de suas terras, a favor de políticas públicas, pela manutenção de seus espaços de vida e por um outro modelo de sociedade.

Decidi então que gostaria de continuar estudando os movimentos sociais do campo, o campesinato, bem como, permanecer no Departamento de Geografia da UFC, lugar onde passei por tantas mudanças e momentos da minha vida acadêmica e pessoal, afinal, em 2019 completaram-se 5 anos desde minha entrada no curso de Geografia. Juntamente ao meu orientador, decidimos em 2019 levar ao mestrado um projeto de pesquisa sobre a espacialização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Ceará. Com os contatos iniciais fui me aproximando do movimento, conhecendo-o melhor e procurando entender suas pautas gerais e específicas. Assim, fui criando um laço de afinidade e admiração pelo MAB, assumindo assim um compromisso com o sujeito desta pesquisa. A aproximação do MAB foi um dos grandes ganhos desse processo, pois as relações políticas e afetivas que se construíram ultrapassam as fronteiras da academia.

No primeiro semestre do mestrado cursei as disciplinas de Espaço Agrário e Relações de Poder, ministrada pelos professores Amaro e Levi, e de Estado e Classes Sociais no Brasil, ministrada pelo professor Jawdat no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Em Espaço Agrário e Relações de Poder consegui compreender melhor o funcionamento do Estado capitalista, assim como os desdobramentos dessa estrutura nas transformações espaciais, com destaque para o espaço agrário brasileiro e cearense no século XX e os atores envolvidos nesse processo, o que me auxiliou no entendimento do sujeito de minha pesquisa.

A disciplina de Estado e Classes Sociais no Brasil contribuiu bastante na escrita do segundo capítulo deste trabalho, ao me fornecer elementos para entender que o processo de geração de energia no Brasil tem amplas vinculações com relações internas e principalmente externas entre frações de classes, ainda mais em um país como o Brasil, historicamente subordinado aos ditames do capital internacional.

O ano de 2020 iniciou com a pandemia do coronavírus, o que tornou a trajetória da pesquisa mais restrita. Apesar de não conseguir realizar trabalhos de campo sistematizados durante este ano, estreitei minhas relações com o MAB durante este momento e para além da pesquisa, pois foi possível participar, à distância, de espaços que em outros contextos talvez não fosse possível.

Cursei de forma remota, no segundo semestre, as disciplinas de Espaço, Território, Paisagem e Região, com os professores José Bozzarchiolo e Alexandra Muniz, e de História Social: perspectivas e abordagens, com o professor Frederico Neves, do Programa de Pós-Graduação em História. A disciplina relativa aos conceitos da geografia foi importante para a construção de parte do referencial teórico desta pesquisa.

Em História Social, perspectivas e abordagens, ampliei minha perspectiva sobre o que é um movimento social, e sobre as formas cotidianas de resistência, que usualmente são concebidas enquanto individuais e imediatas, e o caráter infrapolítico dos grupos, que existe para além do que é dito ou definido acerca de um movimento por ele próprio. Foi nesta disciplina que agreguei à pesquisa uma ideia que me permitiu escrever com mais fluidez e menos rigidez. O importante não é definir o movimento social, não é dizer o que ele é. Mas sim o que ele *está sendo*.

Apresento então, no texto a seguir, a pesquisa aqui relatada.

1.2 Considerações introdutórias sobre a pesquisa

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é, desde a década de 90 do século XX, quando ocorreu sua nacionalização no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens em 1991, o representante mais expressivo da luta pelos interesses dos atingidos por barragens no Brasil e contra a privatização da água e da energia.

A água e energia, enquanto componentes da natureza, são fundamentais para a manutenção da vida. Entretanto, através das técnicas, enquanto meios instrumentais e sociais de realização da vida e produção do espaço, conforme apontado por Santos (2017), a sociedade posiciona objetos naturais como objetos técnicos a partir do seu uso possível no interior de um sistema da realidade. No modo capitalista de produção e principalmente no atual momento de seu desenvolvimento, água e energia são recursos cruciais no incremento da acumulação, por serem mantenedoras dos processos de produção, distribuição, circulação e consumo de mercadorias, assim como da operação de serviços e de tecnologias da informação.

Paralelamente, os principais meios de obtenção desses recursos por parte do capital são responsáveis por intensificar transformações espaciais - das quais são exemplos barragens com as mais diversas finalidades - que representam tentativas de dominação e vulnerabilização de grupos sociais. Porém, a espacialização destas tentativas de dominação não se dá sem resistência, e estes processos de resistência também têm espacialidades.

O nascimento do MAB no Brasil está diretamente ligado a essas tentativas de dominação por parte do capital sobre esses recursos, principalmente por meio da construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) em território nacional, processo que apesar de ter se iniciado no final do século XIX, com o objetivo de alimentar as demandas da indústria nascente no País, se intensificou nos anos 1960 com o advento da ditadura militar.

Foi um período de incisiva penetração do capital externo na economia e na sociedade brasileira, de celeridade na construção de UHEs no País e de violência e repressão às mobilizações populares. Ao mesmo tempo, as populações atingidas por esses empreendimentos eram invisibilizadas e colocadas em segundo plano. A região de inserção da barragem, as pessoas, o meio ambiente, e tudo mais que a compunha,

nesta lógica, era visualizada em função da barragem, sob a retórica do desenvolvimento nacional (VAINER e ARAÚJO, 1992).

Simultaneamente, experiências de resistência se articularam ao longo dos anos e culminaram na criação e nacionalização do MAB, no início da década de 1990. Com a privatização de partes do circuito do setor elétrico, aprovada na mesma década durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e acarretada pelo Plano Nacional de Desestatização (PND)¹, a interlocução dos atingidos se deslocou do Estado para os grandes grupos econômicos que controlavam fases do circuito produtivo da energia elétrica no Brasil.

Assim, ao longo dos anos o MAB, foi aprofundando sua análise sobre as origens das violações de direitos sofridas pelos atingidos e atingidas por barragens no Brasil. Em 2020, o Movimento contribui com a organização de populações atingidas em 19 estados², na luta por direitos e pela transformação social, contemplando ao movimento outras realidades específicas de atingimentos, a exemplo das obras de infraestrutura hídrica e das barragens para acúmulo de rejeitos de mineração.

No Ceará, a realidade específica de atuação do MAB não incorpora a construção de barragens para geração de energia hidrelétrica, por conta, entre outros fatores, das características geomorfológicas e climáticas do Estado que não condicionam a existência de rios perenes. A gênese do MAB no Estado também esteve interligada a processos de transformação espacial, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Esse processo conta com especificidades em relação à natureza dessas transformações, que estão relacionadas com as características socioculturais e econômicas do Ceará e com as novas perspectivas sobre a gestão das águas no Estado, especialmente nas décadas supracitadas, quando mudanças ocorreram, a despeito dos novos elementos, utilizando a retórica do desenvolvimento, da modernização e do combate às secas.

Durante décadas a política relacionada às secas no Ceará foi caracterizada por soluções que envolveram obras de açudagem, poços profundos, construção de estradas e ferrovias, bem como outras obras públicas, associadas à utilização do

¹ O PND foi instituído pela Lei nº 8031 de 12/04/1990 e revogado pela Lei nº 9491 de 09/09/1997.

² Região Norte: Amapá, Pará, Rondônia e Tocantins; Região Nordeste: Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí; Região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; Região Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Região Centro-Oeste: Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso.

trabalho dos afetados e afetadas pelas secas nestas obras, as chamadas frentes de serviço, ou frentes de emergência, e pela aglomeração de pessoas afetadas pelas secas em campos de concentração empreendidos pelo Estado. Simultaneamente, no fim do século XIX e em boa parte do século XX, o Ceará experimentou ações de massas que iam desde a invasão de prédios públicos a saques em estabelecimentos comerciais por parte da população fortemente afetada pelos efeitos das secas (NEVES, 2000), o que era indicativo da pouca eficácia das medidas empreendidas.

O surgimento do MAB no Ceará se deu, contraditoriamente, a partir da organização das famílias atingidas pela construção da barragem do Castanhão, localizada a cerca de 230 quilômetros de Fortaleza, que atingiu os municípios de Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe e Alto Santo, quando mesmo o percentual de atingidos pela barragem sendo de maioria rural (cerca de 60%), grande parte dos reassentamentos rurais ainda não existia (ARAÚJO, 2006). Com capacidade de 6 700 hectômetros cúbicos, o que equivale a 6 700 000 000 metros cúbicos, o Castanhão é a maior barragem brasileira em rios intermitentes para múltiplos usos, de construção iniciada em 1995 com o objetivo principal de fornecer água para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, para o agronegócio localizado nas terras férteis da Chapada do Apodi e para abastecimento urbano da Região Metropolitana de Fortaleza (COGERH, 2023); (ALVES, 2019).

Com o incremento e espacialização do setor produtivo no Ceará nos anos seguintes, expandiu-se também a espacialização da resistência e a atuação do MAB no Estado. Esse processo, apesar de iniciado a partir da inserção de um empreendimento no espaço, têm espacialidades próprias. Essas espacialidades, apesar de não estarem desvinculadas das condições objetivas do espaço transformado, têm uma outra intencionalidade e uma forma de ação distinta, condizente com os interesses dos atingidos.

Diante do exposto, trago a problemática central deste trabalho: A partir da contraditória dimensão espacial da dinâmica social, como ocorre a espacialização do Movimento no Estado, tendo como referência o entendimento do potencial construtor de espaços tido pelos movimentos sociais?

Elenco enquanto objetivo geral da pesquisa em desenvolvimento discutir o processo de espacialização do Movimento dos Atingidos por Barragens no Estado do Ceará. Tenho como objetivos específicos interpretar o processo de nascimento do

MAB no Ceará; entender a especificidade do MAB no Ceará a partir de uma perspectiva escalar e compreender quais são os espaços construídos pelo MAB no Estado.

Justifico a realização dessa pesquisa a partir do olhar que desenvolvi sobre os movimentos sociais no decorrer de minha trajetória acadêmica. Desde que iniciei os estudos sobre movimentos sociais, no ano de 2018, percebo nas revisões bibliográficas feitas que há muito a ser desenvolvido na ciência geográfica a respeito da relação dos movimentos sociais com o espaço. O caminhar no sentido de uma Geografia dos Movimentos Sociais, Sindicais e Pastorais é um dos motores deste estudo, principalmente quando o sujeito da pesquisa está nos sertões semiáridos do Ceará, um estado de dinâmica espacial e histórica que tem sua construção sob a resistência dos vários povos do campo a exemplo do sertanejo, do vaqueiro, pescador artesanal, quilombolas, indígenas, ciganos, da mulher rendeira, bordadeira, entre outros. A construção geohistórica dessa estrutura socioespacial de subjugo, despertou-me o interesse e a necessidade em discutir a especificidade do MAB no Ceará.

Outro elemento que compõe a justificativa deste trabalho é o entendimento que tenho da importância de se olhar o espaço a partir de suas correlações. Os componentes do espaço não estão isolados e não são independentes, nem mesmo o que surge em contradição a algo. Nesse sentido, toda produção do espaço revela uma intencionalidade, e por meio deste trabalho busco evidenciar essa característica do espaço. O olhar geograficamente para o MAB, que é um movimento que luta pelos direitos das populações atingidas por barragens e por um outro modelo de sociedade, é um esforço localizado, mas que intenciona contribuir com o alcance deste horizonte.

Vamos à justificativa que está na epígrafe deste relatório de pesquisa. Chico de Oliveira (1993) escreveu, ao estudar o nordeste brasileiro, que o processo social que se buscava entender não era apenas um objeto de investigação. Era uma causa. Uma paixão. Ao longo desses quase três anos de pesquisa, dificultada por um contexto de pandemia mundial, foi sendo construída cotidianamente uma relação de afeição, respeito, admiração com o MAB que transcende estas páginas escritas. Este trabalho só foi possível porque não compreendo o MAB como o objeto, mas, como sujeito da pesquisa, do qual me aproximei aos poucos, através das ações da militância, nas conversas com as comunidades, nos diálogos com quem está no Movimento há anos, com quem entrou há poucos meses, nos espaços de formação

de militantes, entre outras experiências. Posso dizer que construí uma pesquisa e que sigo a construindo, mas que também a pesquisa modificou e construiu a pesquisadora, nas dimensões profissional, política e pessoal. Como nos ensinaram Marx e Engels “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (2007, p. 94).

A pesquisa aqui relatada, tem uma abordagem qualitativa, que permite a visualização da realidade como sendo vinculada diretamente aos sujeitos que a constroem (ANDRADE E SCHIMIDT, 2015). Considerar as apreensões destes sujeitos acerca do mundo real é, então, fundamental. Portanto, busquei garantir a coerência do processo investigativo no decorrer do estudo, bem como, a classificação desta pesquisa como sendo exploratória (Gil, 2002), intentando a construção de ideias acerca da problemática e a consideração dos mais diversos elementos relativos ao sujeito estudado, o que evidencia a amplitude da questão empreendida. Nesse sentido, é importante demarcar que a pesquisa aqui relatada foi feita, em sua maior parte, no contexto de pandemia mundial do coronavírus. Este fato influencia bastante o andamento de todo o processo, este sendo mais complexo e restrito.

A metodologia desta pesquisa está dividida em três etapas. A primeira corresponde ao levantamento bibliográfico do material já produzido acerca do estudo e à pesquisa documental realizada em cartilhas, mapas, relatórios de pesquisa, documentos, entre outras fontes disponibilizadas pelo MAB. Consegui ter acesso a alguns cadernos de formação dos grupos de base do MAB, cartilhas de afirmações dos encontros nacionais do MAB e relatórios institucionais realizados em conjunto com o Movimento. Acessei também documentos de cunho institucional da instância estadual acerca do processo de construção do Castanhão e do reassentamento das famílias atingidas. Estes documentos foram obtidos juntamente ao Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE). Já os documentos advindos da instância federal foram obtidos em pesquisa virtual no Arquivo Nacional. Com a pesquisa documental relatada busquei compreender as condições objetivas do período de nascimento do MAB no Ceará, bem como entender a partir das cartilhas do Movimento, os objetivos do Movimento em escala nacional e seus desdobramentos no Estado.

A segunda etapa é a realização de trabalho de campo de caráter exploratório associado a entrevistas não-estruturadas de tipo focalizada e observação participante

(MARCONI e LAKATOS, 2003). Este tipo de entrevista é caracterizado pela existência prévia de um roteiro de tópicos relativos ao problema estudado, em que há liberdade, por parte do entrevistador, de fazer perguntas livremente de acordo com suas razões e motivos (MARKONI e LAKATOS, 2003). Com as entrevistas busquei o alcance parcial dos objetivos de compreensão do nascimento do MAB e dos espaços construídos pelo MAB. Devido ao fato de a pesquisa ter se desdobrado, em sua maior parte, durante a pandemia do coronavírus, realizei apenas um trabalho de campo, que ocorreu no Reassentamento Novo Alagamar, município de Jaguaratama/CE, durante os dias 26, 27 e 28 de outubro de 2021. O trabalho de campo foi feito durante a capacitação do Projeto Energizar, efetuada pelo MAB na comunidade, que teve como finalidade a construção de biodigestores nas residências em substituição ao uso do gás de cozinha. No trabalho de campo foram realizadas cinco entrevistas não-estruturadas focalizadas, uma delas com integrante do Sindicato dos Servidores Públicos de Jaguaribara, município que teve sua sede deslocada por conta das águas do Castanhão e cinco com moradores e moradoras do Reassentamento Novo Alagamar. Também foram realizadas duas entrevistas remotas, uma com um morador da cidade de Jaguaribara e integrante da Igreja Católica do município de Jaguaribara e outra com uma das lideranças do MAB no Ceará. No decorrer deste trabalho, no que se refere às pessoas entrevistadas, não serão utilizados seus nomes reais, mas sim nomes fictícios.

Estive com o MAB em alguns momentos durante do ano de 2020 e 2021, o que me permitiu realizar a observação participante. Estive na Jornada de Lutas do MAB realizada entre os dias 11 a 14 de março 2020, que consistiu, entre outras ações, na ocupação da sede da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), em Fortaleza; reuniões com as Coordenações Nacional Estadual do Movimento; reunião com a organização Internacional Movimento del Afectados por Represas (MAR); na construção coletiva de dois Encontros Nacionais da Ciranda Infantil do MAB e na participação na Jornada de Lutas do MAB realizada nos dias 14 e 15 de março de 2022.

A terceira etapa da pesquisa corresponde à transcrição dos áudios das entrevistas não-estruturadas e focalizadas, à organização das informações presentes nos documentos obtidos na pesquisa documental e à redação da dissertação.

A análise temporal da pesquisa tem como delimitação o período de 1985 - 2021, que se justifica por 1985 ser o ano de chegada do Projeto do Castanhão ao DNOCS, embora a contratação das obras tendo sido feita em 1991 e a construção do açude iniciada em 1995 (MONTE, 2005). Para estabelecer este marco temporal, parto do entendimento de que o processo de gênese do MAB no Ceará, mesmo antes da materialização do Movimento no final da década de 1990, se inicia em contradição ao processo de implementação da barragem desde o seu planejamento.

Dada a natureza qualitativa da pesquisa e as condições a partir das quais o MAB nasce e se espacializa, o diálogo com os sujeitos envolvidos no processo a ser estudado é essencial. De acordo com Bosi (2013) há uma memória coletiva, a qual se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade e permanência. Desta forma, este diálogo tende a ser empreendido no processo da pesquisa, principalmente por meio de entrevistas semiestruturadas, de apresentações do andamento da pesquisa para os sujeitos que integram o MAB, entre outros meios, obviamente associados aos demais procedimentos técnicos, já que “por mais ricos que sejam, depoimentos colhidos não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que expliquem um processo social, uma revolução política.” (BOSI, 2013, p. 49)

Esse relatório está dividido em quatro capítulos. O primeiro, se refere aos elementos introdutórios do trabalho que estão aqui expostos. O segundo capítulo contém o percurso teórico da pesquisa. No terceiro capítulo, discuto o surgimento e atuação escalar do MAB no Brasil. O quarto capítulo enfoca o processo de gênese do MAB no Ceará, bem como sua espacialização em regiões do Estado.

2. PERCURSO TEÓRICO DA PESQUISA

No âmbito da ciência geográfica os estudos sobre movimentos sociais são relativamente recentes e têm uma relação demarcada com a disseminação do materialismo histórico e dialético enquanto orientação teórico-metodológica nos trabalhos filiados a este campo do conhecimento. De acordo com Fernandes (2000, p. 60) "Os movimentos são formas de organização social e, principalmente, os sociólogos, historiadores e cientistas políticos se dedicam a estudá-los há muito mais tempo que os geógrafos". Mais precisamente a Geografia Crítica, um dos desdobramentos do movimento de renovação da Geografia, foi a arena do advento e ampliação destes estudos durante as décadas de 1970 e 1980.

Segundo Pedón (2013), dois geógrafos nordestinos foram os primeiros a apontar a atuação de movimentos sociais no Brasil, ainda na década de 1960. Foram Manuel Correia de Andrade, em 1963, com o livro *A terra e o homem no Nordeste*, e Josué de Castro, em 1965, com a obra *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste uma área explosiva*. Em ambos os textos, os autores apresentam as Ligas Camponesas, e são considerados precursores por abordarem a temática, mesmo que de forma descritiva e pouco aprofundada, pois apontam que "como consequência da falta de reforma agrária no país e da submissão dos interesses nacionais aos ditames estrangeiros, tem-se um aprofundamento das tensões sociais no campo e a consequente organização social". (PEDÓN, 2013, p. 28).

A década de 1980 favoreceu o surgimento de uma série de divulgações de estudos de caso sobre movimentos sociais de forma mais sistemática, que em décadas anteriores eram escassos por conta da filiação da Geografia às correntes tradicional e teórica e do contexto de repressão à ciência e aos movimentos sociais vivido no País (PEDÓN, 2013). Alguns exemplos, segundo Pedón (2013) são o trabalho de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984), intitulado *Os trabalhadores nem o bagaço*, sobre a greve dos trabalhadores dos laranjais do interior de São Paulo na década de 1980, e a pesquisa de Ruy Moreira, de nome *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*, publicada em 1985, que enfoca a evolução do movimento operário no Brasil.

Santos (2011) organiza as tendências de estudo dos movimentos sociais na Geografia, da seguinte forma: 1) Geografia da organização dos movimentos sociais;

2) Geografia das lutas sociais e 3) Geo-grafias dos movimentos sociais: Proposições de categorias no debate Geografia & Movimentos sociais.

Na Geografia da organização dos movimentos sociais, “formatos organizacionais e/ou temário/agenda de lutas dos movimentos com as esferas oficiais do Estado são, via de regra, a estratégia (...) de afirmação do seu caráter espacial e, com isso, a afirmação dos trabalhos como sendo ‘Geografia’ (SANTOS, 2011, p. 30). Na segunda tendência apresentada por Santos (2011), denominada Geografia das lutas sociais, os movimentos sociais, apesar de serem motivadores, não são o objeto em si, já que o que se busca é a identificação das espacialidades dos conflitos e das lutas sociais. (SANTOS, 2011, p. 43).

Deterei-me na terceira tendência, chamada Geo-grafia dos movimentos sociais: proposições de categorias no debate Geografia & Movimentos sociais, já que nela identifico uma maior afinidade com os objetivos deste trabalho. Esta tendência caracteriza-se por buscar, para além dos movimentos sociais enquanto objeto de análise, um aporte conceitual em que os próprios movimentos são categorias da Geografia. “Agora, as teorizações e as categorias derivam precisamente dos movimentos sociais (...) Os movimentos sociais vão emergir, em diversas leituras, como potenciais portadores de novas territorialidades e de novas ordens de relações sociais.” (SANTOS, 2011, p. 54).

Um dos representantes dessa tendência é Bernardo Mançano Fernandes, que ao partir da Geografia da luta pela terra, interpreta os movimentos sociais como categoria geográfica (SANTOS, 2011, p. 54), em um esforço de elaboração teórica *na* e *da* Geografia, já que em geral, trabalhos produzidos no âmbito da ciência geográfica sobre a temática até meados da década de 1980, apresentavam referenciais advindos de outras ciências, como a História e a Sociologia.

Fernandes (2000) desenvolve suas reflexões a partir da análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), mas aponta a utilidade dos elementos teóricos propostos também para estudo de outros movimentos sociais. Sendo assim, o aporte conceitual construído pelo autor oferece uma interessante interpretação para a relação entre os movimentos sociais e o espaço. Segundo Fernandes (2000), os movimentos sociais são construtores de processos e estruturas, além de dominar e organizar territórios de várias formas. Nesse sentido, são portadores de espacialidades.

A espacialidade é “um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação.” (p. 63), e a espacialização “é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território.” (p. 62). Em outras palavras, espacializar é registrar no espaço o processo de lutas, é “escrever” no espaço por meio de ações concretas e multidimensionar o espaço de socialização política (FERNANDES, 1996).

O espaço de socialização política compõe essa escrita do movimento no espaço geográfico. O autor os distingue em três dimensões, as quais são os espaços comunicativos, que são os “do conhecer-se e da definição dos objetivos. Saber o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos à revolta e à indignação, representam atitudes e sentimentos” (p. 63); os espaços interativos, que se referem ao “contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, (...) na construção da identidade e espaços de luta e resistência.” (p. 63); e os espaços de luta e resistência, que são os espaços construídos nas ocupações, atos públicos de diversas naturezas, entre outros.

Para além da construção desses espaços, existem também as formas cotidianas de resistência, particularmente importantes para que compreendamos as nuances assumidas pelas lutas realizadas em realidades nas quais a ação coletiva e organizada é dificultada pelas condições socioeconômicas, políticas e espaciais do lugar, apesar de esta leitura não descartar a importância dos grandes atos, reuniões e protestos mais visíveis (SCOTT, 2002). Na realidade cearense, estas formas são alicerces históricos da resistência e do enfrentamento ao autoritário padrão de construção de barragens no Estado, com origens em experiências anteriores às experiências de resistência ao Castanhão.

Os espaços de socialização política forjam e são forjados por movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Conforme explicitado por Fernandes (2000) quanto às categorias desenvolvidas, o conceito de movimento socioespacial é abrangente pois envolve diversas dimensões do espaço geográfico - social, político, econômico etc. Desta forma, são “Movimentos sociais que têm o espaço ou o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial” (FERNANDES, 2000, p. 61). E mesmo a conquista do espaço e do território materiais não sendo o único objetivo dos movimentos sociais, estes constroem suas lutas por e

a partir de dimensões, estruturas e recursos do espaço, o que torna coerente denominá-los movimentos socioespaciais. (Fernandes, 2000). Já os movimentos socioterritoriais “têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência”. (p. 31). O movimento socioterritorial constrói novos territórios, o que engendra quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, revelando processos de territorialização e desterritorialização.

Movimento socioespacial e movimento socioterritorial são conceitos cunhados com essa preocupação de buscar compreender as ações dos movimentos a partir dos espaços e territórios construídos pelas relações sociais destes movimentos. No caso do MAB, há a contradição com a utilização da água e da energia como recurso fundamental ao capital e com os processos para obtenção da posse e uso desses componentes, que geram conflitos. Busco então aqui visualizar o MAB no Ceará a partir das categorias cunhadas por Fernandes (2000) como propositor de espaços, não no sentido de eleger o Movimento enquanto socioespacial ou socioterritorial, mas de compreender o que ele *está sendo*, de acordo com sua atuação no espaço e utilizando-a como referência.

Portanto, interpreto o surgimento do MAB no Ceará, que está diretamente ligado ao processo de implementação da Barragem do Castanhão, também a partir de referenciais espaciais, escolhidos a partir do exame de possibilidades conceituais para o estudo do espaço, neste caso propostas por Milton Santos.

Em *Espaço e Método*, Santos (2014) expõe algumas destas possibilidades, como a análise a partir das variáveis básicas do espaço, as quais são “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (p. 16). Ainda para Santos, o espaço pode ser estudado com base nos conceitos de forma, função, processo e estrutura, ou alicerçado nas instâncias produtivas, as quais são a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. Já em *A Natureza do Espaço*, Santos (2017), traz outras possibilidades, definindo-as enquanto exercícios de aproximações sucessivas em relação ao objeto de estudo da Geografia e pontuando-as como hipóteses de trabalho. Uma das hipóteses define o espaço como o conjunto de fixos e fluxos. Outra possibilidade é o trabalho com um par de categorias, estando de um lado a configuração territorial e do outro as relações sociais. Por fim, Santos (2017) apresenta a pesquisa espacial embasada no conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que o autor estabelece como sua proposta de

definição do objeto de estudo Geografia em *A Natureza do Espaço* e que proponho ser adotado como referencial teórico para compreensão, neste trabalho, do processo de implementação da barragem do Castanhão.

Um objeto é uma objetividade que se cria fora do homem, como instrumento material de sua vida. O enfoque geográfico não concebe o objeto isoladamente, mas sim como pertencente a um sistema. “Sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional” (p. 73). No que diz respeito ao seu papel funcional, os objetos são implementados atendendo a esse papel no interior do sistema de objetos que compõe e se auto expandindo para outros lugares, por meio da produção de réplicas do objeto original (SANTOS, 2017).

De acordo com Santos (2017) o objeto técnico nasce a partir de uma série de operações de natureza intelectual, técnica, material, social e política, carregando consigo informação, já que sua existência cada vez mais atende a finalidades específicas. Desta forma, os objetos técnicos estão localizados no espaço de maneira adequada a produzir os resultados que para eles foram pensados. Entre suas características estão a universalidade e a auto expansão; a vida sistêmica; a concretude; o conteúdo em informação e a intencionalidade (SANTOS, 2017). Assim, os objetos técnicos tendem a ser multiplicados, sempre fazendo parte de um sistema técnico, com uma determinada intencionalidade, “criados para se comunicar entre si e para responder a uma finalidade, desejada por quem os concebe e quem os implanta, ainda que desde logo sejam susceptíveis de outros tipos de utilização” (SANTOS, 2017, p. 220).

A esse sistema de objetos corresponde, de forma indissociável, um sistema de ações. Santos (2017), baseado em Morgenstern (1960) aponta a ação enquanto um processo dotado de propósito a partir do qual o sujeito agente muda alguma coisa, mudando a si mesmo. As ações regem a implementação dos objetos, já que estas correspondem às normas formais ou informais, escritas ou não, de forma que “são as propriedades fundadoras de uma coisa que dizem como ela se relacionará com outras coisas” (SANTOS, 2017, p. 97). Sendo assim, nem todos os sujeitos têm o poder de escolher efetivamente qual ação irá se realizar. Há, portanto, no que diz respeito à

implementação de novos objetos regidos por um sistema de ações, uma distinção entre os atores que podem decidir e os que não podem.

Para a maior parte da humanidade, as ações são informadas de fora, pensadas por outros. Um dos mais importantes elementos da ação, é a retórica, pois os objetos exigem um discurso atraente, proveniente de sua estrutura e que revela sua função. A legitimação, no entanto, se busca alcançar através do discurso da ação, para que esta seja mais facilmente aceita. Assim, a complementação entre o discurso das ações e o discurso dos objetos culmina, muitas vezes, na desinformação e na contrainformação, principalmente quando estes discursos tentam legitimar ações sem indicar suas reais propriedades (SANTOS, 2017).

Entre as ações e os objetos está a intencionalidade, como já apontado acima. Santos (2017, p. 94), afirma que “A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos”. A intencionalidade que embasa a modificação do espaço pela fixação de um objeto geográfico tem ampla relação com o modo como este objeto é concretizado, o que no caso da barragem do Castanhão envolveu diversas violações de direitos dos atingidos pela barragem.

A intencionalidade, porém, não se concretiza totalmente de acordo com as decisões do agente. “Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio” (SANTOS, 2017, p. 94), afinal, embora nunca se tenha havido na história um sistema técnico tão invasor, nenhum sistema conseguiu se impor à totalidade dos lugares e dos seres humanos (SANTOS, 2017). Assim, às espacialidades da reprodução do capital, se contrapõem espacialidades que não estavam no interior dos limites da intencionalidade dos agentes construtores dos empreendimentos: as espacialidades da resistência, da luta por direitos e da construção de uma sociedade mais justa, que resultam em contra-espços ao capital hegemônico.

Moreira (2002) aponta que o espaço é formado por diferentes espacialidades, que na sociedade de classes têm uma convivência tensa, permeada por conflitos. Os contra-espços, nessa forma de ordenamento territorial caracterizado pela existência de classes sociais, são “o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade” (MOREIRA, 2002, p. 103).

Os contra-espacos têm caráter diverso no arranjo, no conteúdo, nos objetivos e se configura como um movimento de resposta ao espaco do dominante, o que deve nos fazer repensar a palavra *dominado* ao se referir aos construtores de contra-espacos, ao passo que historicamente a dinâmica socioespacial do Brasil é permeada por experiências de luta contra a dominação.

No início da pesquisa, antes dos primeiros contatos com o MAB, era tomado quase como certo que a categoria a ser utilizada ao se discutir os contra-espacos construídos pelo Movimento seria o *território*, dado o processo de desterritorialização ao qual as milhares de famílias atingidas pela barragem do Castanhão foram submetidas. No decorrer da participação em reuniões e espacos de formação, identifiquei que, ao se referir aos espacos onde havia atuação por parte do MAB, a palavra utilizada era *região*, e que é a partir das regiões de atuação que o Movimento orienta suas ações e se espacializa. No último capítulo deste trabalho, a reflexão teórico-prática sobre as regiões do MAB será realizada.

No caso do MAB, a luta ultrapassa os limites do material, dada a reivindicação por um conceito de atingidos por barragens que contemple a complexidade que representa a implementação de um objeto técnico, a exemplo das barragens, na vida das pessoas afetadas. A seguir, discutirei brevemente este conceito e a concepção de atingido por barragem a ser utilizada neste trabalho.

Discutir o conceito de atingido é discutir sobre legitimação e reconhecimento de direitos, concepção esta que foi construída envolta em diversos conflitos, assim como os demais que envolvem setores social e economicamente dominados. Com o passar dos anos, as lutas provaram que a conquista de compensações e indenizações dependem muito da mobilização dos atingidos (MAB, 2013).

A ausência de amparo jurídico aos atingidos por barragens é um dos principais desdobramentos de uma indefinição do conceito. Até hoje a única garantia jurídica existente para os atingidos é o Decreto-lei de nº 3356 de 21 de junho de 1941 (BRASIL, 1941), que reconhece direitos apenas dos proprietários jurídicos da terra que forem desapropriados no processo de construção de barragens e determina a indenização em dinheiro como forma única de compensação.

Em 2010 foi criado o decreto de nº 7342, que instituiu o cadastro socioeconômico como “instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica”

(BRASIL, 2010). Porém, além de abranger apenas os atingidos por construções de usinas hidrelétricas e ignorar barragens de outras naturezas, como é o caso da barragem do Castanhão, foi severamente prejudicado pelo decreto nº 10087, de 2019, já durante o governo de Jair Bolsonaro, que revoga uma série de colegiados que atuavam em diferentes áreas, entre eles o Comitê Interministerial do Cadastro Socioeconômico. O comitê tinha como uma de suas funções “acompanhar a elaboração do cadastro socioeconômico, a ser realizada pelo responsável pelo empreendimento, e manifestar-se sobre sua adequação” (BRASIL, 2010).

Desta forma, fica evidente a necessidade histórica de se ampliar o conceito de atingido por barragem, no sentido também da luta por políticas públicas que garantam o direito das populações atingidas. Segundo Benincá (2010), a ausência de um marco legal específico com um conceito de atingido estabelecido, e com direitos e deveres das construtoras também regulamentados, abre espaço para as empresas conduzirem o processo de acordo com seus interesses e concepções. O tratamento distinto dado aos atingidos e atingidas em diferentes estados por diferentes empreendedores, ocasionando graves violações de direitos (MAB, 2013) é um sintoma da necessidade da definição de uma concepção abrangente de atingido por barragens, embasada por instrumentos legais

Conforme apontado por Santos (2015), o termo atingido é disputado em três instâncias:

- (i) no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios; (ii) no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra-hegemonia na sociedade; (iii) no meio acadêmico, na busca de sua afirmação como conceito (p. 116)

O sujeito político e principal motor formulador do conceito de atingido é o MAB, a partir do acúmulo das lutas históricas que demonstram a diversidade de experiências de atingimentos envolvidas no processo de planejamento, construção e operação de barragens no Brasil. Vainer et al (2003) apresenta algumas concepções de atingidos por barragens, enfatizando que esta noção se modificou largamente ao longo dos anos, em uma trajetória de conflitos.

A primeira perspectiva apresentada por Vainer et al (2003) é a territorial-patrimonialista, que ainda persiste em várias circunstâncias Brasil afora e configura-se como a mais excludente. Nesta concepção “o território atingido é concebido como

sendo a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada” (VAINER ET AL, 2003, p. 3). Outra perspectiva também excludente é a concepção hídrica, que entende o atingido apenas enquanto o inundado, apesar de esta ser um pouco mais abrangente ao incluir também os não proprietários que tiveram terras inundadas. A consequência dessas perspectivas é a negligência dirigida a toda uma população de posseiros, meeiros, ocupantes, pescadores, indígenas, quilombolas, extrativistas, entre outros sujeitos sistematicamente atingidos que não detêm a propriedade jurídica da terra ou que não são diretamente atingidos pela água.

Com o advento e difusão do conceito de desenvolvimento sustentável, incorporado pelas agências multilaterais financiadoras de diversos projetos em território brasileiro, incluindo projetos de construção de usinas hidrelétricas, são apresentadas pelo *International Financial Corporation* (IFC), dimensão privada do Grupo Banco Mundial, as noções de pessoas fisicamente e economicamente deslocadas. Esta noção abrange tanto pessoas que atingidas por implicações territoriais como pessoas que sofreram interrupções em suas atividades econômicas mesmo que não precisem passar por processos de reassentamento.

Já o Banco Mundial apresenta a noção de reassentado involuntário, de conteúdo um pouco menos abrangente ao apresentado pela IFC. De acordo com Vainer et al (2003) o Banco Mundial considera como passíveis de reassentamento: a) casos de perda involuntária de terras que resultem em recolocação ou perda de abrigo, perda de recursos, perda de acesso a recursos, perda fonte de renda e de meios de sustento que resulte ou não em deslocamentos das pessoas afetadas, ou b) restrição de acesso a parques legalmente designados ou áreas de proteção que acarretem impactos no sustento das pessoas atingidas. Essa concepção também contempla os não-proprietários, e no caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as comunidades anfitriãs como impactadas pelo deslocamento de contingentes populacionais diretamente atingidos.

Em 1997 é instituída a Comissão Mundial de Barragens, composta pelo Banco Mundial, governos, empresas e organizações não-governamentais, com o objetivo de avaliar as barragens construídas no mundo. No ano de 2000, a Comissão divulgou seu relatório final, no qual constava uma posição semelhante à da IFC quanto ao que seja deslocamento, tendo como incremento a noção de deslocados do modo de vida,

o entendimento da necessidade de se considerar os atingidos à jusante da barragem e a inclusão da variável temporal, que apontava no decorrer das fases do projeto, pessoas seriam afetadas de diferentes formas (VAINER ET AL, 2003).

Para Vainer et al (2003), a única maneira de se superar concepções que viam como o centro da questão os direitos dos empreendedores (Estado e/ou empresas privadas) e não os das populações a serem impactadas, é visualizar os empreendimentos enquanto instauradores de processos sociais que desencadeiam uma mudança social. Nessa perspectiva, a mudança se dá em várias dimensões e escalas, ocasionando novas dinâmicas socioeconômicas, promovendo alterações geomorfológicas, trazendo novos grupos sociais, entre outras modificações.(VAINER ET AL, 2003). É esta a concepção que utilizo no decorrer da pesquisa.

É importante ressaltar que, segundo Benincá (2010), no I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1989, foi feita uma formulação do conceito de atingido que incluía todas as pessoas que passam por modificações nas condições de vida direta ou indiretamente por conta da implementação de usinas hidrelétricas. Este conceito, ainda de acordo com o autor, fora modificado posteriormente de modo a incluir a população que pagava altas tarifas de energia elétrica, principalmente a partir dos anos 1990, com a privatização de parcelas do setor elétrico brasileiro e a consequente incorporação dos lucros das empresas privadas nas tarifas.

Pressionada pela legislação ambiental que entrava em voga nos anos 80, e principalmente pelos movimentos de atingidos, em especial o MAB, a Eletrobrás passa por mudanças nas definições que orientavam suas práticas relativas ao ambiente e às populações afetadas pela implementação de barragens. É no Plano Diretor para Conservação e Recuperação do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico, ou Plano Diretor de Meio Ambiente (I PDMA), de 1986, que, de acordo com Vainer e Araújo (1992) aparecem as primeiras referências à ideia de inserção regional. Inserção regional, de acordo com os autores, é o planejamento referido ao meio ambiente e a toda a região em que o grande projeto é implementado, numa evidente noção de subordinação da região ao empreendimento.

O II PDMA da Eletrobrás, elaborado entre 1990 e 1992, incorpora a noção de mudança social assinalada por Vainer et al (2003). Conforme o exposto pelos autores, no II PDMA “o conceito de área de impactos ecológicos não pode ser confundida com as áreas em que se fazer sentir os efeitos sociais, econômicos e culturais” (p. 17),

ficando definido assim que os estudos para implementação das barragens deveriam contemplar ao menos três cortes: área de impactos sobre o meio físico e biótico; áreas de fluxos e relações socioeconômicas; e áreas correspondentes à bacia de contribuição do reservatório de hidrelétricas e de mineração (VAINER ET AL, 2003).

Entretanto, apesar do avanço nas diretrizes da Eletrobrás, o padrão de implementação das barragens para geração de energia hidrelétrica no Brasil seguia orientado pelas concepção territorial-patrimonialista e hídrica, sendo os locais onde as populações atingidas construíram processos de resistência organizada os locais nos quais mais ocorreram avanços de fato (VAINER ET AL, 2003)

O relatório produzido em 2010 pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens”³, da qual participou o MAB, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)⁴ contribuiu para o alargamento do conceito de atingido, ao constatar uma série de direitos humanos violados em diversas barragens brasileiras com distintas funcionalidades, o que auxiliou na visibilização de atingidos por obras destinadas ao acúmulo de água.

Desta forma, a CDDPH em seu relatório, deu continuidade à ideia de mudança social enquanto processo multidimensional ao enfatizar as distintas possibilidades de atingimentos e demonstrar a complexidade da questão. Para a CDDPH, no Brasil, país em que:

a posse não registrada da terra e as relações informais de trabalho são generalizadas e, em algumas regiões, em maior número que a posse e as relações de trabalho formalizadas, é inaceitável que a comprovação da legalidade ou formalidade seja exigida como requisito para considerar um indivíduo, família ou comunidade como atingido. (CDDPH, 2010, p. 30)

O relatório rompe com as concepções excludentes que reduzem os atingidos aos proprietários, e para além dos elementos intersubjetivos, utiliza como referência o padrão da estrutura agrária brasileira, fundada na desigualdade.

É com base no desenvolvimento do conceito e das experiências de lutas sociais do MAB que o Movimento se mobiliza pela criação de uma política pública nacional que estabeleça órgãos do Estado como responsáveis pela implantação, que tenha

³ A Comissão Especial foi criada em 2006 após denúncia feita pelo MAB e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) quanto às violações de direitos na construção de barragens na bacia do Rio Uruguai, para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens de diversas finalidades. (CDDPH, 2010).

⁴ O CDDPH, órgão colegiado criado pela Lei n° 4319 de 16/03/1964 com representantes de setores ligados aos direitos humanos, foi transformado em Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) pela Lei n° 12986 de 02/06/2014. (ALVES, 2019).

fonte de financiamento, que seja instituída por marco legal e que reconheça os direitos dos atingidos por barragens, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). (MAB, 2013).

De acordo com o artigo 2º do texto do Projeto de Lei nº 2788, de 2019, que corresponde ao Projeto da PNAB:

entendem-se por Populações Atingidas por Barragens (PAB) todos aqueles sujeitos a 1 (um) ou mais dos seguintes impactos provocados pela construção, operação, desativação ou rompimento de barragens: I – perda da propriedade ou da posse de imóvel; II – desvalorização de imóveis em decorrência de sua localização próxima ou à jusante dessas estruturas; III – perda da capacidade produtiva das terras e de elementos naturais da paisagem geradores de renda, direta ou indiretamente, e da parte remanescente de imóvel parcialmente atingido, que afete a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações; IV- perda do produto ou de áreas de exercício da atividade pesqueira ou de manejo de recursos naturais; V – interrupção prolongada ou alteração da qualidade da água que prejudique o abastecimento; VI – perda de fontes de renda e trabalho; VII – mudança de hábitos de populações, bem como perda ou redução de suas atividades econômicas e sujeição a efeitos sociais, culturais e psicológicos negativos devidos à remoção ou evacuação em situações de emergência; VIII – alteração no modo de vida de populações indígenas e comunidades tradicionais; IX – interrupção de acesso a áreas urbanas e comunidades rurais; ou X – outros eventuais impactos, indicados a critério do órgão ambiental licenciador.

A implementação da PNAB, dada a ampliação da quantidade de casos que são lidos enquanto processos de atingimentos por barragens, transforma em política pública uma conquista social que significa o reconhecimento de que todos os atingidos por barragens do Brasil possuem os mesmos direitos (MAB, 2013). Assim, a PNAB deixa evidente que a formulação de um abrangente conceito de atingidos por barragens é concomitantemente uma expansão de direitos e de universalização das condições materiais e imateriais de vida para as populações atingidas.

Assim, conforme já citado, a noção de mudança social também será privilegiada neste trabalho, ao compor parte do corpo conceitual da pesquisa. É essencial enfatizar que o processo de desenvolvimento do conceito de atingido corresponde à construção de um paradigma, ou como melhor pontua Fernandes (2006), de um território imaterial. Este conceito não será destrinchado no decorrer deste trabalho, mas é referencial para compreendermos que assim como os territórios em sua materialidade denotam relações de poder, os territórios imateriais também o fazem, afinal, a materialidade não se desvincula da imaterialidade, pois é a partir das experiências práticas e da reflexão sobre elas que ideias são fundadas. Afinal, a formulação de um conceito, bem como o próprio conceito, ocorre em entrelace com a

história. Não é somente instrumento analítico, é também componente da realidade e pode ser potencialmente transformador.

3. O NASCIMENTO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL

3.1 Considerações sobre o setor elétrico e a construção de usinas hidrelétricas no Brasil

O nascimento do MAB no Brasil está vinculado a uma série de transformações no espaço brasileiro que se desdobrou por décadas do século XX, dada a necessidade de recursos como água e energia para manutenção da acumulação de capital. Essas transformações espaciais, que tem suas origens em fins do século XIX, estão ligadas à produção de energia elétrica especialmente para alimentar o desenvolvimento da indústria no País, ainda no período de transição de uma economia exportadora de produtos primários para uma economia industrial, diferentemente dos países centrais, nos quais a industrialização precede o desenvolvimento da energia elétrica. Compreender algumas vinculações é essencial para situarmos no espaço e no tempo a construção de usinas hidrelétricas. De acordo com Foschiera (2009):

Ao longo da história da energia elétrica no Brasil, ela passará por períodos sob o domínio da iniciativa privada e períodos sob o controle principal do Estado. Em ambas as situações esteve, principalmente, a serviço de determinados grupos econômicos, seja pelo fato de eles controlarem as empresas responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia ou pelas mesmas se apossarem do Estado, quando este passou a se responsabilizar por estas atividades. (p. 89)

Esses grupos econômicos organizavam e desorganizavam alianças internas e externas, de acordo com os interesses envolvidos na apropriação do recurso em dado momento da história. Importante ressaltar que no âmbito da burguesia, no Brasil e no mundo, assim como na classe trabalhadora, há divergências e grupos com diferentes interesses específicos, compondo distintas frações de classes (POULANTZAS, 1968), e indicam uma forma de relação hegemônica com o Estado em dado momento.

Cardoso e Faletto (1970) ao analisar a condição de dependência e de subdesenvolvimento dos países da América Latina, deixam manifesto que entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não há uma simples distinção entre etapas do sistema produtivo, mas sim de função dentro de uma estrutura econômica.

Entretanto, a análise do desenvolvimento não pode ser feita apenas ao nível das características atuais da estruturação do sistema econômico e da sociedade dos países, mas sim a partir dos processos através dos quais estas estruturações foram logradas. No caso brasileiro, há a concepção do território nacional à disposição, pois

“a própria base física da economia (...) influirá sobre a forma e as consequências da vinculação ao mercado mundial posterior ao período de formação nacional” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 35)

Nesse sentido, a efetivação de relações político-econômicas no que diz respeito às alianças entre classes no âmbito interno e a reorientação dos vínculos externos com os centros hegemônicos expressam e reproduzem, em conjunto, a histórica condição de dependência proveniente do período colonial e que tem evidentes consequências espaciais. Conforme o que é posto por Santos (2014, p 104):

Em qualquer circunstância, mas sobretudo no espaço transformado, o interno aparece como a internalização do externo. (...) Dentro do modo de produção capitalista, é rara a transformação que não inclui um fator exógeno.

Nesse sentido, o processo de geração de energia hidrelétrica no Brasil, contou com forte presença e desenvolvimento do capital externo, ao ponto de o setor elétrico ser quase desnacionalizado na década de 1920. Representando o capital internacional, chega ao Brasil, em São Paulo *Railway Light and Power Company Limited*, subsidiária da empresa canadense *Light*, que logo abrangeu sua atuação para a antiga capital federal, o Rio de Janeiro, com o nome Rio de Janeiro *Tramway, Light and Power* e também para o interior paulista, ainda na primeira década do século XX. Esse processo acarretou a centralização das concessionárias de energia elétrica no controle, tido por parte do capital estrangeiro, sobre a eletricidade no Brasil. É importante destacar que a expansão do capital internacional se deu também no setor industrial (FOSCHIERA, 2009).

Até a década de 1920, havia também para além da *Light*, de acordo com Pinheiro (2006) várias unidades de produção de energia elétrica isoladas e espalhadas pelo Brasil, muitas vezes atendendo a um único município, a instalações industriais e a pequenas unidades residenciais em áreas agrícolas. Em 1920 havia 343 usinas em operação no Brasil, entre hidrelétricas e termelétricas (PINHEIRO, 2006)

Com a crise de 1929 e a Revolução de 1930, acontecimentos que estão intimamente interligados e que representam o gradual advento de um Brasil urbano-industrial, a economia brasileira passa por um processo de nacionalização embasada na substituição de importações. Houve então uma mudança no papel do Estado, que adotou uma postura de defesa do mercado interno por meio de taxas alfandegárias, transferência de rendas para o setor interno e investimentos em infraestrutura que

desse suporte à indústria substitutiva. Dentre estes, estão os investimentos em geração de energia hidrelétrica (CARDOSO e FALETTO, 1970), e a nacionalização do setor.

Um marco desse período foi a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1948 que inaugura o Estado enquanto construtor de usinas hidrelétricas, e a edificação de usinas de grande porte (PINHEIRO, 2006). Nota-se então que o papel do Estado enquanto empreendedor de projetos de usinas hidrelétricas está interligado ao surgimento das indústrias substitutivas de importações, e que se deixava para trás uma economia formada por arquipélagos ligados ao exterior para se estabelecer um projeto de “estado nacional unificado” (OLIVEIRA, 1993, p. 75).

As políticas de industrialização substitutiva e do Estado enquanto investidor em infraestrutura e na indústria de base não impedia a expansão do capital privado e estrangeiro na indústria de bens de consumo. Principalmente na década de 1950, o aumento dos investimentos estadunidenses na América Latina, especialmente no Brasil, demanda o aumento da produção de eletricidade por parte do Estado a ser consumida por indústrias multinacionais. De acordo com Foschiera (2009) a intervenção do Estado não se opunha ideologicamente ao capitalismo, mas sim este tornava-se um forte agente capitalista ao permitir e participar da aquisição de lucros cada vez maiores pelo capital privado, enquanto construtor de infraestruturas.

A penetração do capital estrangeiro no Brasil especialmente na década de 1950 como parte de uma transferência de capitais do centro para a periferia materializou-se a nível de indústrias multinacionais e a nível de investimentos. Prado Junior (1987) faz uma interpretação curiosa deste momento da história brasileira ao ressaltar o caráter de subordinação da economia do País visível nesse processo, já que a implementação de indústrias lucrativas em território nacional, como automobilística e a associação destas a industriais brasileiros por meio de recursos financeiros para seus empreendimentos acarretou, de acordo com o autor na receptividade, por parte da burguesia brasileira, do capital estrangeiro (PRADO JUNIOR, 1987).

Nos anos de 1940 e 1950, com a industrialização e urbanização em ampliação, foram implementadas políticas de racionamento, aproveitadas pelas empresas privadas estrangeiras para legitimar o discurso da necessidade de se construir

hidrelétricas sem a devida preocupação com os impactos das obras, forçando o governo a tomar empréstimos para as construções (FOSCHIERA, 2009).

No governo de Juscelino Kubitschek, privilegiou-se a criação de empresas públicas federais e estaduais que organizassem a expansão da geração de energia hidrelétrica, enquanto que na esfera da distribuição, havia espaço para investimentos privados (FOSCHIERA, 2009) .

Com a formação da Eletrobrás, em 1961, o Estado brasileiro tinha entre seus objetivos implementar um sistema nacionalmente interligado de geração de energia para superar o caráter regional do setor, correspondendo a parte da política de integração territorial e da construção de redes técnicas de infraestrutura por parte do Governo Federal, intensificado ao se iniciar a ditadura militar (FOSCHIERA, 2009). Tal contexto é marcado por uma nova orientação de alianças políticas internas e externas, que facilitou a influência das pressões externas nas decisões internas.

A década de 1960 foi um momento de grande reforço ao imperialismo estadunidense no Brasil, que vinha se intensificando desde a década anterior, especialmente por meio da implementação de indústrias multinacionais, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que elevaram o consumo de eletricidade no País. É também um período marcado pela construção de grandes usinas hidrelétricas em território nacional e pela formação do Sistema Interligado Nacional (SIN), composto pela ligação do sistema elétrico Sul/Sudeste/Centro-Oeste com o Norte/Nordeste (PAULA, 2005 apud FOSCHIERA, 2009). Essas medidas estavam atreladas à Política de Integração Nacional (PIN)⁵, datada de 1970, que no que se refere ao setor elétrico, visava integrar as áreas compreendidas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) à economia do País (BRASIL, 1970).

A década de 1970, tomada pela crise mundial do petróleo, alavancou ainda mais a edificação de usinas hidrelétricas, dado o caráter dependente da economia brasileira, principalmente naquele contexto. A presença de todo um sistema de objetos (estradas, sistema de transporte de cargas por rodovias, transporte urbano de pessoas) mantenedor da indústria automobilística de capital internacional no Brasil tinha dois desdobramentos que geravam um ciclo vicioso: a necessidade de petróleo, mesmo em um contexto de crise, quando o consumo supostamente deveria diminuir

⁵ Criado pelo Decreto-lei n° 1106 de 16/06/1970.

e a criação dos argumentos necessários para dar continuidade à construção de hidrelétricas que forneceriam energia para as indústrias automobilísticas aqui instaladas, sob a retórica do desenvolvimento econômico nacional. Para efetivar essas obras, empréstimos eram adquiridos pelo governo brasileiro, bem como equipamentos e serviços de consultoria e engenharia proveniente de empresas estrangeiras com o objetivo de atender principalmente aos interesses do capital externo (GONÇALVES JÚNIOR, 2007).

Houve considerável crescimento da produção de energia em usinas hidrelétricas de 72,01% em 1961, para 91,65% em 1991, do total da energia elétrica produzida no Brasil (GONÇALVES JUNIOR, 2007) e não por acaso este foi um período em que o País ficou reconhecido internacionalmente pela eficiência na construção de usinas hidrelétricas. Algumas das principais obras desse período de aceleração na construção de hidrelétricas são a Usina Hidrelétrica de Itaipu, de caráter binacional, que em território brasileiro se situa no Paraná; a Usina Hidrelétrica de Itaparica, localizada na divisa entre Pernambuco e Bahia, e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, todas com construção iniciada na década de 1970.

Vainer (1992), ao discutir os Grandes Projetos de Investimentos (GPI) e a relação com o PIN, aponta que há uma subordinação dos territórios aos centros nacionais e internacionais do poder. De acordo com o autor:

a localização desses mega-empreendimentos em espaços periféricos aos eixos do desenvolvimento nacional não respondem, nem pretendem responder, a uma preocupação com a desconcentração das atividades econômicas. Ela expressa, isto sim, a tendência à apropriação e mobilização produtiva de recursos naturais em benefício de circuitos de acumulação que, mesmo quando se capilarizam até os pontos mais distantes, têm sua lógica, dinâmica e comando determinados nos centros nacionais e internacionais. (p. 48)

Deste modo, a utilização econômica da água para fins de produção de energia era reproduzida Brasil afora. Ao mesmo tempo em que os ganhos relativos à exploração do recurso tinham um destino remoto, as consequências negativas desse rápido avanço na construção de UHEs eram palpáveis para as populações atingidas pela obra. Segundo Lemos (1999, apud Foschiera, 2009) pouca atenção era dada, no planejamento energético brasileiro, a estes grupos sociais, principalmente rurais, bem como aos impactos ambientais acarretados. Indenizar e reassentar populações atingidas significaria aumentar os custos totais da obra, e a negligência dirigida a essas populações revelava uma política de redução de custos dos projetos de barragens para geração de energia hidrelétrica (FOSCHIERA, 2009).

O conjunto de fatores supracitados contribuiu para uma sobrecarga financeira do Estado, que apesar de endividado, continuava a fornecer energia elétrica a preços baixos. Simultaneamente, a conjuntura mundial indicava um avanço da disseminação do pensamento liberal e de suas políticas, no final da década de 1970, em um processo liderado pelos países hegemônicos, com destaque para Estados Unidos e Inglaterra (GONÇALVES JÚNIOR, 2007). Este avanço se desdobrou nos anos seguintes e se consolidou em consonância com o fim da União Soviética e com o papel simbólico deste acontecimento para a sociedade, de suposto fracasso das experiências socialistas no mundo.

Nesse sentido, era defendida a retirada do Estado dos serviços de infraestrutura, dentre eles o setor elétrico, e a transformação deste setor em um negócio lucrativo. Uma série de medidas foi tomada nesta ofensiva para alcançar a implementação das políticas neoliberais no Brasil, dentre elas a transição do governo militar para um governo civil. É absolutamente necessário apontar aqui o papel das classes populares organizadas que, nesse processo, constituíram uma das principais formas de pressão para o alcance desta mudança entre formas de governo. Porém, para frear os avanços constitucionais conquistados pelo povo, a burguesia internacional se alia à burguesia brasileira e interfere nos rumos da Constituição por meio de uma forte campanha ideológica (GONÇALVES JÚNIOR, 2007). A crise das estatais, na América Latina, dentre elas no setor elétrico brasileiro, foi aproveitada no Consenso de Washington para dar legitimidade ao discurso liberal de ineficiência do Estado, que se materializou nas privatizações por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Na esteira do PND, o setor elétrico entra no rol das privatizações a partir de 1995, com o decreto nº 1503, de 25/05/1995, já no mandato de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com o texto do decreto, foram incluídas no programa as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS; a FURNAS - Centrais Elétricas S.A.; as Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE; as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF (BRASIL, 1995). Maranhão (2016) apresenta uma lista de empresas estatais que foram privatizadas nos três anos que se seguiram à publicação do decreto, até 1998. Foi um total de 18 empresas: Escelsa/ES; Rio Light/RJ; Cerj/RJ; Coelba/BA; CEEE (CO)/RS; CEEE (NNE)/RS; CPFL/SP; Enersul/MS; Cemat/MT; Energipe/SE; Cosern/RN;

Coelce/CE; Eletropaulo Metropolitana/SP; Celpa/PA; Elektro/SP e MS; Cachoeira Dourada/GO; Gerasul/RS e Bandeirante/SP.

De acordo com Maranhão (2016) é feita uma opção por um modelo de desenvolvimento que incentiva a exploração de recursos naturais e afeta cada vez mais as populações atingidas em aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, entre outros. Com a adoção deste modelo, é estabelecida a visão da energia enquanto mercadoria que deve completar seu ciclo nas instâncias produtivas (produção, distribuição, circulação e consumo) de maneira a gerar lucros para as empresas responsáveis por cada instância:

com o avanço do neoliberalismo nos anos 90, grande parte do setor elétrico foi privatizada, o que significou um agravamento ainda maior nas violações dos direitos dos atingidos. As conquistas que eram asseguradas com bastante dificuldade e mobilização no diálogo com as empresas públicas, tornaram-se ainda mais raras com a presença das empresas privadas (MAB, 2013, p. 9).

Fica evidente o jogo discursivo e a utilização da luta dos atingidos por barragens pelas empresas privadas como ferramenta ideológica quando, de acordo com Foschiera (2009) estas atribuem apenas ao Estado todas as violações de direitos ocorridas nas décadas anteriores, como se o superfaturamento das obras, as indenizações baixas, os impactos ambientais negativos, bem como a pouca atenção dada a questões econômicas, sociais e ambientais envolvendo os empreendimentos nada tivessem a ver com os interesses das empresas privadas e o Estado fosse um ente neutro.

É a partir dessas contradições que, ao longo da história, lutas se aglutinam e se articulam em busca de direitos das populações atingidas por barragens. Visualizo as contradições apontadas ao longo deste trabalho enquanto tendências antagônicas, mutuamente excludentes, conforme apontado por Lênin, em 1915, a partir de suas reflexões em *Sobre a questão da Dialética*. A contradição entre diferentes perspectivas de uso da água e da energia e os desdobramentos espaciais destas perspectivas distintas impulsionaram a organização dos atingidos e atingidas, processo também contraditório à medida em que se distancia dos objetivos primeiros da implementação da barragem enquanto objeto técnico. “A ação sempre se dá sobre o meio, combinação complexa e dinâmica que tem o poder de deformar o impacto da ação” (SANTOS, 2017, p. 95), e por conta disso, é preciso apontar que cada região atingida já continha suas contradições internas. Os fenômenos não ocorrem apenas

por conta de causas externas, mas também por conta de suas condições internas e em relação com outros fenômenos (TSÉ-TUNG, 1999).

Em toda a história da construção de barragens, não só para geração de energia hidrelétrica, mas também para realização de outros objetivos, populações tiveram seus direitos violados a partir da inserção de um objeto técnico externo em seus territórios e a produção de espaços de reprodução do capital. Porém, com a luta e a organização popular, se pode construir espaços de resistência, de luta e de vida.

3.2 O nascimento do MAB no Brasil

Apesar de o MAB ter sido criado, em escala nacional, no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1991, as lutas dos atingidos e atingidas se iniciaram bem antes deste marco. O MAB nasce em um contexto de lutas diversas e de tendência à formação de movimentos sociais no Brasil, dadas as condições políticas em que ocorreu o fortalecimento das experiências de resistência dos atingidos e atingidas às construções de barragens.

Os anos 70 foram marcados por mudanças nas relações das classes populares com o Estado. A ditadura militar e a inacessibilidade do Estado, tanto por vias democráticas quanto por vias revolucionárias, abalaram concepções políticas e científicas que viam no âmbito institucional a saída para a suposta desorganização dos trabalhadores no Brasil, distanciados por sua heterogeneidade. Nestas concepções, seria a interferência externa institucional a responsável por transformá-los em classe, como no exemplo da legislação trabalhista, que supostamente os transformou em trabalhadores e no da legislação sindical, que os deu existência política, como se o Estado produzisse verdades e essa fosse a única via possível para a organização do povo (PAOLI e SADER, 1983)

Nesse momento, mais especificamente em fins da década de 1970 e início da década de 1980, em confluência com o processo de redemocratização, acarretado em partes também pela pressão popular, movimentos sociais diversos surgiram, expandindo-se também em número (GOHN, 2014), a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no âmbito da Igreja Católica, em 1974, do MST, em 1984, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, entre outros.

Assim, novas forças entram em cena. Essas forças estão nas organizações e movimentos populares, em um movimento de deslocamento do polo político do Estado para a sociedade civil. No campo, há um papel decisivo da Igreja Católica, a partir da criação da CPT, embasada da Teologia da Libertação, das organizações de esquerda e dos sindicatos nesse processo de formação de movimentos sociais. Ganha força não só a luta contra a opressão, mas também as diversas formas que o poder assume no cotidiano das pessoas e grupos (MARTINS, 1989).

É nesse contexto de repressão e violência, durante a ditadura militar, em consonância com a expansão da construção de Usinas Hidrelétricas que começam a se articular as lutas do povo atingido contra as violações de direitos sofridas nesse processo. De acordo com Grzybowski (1987) a luta dos atingidos por barragens é uma luta contra a expropriação. Porém, contra a expropriação conduzida por novos atores, não servindo diretamente aos antigos latifúndios em vias de modernização ou às indústrias que se territorializam no campo. Nesse viés, quando a expropriação é promovida pelo Estado, esta ocorre sob o princípio da utilidade pública⁶. “Por isto, a luta contra as barragens configura-se como luta contra a expropriação feita pelo Estado em nome da sociedade. É a própria legitimidade do Estado e da legalidade instituída que é denunciada.” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 25).

Essas lutas ganham corpo a partir de frentes locais e regionais de resistência, elencadas por Grzybowski (1987) como frentes pioneiras de resistência dos atingidos por barragens aos empreendimentos. A primeira, ligada às barragens do Rio São

⁶ De acordo com o Artigo 5º do Decreto-lei nº 3365 de 21/06/1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, consideram-se casos de utilidade pública: a) a segurança nacional; b) a defesa do Estado; c) o socorro público em caso de calamidade; d) a salubridade pública; e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência; f) **o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica**; g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais; h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos; i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais ([Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999](#)); j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo; k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza; l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico; m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios; n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves; o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária; p) os demais casos previstos por leis especiais. (negrito nosso).

Francisco implementadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF; A segunda, localizada “onde mais se condensou o investimento na produção hidrelétrica” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 28), nasceu da resistência ao empreendimento da ELETROSUL, e previa a construção de 22 barragens em território brasileiro, o que levou à oposição radical dos atingidos à construção das usinas; Finalmente a terceira frente refere-se à barragem de Tucuruí (PA), construída pela ELETRONORTE, que atingiu milhares de posseiros na região norte do País. Benincá (2010) destaca também, na região norte, a experiência dos atingidos pela UHE de Balbina, em Uatumã (AM), na década de 1970.

As frentes de resistência contaram com especificidades próprias aos contextos locais onde as obras foram anunciadas, o que gerou formas de organização diferentes em cada experiência. Conforme citado no parágrafo anterior, três foram as principais frentes de resistência que aglutinaram lutas locais de atingidos por barragens nas regiões Nordeste, Norte e Sul do Brasil. Estas lutas não ocorreram de forma isolada, apesar de contarem com elementos que as diferenciam entre si. A diversidade entre os atingidos, a violação de direitos presente em todo o processo de implementação da barragem, bem como a negligência com a população rural atingida são alguns dos pontos comuns.

No Nordeste, a organização dos atingidos partiu de iniciativas dos próprios camponeses e da CPT, com o intuito de fazer frente às políticas de Estado que buscavam modernizar a região do Vale do São Francisco, beneficiando a burguesia industrial e o capital internacional, o que acarretou questões como a grilagem de terras, dado o processo de valorização das terras ali localizadas, conflitos entre indígenas e camponeses, bem como ameaças de expulsão pela barragem de Itaparica, na divisa entre Bahia e Pernambuco. As memórias acerca das Usinas Hidrelétricas de Sobradinho e Moxotó, nas quais as indenizações aos proprietários foram insuficientes ou em alguns casos não ocorreram, estimularam os camponeses atingidos a buscar formas de garantir que a situação não se repetisse (FOSCHIERA, 2009).

Em 1979 foi criado o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, uma articulação entre diversos sindicatos da região atingida, transpondo limites municipais e estaduais, pois aglutinava sindicatos de trabalhadores rurais tanto do estado da

Bahia, quanto de Pernambuco. Segundo Foschiera (2009), as lutas relativas à barragem de Itaparica não eram o único ponto discutido do Pólo, mas compunha as questões centrais, o que revela que a organização dos atingidos no Vale do São Francisco se deu atrelada a outras lutas.

No ano de 1982 foi instituída uma entidade civil chamada Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco (CDDHSF), que contribuiu com o Pólo a partir de assessoria jurídica, organização de documentos referentes às lutas, treinamentos, formações políticas, entre outras tarefas. Desta forma, houve um intenso processo de mobilização, com admissão do Pólo pelos sindicatos mais combativos, apresentação de planos de reassentamento pelo Pólo, ocupações da sede da CHESF e ocupações no canteiro de obras da barragem. No total, da organização dos camponeses se formaram, por meio de conquistas das lutas, 116 agrovilas e 5.136 lotes com irrigação, que abrangiam uma área de aproximadamente 20.000 hectares (FOSCHIERA, 2009)

No Norte, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída no Rio Tocantins, foi a principal contradição que engendrou a mobilização dos atingidos. A obra, que deslocou mais de 25 mil pessoas, inundou quase 3000 km² e atingiu sete municípios à montante, bem como outros à jusante (CORRÊA, 2009), deu origem ao Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí/PA, no ano de 1981 (BENINCÁ, 2010).

Diante de problemas envolvendo as indenizações, discrepâncias envolvendo os reassentamentos propostos e os realmente oferecidos, e a supostamente rápida conclusão dos pagamentos por parte da ELETRONORTE já em 1981, os atingidos, com destaque para os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios atingidos, organizaram algumas ações, como acampamentos em frente à sede da empresa (BENINCÁ, 2010)

No Sul, as lutas mais expressivas foram as dos atingidos pela UHE de Itaipu, no Paraná, pelas UHEs de Itá e Machadinho, entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Itaipu, as mobilizações deram origem ao Movimento Justiça e Terra, que teve início com a ocupação dos arredores do escritório da Itaipu Binacional no município de Santa Helena/PR, no dia 14 de julho de 1980, por centenas de agricultores atingidos, número que nos dias seguintes chegou à casa dos milhares. A ocupação, que teve apoio da CPT, durou 16 dias e foi uma resposta à morosidade e às indefinições do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da

Itaipu em relação às indenizações e desapropriações, muitas das quais pensadas em desacordo ao que era de interesse dos agricultores (GERMANI, 2003).

As principais reivindicações eram: “a) reajuste de 100% nos preços da indenização e também para os indenizados que ainda não receberam o cheque; b) correção a cada 90 dias; c) recebimento do cheque no máximo em 15 dias; d) indenização das redes elétricas; e) terras no Paraná; f) maior rapidez por parte do INCRA” (GERMANI, 2003, p. 115). Mesmo com o fim do acampamento em Santa Helena, reuniões da Comissão dos Agricultores, formada no Movimento Justiça e Terra, continuaram ocorrendo para cobrar as vitórias conquistadas com a ocupação. O Movimento voltou a organizar, em 1981, um novo acampamento, desta vez na BR-277, que durou 54 dias. (GERMANI, 2003)

Em Itá e Machadinho, surgiu, de acordo com Vainer (2003) as mais amplas e aguerridas experiências de resistência na região Sul, por terem sido as duas primeiras barragens construídas na bacia do Rio Uruguai. Era prevista a edificação de 25 barragens de aproveitamento hidrelétrico na bacia, bem como o deslocamento de cerca de 300 mil pessoas e a inundação de 1600 quilômetros quadrados. No total, 17 municípios⁷ foram parcialmente atingidos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, somando a hidrelétrica de Itá e a de Machadinho (VAINER, 2003).

Em 1979, em oposição à construção das barragens de Machadinho e Itá, foi criada uma Comissão de Barragens, com o apoio da “CPT, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), de sindicatos combativos da região e de membros da Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior (FAPES) de Erechim e outras organizações sociais” (BENINCÁ, 2010, p. 69). Em 1980, a comissão passou a se chamar Comissão Regional de Barragens, e em seguida Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), que tinha como objetivo debater formas de enfrentamento às barragens juntamente à população (BENINCÁ, 2010).

De acordo com Benincá (2010) entre as ações com participação da CRAB está a 6° Romaria da Terra, em Viaduto/RS, como parte do processo de conscientização acerca dos projetos de barragens, concentrações, passeatas, pressão sobre

⁷ Foram atingidos pela UHE de Itá os municípios de Itá, Concórdia, Peritiba, Ipira e Piratuba, em Santa Catarina; e Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul. Pela UHE de Machadinho, foram atingidos os municípios de Campos Novos, Capinzal, Piratuba, Anita Garibaldi, Celso Ramos e Zortéa, em Santa Catarina; e Machadinho, Maximiliano de Almeida, Barracão e Esmeraldo, no Rio Grande do Sul. (VAINER, 2003)

autoridades, remoção de demarcadores do perímetro do lago e a expressiva “coleta de mais de um milhão de assinaturas no abaixo-assinado intitulado ‘Não às barragens’, entregue ao Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários, visando pressionar a ELETROSUL e o governo contra a execução de tais projetos.” (BENINCÁ, 2010, p. 69)

Mesmo com os acordos firmados entre a CRAB e a ELETROSUL, em 1987, direitos como indenizações justas e reassentamentos de qualidade, na década de 2000 ainda eram violados, após o enchimento dos lagos. A CRAB, que na década de 2000 correspondia ao MAB-Sul, seguia no enfrentamento, desta vez às empresas privadas como a Machadinho Energética S.A (MAESA) e a Itá Energética S.A. (ITASA), na luta pelas devidas reparações pendentes (VAINER, 2003).

Estas foram, de acordo com Benincá (2010), as principais organizações locais que, em confluência com outras experiências de organização de atingidos, desembocaram na criação do MAB, em 1991.

Em 1989 ocorreu o primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, na cidade de Goiânia/GO, que ocorreu a partir da articulação das lutas empreendidas até o momento, do incentivo à organização dos atingidos em mais locais do país, e do apoio de entidades como a CUT, a CPT, a Comissão Pró-Índio (SP), do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e do Centro de Educação Popular (CEPIS). Neste encontro uma comissão foi retirada para organizar o I Congresso Nacional do Atingidos por Barragens, que aconteceu em março de 1991, em Brasília/DF. Neste congresso, o movimento foi criado a partir do entendimento de que as experiências dos atingidos no que diz respeito à violações de direitos na construção de barragens eram semelhantes quanto aos problemas enfrentados e aos interlocutores contra quem os embates eram feitos (MAB, 2013; MAB, 2015)

A data da plenária final do congresso, no dia 14 de março de 1991, foi instituída como aniversário do MAB e como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens. Gohn (2014) assinala que uma das tendências dos movimentos criados na América Latina na década de 1990 era o enfraquecimento, no caso de movimentos que não se articularam a redes nacionais ou regionais, dada a fragmentação e recuo das forças de esquerda em um momento abandono dos ideais socialistas, influenciado pelo cenário político da década. O MAB, entretanto, formou-se a partir de experiências de

resistência pré-existentes, compondo uma articulação escalar que perdura, desde o dia de sua criação no I Congresso Nacional do Atingidos por Barragens até a atualidade, totalizando 31 anos.

Após o primeiro congresso, outros ocorreram: O II Congresso Nacional do MAB, em dezembro de 1993; o III Congresso Nacional do MAB, em dezembro de 1996, na cidade de São Paulo/SP; o IV Congresso Nacional do MAB, em novembro de 1999, na cidade de Belo Horizonte/BH, sendo a última grande atividade do Movimento em escala nacional chamada de congresso; o Encontro Nacional do MAB, em junho de 2003, em Brasília/DF; o Encontro Nacional do MAB, em março de 2006, em Curitiba/PR; o 7º Encontro Nacional do MAB, em setembro de 2013, em São Paulo/SP; e o 8º Encontro Nacional do MAB, em outubro de 2017, na cidade do Rio de Janeiro/RJ (MAB, 2013; MAB, 2020).

Ao longo dos anos, o MAB vai aprofundando sua análise, no sentido de definição de um objetivo geral bem como de compreensão da realidade e de que estratégias de lutas deveriam ser construídas nesse sentido. “Ou nos tornávamos um forte movimento sindical, popular e político, que faz a luta por direitos mas também com estratégia política de luta pelo poder, ou nos limitávamos a fazer a luta reivindicatória e regionalizada” (MAB, 2015, p. 3). Nesse sentido, o MAB surge no Brasil, inicialmente, como movimento sindical de luta pelos direitos das populações atingidas, com a palavra de ordem “**Indenizações Justas**”. Mas, com o tempo, as pautas de luta aumentam concomitantemente à formação política do movimento e a consigna então passa a ser “**Terra por Terra**”, como forma, segundo Santos (2015), de reivindicar reassentamentos de qualidade, “confrontando a estratégia das empresas de oferecer e pagar indenizações individuais aos agricultores atingidos para desarticular o movimento coletivo” (SANTOS, 2015, p. 118) nos anos 1980, ainda antes da criação do MAB.

Com o questionamento do setor elétrico, o MAB passou a questionar também o modelo de sociedade capitalista, passando a adotar a palavra de ordem “**Terra sim, Barragem não**” (MAB, 2015). O avanço do neoliberalismo e de suas políticas, contribuiu para que fosse adotada a palavra de ordem “**Águas para a vida, não para a morte**” e posteriormente, no Encontro Nacional do MAB, em 2006, “**Água e Energia não são mercadorias**”. É importante ressaltar que a palavra de ordem “**Águas para a vida, não para a morte**” também foi uma expressão utilizada em 1983, na 6º

Romaria da Terra, realizada em Viaduto/RS, como parte do processo de luta contra as barragens da bacia do Rio Uruguai (BENINCÁ, 2010).

Em 2013, no sétimo encontro nacional do movimento, percebe-se uma amplificação ainda maior da desse debate, e a palavra de ordem passa a ser “**Água e energia com soberania, distribuição de riqueza e controle popular**”, consigna que é trazida novamente no 8º Encontro Nacional do MAB e que perdura até a atualidade. O 8º Encontro Nacional do MAB foi o maior já feito, e contou com a presença de cerca de 3500 atingidos e atingidas (ALVES, 2019, Negrito nosso; MAB, 2015; MAB, 2017)

O MAB, atualmente, está presente em 19 estados⁸ do Brasil e a partir do acúmulo teórico e prático de suas lutas se afirma enquanto “um movimento popular, autônomo, de caráter nacional e rostos regionais, que luta para conquistar e garantir direitos da sua base social e, com outras forças, construir um Projeto Energético Popular, no rumo de uma sociedade sem opressão” (MAB, 2013, p. 14). Nesse sentido, é possível inferir que o MAB, organiza uma atuação escalar, já que seu objetivo ultrapassa as demandas locais, tomando-as, porém, como ponto de partida em direção ao geral, para depois a elas retornar.

3.3 O MAB e a questão escalar

O desenvolvimento das relações escalares no MAB tem relação com o caráter dinâmico do movimento social, que não está alheio à realidade no qual está inserido e não responde de maneira estática às mudanças. A superação de uma concepção essencialmente sindical e econômica do MAB, demonstrada no tópico acima pela amplificação da agenda do MAB contra o modelo energético e na luta por uma sociedade socialista, bem como pela defesa de uma política energética e de águas que esteja a serviço do povo, revela a política da escala e evidencia que a luta por direitos se conecta à luta para alcançar a mudança do modo de produção.

Este aprofundamento na análise ocorre em um contexto de expansão do neoliberalismo no Brasil e no mundo, com desdobramentos sintomáticos no setor

⁸ Região Norte: Amapá, Pará, Rondônia e Tocantins; Região Nordeste: Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí; Região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; Região Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Região Centro-Oeste: Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso.

elétrico, cada vez mais apoderado por empresas privadas, que contavam com planos para expansão e celeridade na construção de UHEs, bem como a monopolização do setor não só no Brasil, mas em escala mundial. Foschiera (2009) aponta que este processo tinha características de um novo colonialismo, imperialista e monopolista.

Fazia-se necessário então uma reorientação do método organizativo do MAB, demarcada pelo Encontro Nacional do MAB realizado em 2006, no qual houve avanços no debate acerca do modelo do setor elétrico nacional e sobre o entendimento da raiz dos problemas enfrentados pelos atingidos e atingidas nesse modelo (MAB, 2013). O embasamento do MAB quanto à análise e compreensão da realidade passa a ser a ciência marxista (MAB, 2008).

Diante do exposto, apesar das contradições locais lançarem parte das condições para o surgimento de focos de resistência que podem vir a se organizar enquanto MAB, tais contradições são situadas no conjunto do modo de produção. A luta em defesa dos direitos das populações atingidas continua sendo uma prioridade, mas “Compreender o geral para conhecer o particular nos permite planejar as ações e lutas locais, com visão e caráter nacional na perspectiva da transformação social” (MAB, 2008, p. 8)

Prova disso é o relatório produzido pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), no ano de 2010. O estudo, foi levado a cabo pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, composta por:

Doutor Humberto Pedrosa Espínola, representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que a coordenou; Deputada Federal Luci Choinacki, representante da Câmara dos Deputados; Professor Carlos Bernardo Vainer, representante do Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR; Doutor Ricardo Montagner, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Doutor João Akira Omoto, representante do Ministério Público Federal – MPF; Um representante do Ministério de Minas e Energia – MME; Um representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Um representante da Defensoria Pública da União. (CDDPH, 2010, p. 4)

Neste estudo, foram analisadas sete barragens brasileiras de diferentes naturezas e em diversas partes do Brasil: Açude Acauã, na Paraíba; UHE de Aimorés, em Minas Gerais e Espírito Santo; UHE Cana Brava, em Goiás; Pequena Central Hidrelétrica Emboque (PCH), em Minas Gerais; UHE Foz do Chapecó, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; PCH Fumaça, em Minas Gerais; e UHE Tucuruí, no Pará. De acordo com o relatório há, no Brasil, um padrão de violação sistemática de

dezesseis direitos humanos no processo de implementação de barragens, independentemente do objetivo do empreendimento.⁹

Esse conjunto de direitos violados na construção de barragens no Brasil demonstra que na escala local há um desdobramento da lógica e da intencionalidade sob a qual os empreendimentos foram construídos, que quando incorpora interesses privados, por mais que o Estado esteja envolvido no processo, objetiva prover o aparato para a acumulação de capital, cada vez mais ligada à utilização de água, energia e minérios. Nessa contradição, o grupo hegemônico quer água para posse e uso privado, seja qual for sua finalidade específica nas instâncias da produção, com o objetivo de atender aos interesses do capital. O outro grupo luta para defender seus direitos relativos à terra, à água, à moradia, ao trabalho, à identidade, e a todas as outras dimensões que compõem seus espaços de vida.

Santos (2017) aponta que “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (p.63). Tais finalidades são decididas e definidas em escalas outras, e por vezes negligenciam a totalidade que aquela porção do espaço significa. Denotam uma determinada intencionalidade, camufladas pela retórica do desenvolvimento, também incompatível com os interesses de populações atingidas por barragens. Esses grupos sociais que resistem aos empreendimentos são tidos como o velho em contraposição ao novo, e que supostamente desejam impedir a chegada do progresso. O novo corresponde aos grandes projetos, que constituem uma inovação dada pela técnica. “O velho (...) são os grupos sociais preexistentes e suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. (...) **quando o velho não pode colaborar com a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado**” (SANTOS, 1988, p. 79. **Negrito nosso**).

⁹ Direito à informação e à participação; direito à liberdade de reunião, associação e expressão; direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; direito à moradia adequada; direito à educação; direito a um ambiente saudável e à saúde; direito à melhoria contínua das condições de vida; direito à plena reparação das perdas; direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; direito de ir e vir; direito à cultura, às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; direito de grupos vulneráveis a proteção especial; direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária; direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; direito à reparação por perdas passadas (CDDPH, 2010).

Ao discorrer sobre escala, Santos (2011) traz uma ideia essencial para nossa reflexão quanto à relação escalar presente na agenda política do MAB, que é a de escala enquanto construção:

Sendo construção social, fruto da ação, a escala é então uma instância de (ou da) ação política que, através de aspectos e relações espaciais, revela como a política enquanto campo das relações de poder transborda o espectro dos atores da organização e das ações do Estado (p. 124)

A organização do MAB pressupõe então uma outra construção escalar que repensa a hierarquia entre o local e o global. Santos (2011) indica essa possibilidade ao discutir a pluriescalaridade dos fenômenos. Segundo o autor “A escala, enquanto instrumento heurístico nos permite distinguir níveis de análise do real, mas, no real tais níveis não são níveis, mas sim simultaneidades - dos elementos, objetos e das ações que constroem o espaço geográfico” (p. 93).

Ideia semelhante é colocada por Castro (2014) que define a escala enquanto modelo espacial de totalidades sucessivas. Assim, apesar de as contradições locais terem especificidades, tanto em relação à obra implementada quanto no que se refere à forma de resistência adotada, estas compõem uma totalidade. Mais do que fragmentos de uma luta maior, as realidades locais são totalidades sincrônicas e consecutivas. Não por acaso, o MAB pontua a importância de se tomar como orientação a concretude da realidade, que “coloca-nos o desafio de construir a estratégia e alianças com outros movimentos populares e com a sociedade no **nível local, nacional e até internacional** (MAB, 2015, p. 4, negrito do autor).

A partir deste princípio podemos inferir que o MAB, além redefinir hierarquias escalares entre o local e global em sua ação, compreende as realidades enquanto totalidades nas quais outras organizações com lutas específicas estão inseridas, mesmo que ligadas a um objetivo geral, que é, no caso do MAB, “contra todas as estruturas injustas da sociedade, forjando um PROJETO POPULAR PARA O BRASIL” (MAB, 2011, p. 5, grifo do autor)

Em âmbito nacional, o MAB, para além de sua articulação escalar interna, compõe articulações com outros movimentos e organizações. Exemplos são:

- a) A Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia (POCAE): Articulação de organizações que representam trabalhadores e trabalhadoras das áreas de energia e petróleo, que envolve grupos como petroleiros, eletricitários, engenheiros, operários de obras, **atingidos por barragens**, camponeses,

trabalhadores e trabalhadoras da educação e organizações estudantis/de juventude. A articulação busca “construir um campo político de alianças que pense estrategicamente a questão da energia elétrica e a questão do petróleo no Brasil articulado com o tema da educação, saúde e direitos” (POCAE, 2018, p. 2, grifo nosso);

- b) A Frente Brasil Popular (FBP): Articulação criada como instrumento de resistência ao Golpe de 2015, neste mesmo ano, é uma organização que engloba movimentos populares, sindicatos, entidades, partidos políticos e ativistas (FBP, 2018);
- c) Consulta Popular: Fundada em 1997 com a proposição de uma maior unidade entre vários movimentos e organizações sociais que mantinham uma postura crítica ao modelo neoliberal que vinha se instaurando no Brasil e suas repercussões no âmbito do partido que esses grupos tinham como referência, no caso o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse sentido, o objetivo da Consulta Popular é elaborar espaços populares com a finalidade de construir um Projeto Popular a ser implementado a partir da ruptura com o capitalismo, privilegiando a luta revolucionária (FOSCHIERA, 2009).

Em escala internacional, destaco a participação do MAB em duas articulações de movimentos sociais:

- a) Via Campesina: Movimento internacional criado em 1993, na cidade de Mons, Bélgica para fazer frente às políticas agrícolas e empresariais que estavam cada vez mais globalizadas, incorrendo em exclusão dos camponeses e camponesas dos processos decisórios que afetavam suas vidas. A organização representa então a globalização da luta em defesa da agricultura camponesa e da soberania alimentar, envolvendo 181 organizações em 81 países, dos quais 41 estão na América do Sul e 8 no Brasil¹⁰ (VIA CAMPESINA, 2017);

¹⁰ No Brasil, os movimentos que integram a Via Campesina são: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e o Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM). (LA VIA CAMPESINA, 2018, grifo nosso).

- b) O Movimento de Afectados por Represas na América Latina (MAR): Articulação criada durante o 4º Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens, ocorrido na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), na cidade de Chapecó/SC, em setembro de 2015. O Movimento é constituído por organizações de 12 países¹¹ e é gestado desde 2010 a partir de análises que confirmaram a semelhança entre os problemas enfrentados pelos atingidos e atingidas no processo de construção de barragens e violações de direitos nestes países, bem como à atuação das empresas envolvidas na implementação dos projetos. (MAB, 2020).

Conceber as relações escalares a partir desse olhar, de construção de novas relações e como desdobramento desta construção, uma nova articulação escalar faz com que diferentes realidades sejam, então, articuladas em uma unidade que não dispensa as diferenças. No Brasil, há uma diversidade de populações atingidas por barragens: pequenos agricultores, arrendatários, trabalhadores rurais sem terra, povos indígenas, pescadores, populações quilombolas, mineradores, entre outros (MAB, 2013). Há, ainda, pessoas que, mesmo não sendo atingidas, se integram às lutas do Movimento. A atuação escalar do MAB, nesse sentido, “permite (...) identificar e planejar ordenamentos operantes no plano do real, ordenamentos nas próprias experiências sociais, nas experiências de espaço e tempo individuais e sociais.” (SANTOS, 2011, p. 108). Caminhando nessa perspectiva, de identificar formas diferentes de relação de pessoas e grupos com o espaço, para além da identificação, a atuação escalar articula experiências vivenciadas de formas distintas pelos indivíduos, grupos, sujeitos e agentes sociais. (SANTOS, 2011)

Desta forma, as escalas podem ser definidas, entre outras características, por ser arena do exercício do poder, “na medida que elas definem/são definidas por estas tensões” (SANTOS, 2011, p. 133) e para além de ser uma esfera de regulação da sociedade, é também um “instrumento de identificação de posições no mundo, servindo assim também como referência de compreensão do poder e instrumento também de perturbação da ordem” (SANTOS, 2011, p. 133), que pode ser posta em prática com base em novas construções e articulações escalares.

¹¹ México, Colômbia, Brasil, Chile, Honduras, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Argentina, Peru e Cuba (MAB, 2020).

A organicidade do MAB, que foi se modificando ao longo do tempo, atualmente organiza instâncias em nacional, estadual e regional, diferente da organização regionalizada anterior à nacionalização do Movimento em 1991. O que chamo aqui de escala regional, o MAB se refere enquanto *região* de atuação. Esta forma de utilização do conceito será discutida no quarto capítulo deste trabalho, seção referente à espacialização do MAB no Ceará.

A organização possui espaços de discussão e deliberação em todas estas escalas, o que revela que assim como o movimento, a escala também é dinâmica. Nesse sentido, o MAB, em sua atuação junto às populações atingidas por barragens, por construir novas escalas, constrói concomitantemente novos espaços nessas instâncias, com intencionalidades conflitantes às dos atores que modificam o espaço com a intencionalidade do lucro e da acumulação de capital.

4. “NA CALÇADA, PRA PLANEJAR, PRA SONHAR”: A ESPACIALIZAÇÃO DO MAB NO CEARÁ

4.1 Breve histórico das medidas relativas às secas no Ceará

No Ceará, as décadas de 1980 e 1990 foram de transformações espaciais, principalmente relativas à infraestrutura hídrica, que incorreram em contradições que lançaram parte das condições para o surgimento do MAB no Estado. Essas transformações contam com especificidades, que para além das particularidades climáticas, decorrem de uma forma distinta de organização socioespacial e econômica, que tem implicações na finalidade das obras construídas. No entanto, a despeito de suas singularidades, as modificações no espaço cearense a serem discutidas não estão desvinculadas do conjunto do modo de produção e do padrão nacional de construção de barragens.

O semiárido brasileiro engloba cerca de 80% da região Nordeste do País e aproximadamente 92% do estado do Ceará (SABOIA, 2015). Conforme posto por Ab'Saber (1999) as particularidades das regiões semiáridas são especialmente de ordem climática, hídrica e fitogeográfica, como baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações anuais; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico e ausência de rios perenes, entre outros atributos. As secas dão nome a estes longos períodos de deficiência de precipitações e que não são características apenas do Nordeste semiárido brasileiro.

Entretanto, apenas a leitura dos atributos físicos e ecológicos não dão conta de explicar o drama social vivenciado por alguns grupos humanos que habitam o semiárido mais populoso do planeta (AB'SABER, 1999). Em contrapartida, as secas justificaram e ainda justificam a construção de obras e a implementação de medidas em nome de seu suposto combate, principalmente no sertão cearense, como se a raiz dos problemas enfrentados no nordeste semiárido fosse eminentemente natural e inerente a este recorte do espaço. Nesse sentido, o Nordeste é uma região sob constante intervenção.

Porém, no final do século XX, as ações do Estado, apesar de ainda abraçarem a retórica do combate à seca, passaram por mudanças de orientação ao substituir a imagem das mazelas da seca pela do advento do moderno (SABOIA, 2015). A eleição

do empresário Tasso Jereissati em 1986, representante do Governo das Mudanças, foi um marco dessa reorientação das ações institucionais no que se refere à água no Estado. Foi também durante o Governo das Mudanças que o açude do Castanhão foi planejado e construído como eixo central da política de águas do Estado (MONTE, 2005).

A gestão das águas é deslocada do eixo nacional para o estadual, que no caso cearense englobou o diálogo com agências multilaterais e possibilitou obras hídricas de grande magnitude, através da

intensificação de parcerias com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) por meio de empréstimos financeiros e assessorias técnicas na elaboração e condução de políticas públicas e de investimentos do governo estadual." (SABOIA, 2015, p. 101).

Até meados do século XIX as secas no Ceará, apesar de acarretar perdas econômicas nas plantações e nas criações de gado, não eram visualizadas enquanto fenômeno social e como um problema a ser combatido por medidas do Estado.

Com o predomínio da pecuária, uma das principais atividades através da qual o território cearense fora ocupado, destacava-se a parceria como relação de trabalho nesta organização socioeconômica marcada pela má distribuição de terras herdada da divisão do Brasil em sesmarias. A parceria se desdobrava, na pecuária, na figura do vaqueiro que dividia o gado com o proprietário na proporção de 1 para 4, e na agricultura, na figura do parceiro que cultivava parte da terra do proprietário, cedendo, em troca, dias de serviço ou parte da produção. Nesse sentido, as melhores terras eram destinadas à criação do gado, e mais tarde à plantação de algodão, enquanto que as piores eram destinadas aos parceiros, vaqueiros e pequenos proprietários, que produziam para garantir a segurança alimentar de sua família (NEVES, 2000).

O roçado de subsistência, apesar de subordinado ao comercial, já tinha forte presença no território do Estado. Até o século XVIII havia um frágil equilíbrio nessas relações, conforme colocado por Neves (2000), garantido por um certo grau de estabilidade nesses vínculos de mutualidade. Porém, modificações nas atividades agrícolas, ocasionadas pelo rápido aumento da demanda por algodão, nos anos

1860¹², alteraram drasticamente o suposto equilíbrio. A Lei de Terras de 1850¹³ também contribuiu com essas modificações, ao passo “que permitiu a tomada de terras de posseiros e pequenos proprietários com base no direito de compra e a incorporação, pela força e pela lei, das terras indígenas ao território da província” (NEVES, 2000, p. 46).

Assim, a agricultura praticada pelos camponeses foi cada vez mais subordinada à agricultura comercial, os vínculos de dependência entre a população pobre e as influentes lideranças econômicas e políticas do sertão foram fortalecidos, e a seca, antes contornável com a expansão das terras de cultivo e as migrações para áreas mais úmidas é convertida em tragédia, com graves consequências como a fome, mortes humanas em massa e grandes migrações. É a partir dessa conjuntura que a seca de 1877-1879 se torna um marco para a paulatina sistematização da ação do Estado, que passa a ser menos episódica a partir do final século XIX, substituindo aos poucos o predomínio da caridade. A seca é, então, cada vez mais vinculada à pobreza.

Há, portanto, custosas consequências em todo esse processo que envolvem a expectativa conformista quanto a população e o manejo político clientelista, que resultam na exclusão do sertanejo do processo político (CHACÓN, 2007). Assim, a associação determinista entre seca e pobreza justificava esse estado de coisas, de acordo com Chacón (2007, p. 31) “seja pela perpetuação da pobreza e da dependência, seja pela desarticulação social e cultural do povo, ou ainda por ações indiretas que promovem o deslocamento de fato desse povo para outras regiões, notadamente para o meio urbano.”

Essas exposições iniciais têm com o objetivo de reafirmar o que é dito por Neves (2000): a seca não atua sobre matéria bruta. Ela ocorre sobre uma totalidade de condições sociais, históricas, espaciais e políticas que são condicionadas por uma determinada organização socioeconômica e socioespacial, e que nesse caso envolve, entre outros fatores, uma rígida e desigual estrutura agrária.

¹² Entre os anos de 1861 e 1865 ocorreu a Guerra Civil nos Estados Unidos, que abriu novos mercados para o algodão brasileiro, antes dominados pelo algodão estadunidense. (NEVES, 2000)

¹³ A Lei nº 601 de 1850, a chamada Lei de Terras, proibia a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra, substituindo o regime de sesmarias suspenso em 1822 (MARTINS, 1981).

Sousa Filho (2001) divide em quatro grandes fases as ações institucionais relativas às águas no Ceará: fase voluntarista; fase DNOCS; fase SUDENE/DNOCS e fase estado, as três primeiras tendo como instância decisória a União, e a quarta o governo do Estado.

A fase voluntarista ocorreu majoritariamente no Império e teve como característica a escassez de organização institucional sistemática para efetivação das ações. As medidas pontuais se referiam a construção de reservatórios, a exemplo do açude do Cedro, concluído em 1906, no município de Quixadá. (SOUSA FILHO, 2001). Nesse período já existiam estudos e proposições para a implementação de medidas relativas às secas, a exemplo da Comissão Científica de Exploração, que em 1856 planejava abrir um canal interligando o Rio São Francisco e o Rio Jaguaribe. (MONTE, 2005).

A fase DNOCS se inicia com a criação da Inspetoria De Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, que em 1945 se tornou Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Esta fase teve como objetivo a realização de estudos para entender a natureza física do semiárido e a partir dos resultados obtidos construir a infraestrutura hídrica para o combate às secas. A fase pode ser dividida em Período Pioneiro, no qual se realizava estudos de base e se construía reservatórios superficiais, e Período das obras de estocagem de água, a exemplo dos açudes Várzea do Boi, em Tauá, concluído em 1954, do açude Araras, em Varjota, concluído em 1958 e do açude Pentecoste, no município homônimo, finalizado em 1957. Importante ressaltar que todas os açudes citados são de médio e grande porte (SOUSA FILHO, 2001; SRH, 2017).

De acordo com Oliveira (1993), apesar de o DNOCS ter avançado bastante no conhecimento físico do Nordeste semiárido, pouco se avançou quanto ao desvendamento de sua estrutura socioeconômica. O departamento não era regional, ou estadual, mas sim nacional. A realização de obras majoritariamente no Nordeste e com maior intensidade no Ceará, estado onde mais se realizou obras do DNOCS e segundo Oliveira (1993, p. 55) “talvez entre todos os Estados do Nordeste o mais encarniçadamente oligárquico”, mais do que um objetivo inicial, era um sintoma da captura do órgão pela força social hegemônica da época: as oligarquias agrárias algodoeiro-pecuárias. Uma das formas de materialização desse processo foi o Programa Açudagem em Cooperação, através do qual eram construídos açudes em

propriedades particulares, com financiamento de 50% pelo DNOCS e de 50% pelo proprietário (OLIVEIRA, 1993; SOUSA FILHO, 2001).

A fase SUDENE/DNOCS se iniciou com a criação da SUDENE pela lei nº 3692, em 15/12/1959, e buscou relacionar o ambiente natural às estruturas socioeconômicas do Nordeste semiárido, com vistas à modificação do perfil socioeconômico do Nordeste por meio do desenvolvimento da região. Este período está associado ao advento do planejamento estatal no Brasil, consolidado com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), fundado no governo de Juscelino Kubistchek e coordenado por Celso Furtado, e na instituição da SUDENE. Apesar de a superintendência não ter sido criada apenas com um caráter reativo, sua gênese está imbricada, entre outros elementos, às preocupações do Governo Federal com o caráter “explosivo” do Nordeste, o que poderia constituir ameaça à segurança nacional e às classes dominantes (MONTE, 2005). O avanço da organização das classes populares na região, a exemplo das Ligas Camponesas, é um exemplo do que era considerado, por parte do Governo, enquanto risco de explosividade.

Desta forma, Monte (2005) aponta que as primeiras ações da SUDENE no combate aos efeitos das secas foram caracterizadas por medidas usualmente tomadas no Nordeste, como o trabalho nas frentes, a aquisição e envio de alimentos à população e o emprego de carros-pipa. afirma que o Ceará foi o Estado ao qual mais se destinou recursos para a abertura das frentes de serviço. Nas secas de 1961, 1966, 1970 e 1976 a superintendência adotou esse sistema de trabalho, pagando um salário bem abaixo do mínimo regional (MONTE, 2005; OLIVEIRA, 1993; SOUSA FILHO, 2001).

Tendo em vista o planejamento do espaço e objetivando o aproveitamento do solo e da água, essa fase pode ser dividida em Estudos Integrados de Base, Planos Diretores, Projetos de Aproveitamento Hidroagrícola, Estudos de Viabilidade e Projetos Executivos. Entre os Estudos Integrados de Base esteve o Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ), que deu enfoque aos estudos sobre os Recursos Hídricos e o potencial hidroagrícola da bacia do Rio Jaguaribe (SOUSA FILHO, 2001).

O foco dos Planos Diretores de Bacia, os quais os principais eram o Plano Diretor do Vale do Jaguaribe e o Plano Diretor do Vale do Curu, era a promoção do desenvolvimento regional através dos Projetos de Aproveitamento Hidroagrícola.

Entre estes, de acordo com Sousa Filho (2001), destacavam-se os que se localizavam à jusante dos açudes Forquilha, Ayres de Souza e Santo Antônio de Russas.

Com o golpe militar de 1964 e com o aumento da influência dos industriais do centro-sul no Nordeste, o avanço da modernização conservadora ganhou um caráter industrializante, tendo como referência o padrão de industrialização do centro-sul, processo marcado pela diminuição da hegemonia das oligarquias agrárias no Nordeste. Não por acaso, o período de 1964 a 1978 é caracterizado pelo autoritarismo e pela tentativa do Estado de conciliar os interesses das velhas oligarquias rurais com o poder emergente da nova burguesia urbana (MONTE, 2005; CHACÓN, 2007).

Até então o trabalho das frentes de serviço, na maioria das vezes, era realizado nas grandes propriedades particulares e dos líderes políticos, o que reforçou o clientelismo, os poderes de terra e a dominação econômica e política destes líderes, prática que só foi modificada com a Lei nº 5.508 de 11/10/68, que se tratava do IV Plano Diretor da Sudene (1969 – 1973) e **impedia a construção de açudes** em propriedades particulares (ALVES, 2019. Negrito nosso). Outros grupos políticos, porém, mesmo com a construção de açudes públicos, passaram a ter seus interesses priorizados pelo Estado.

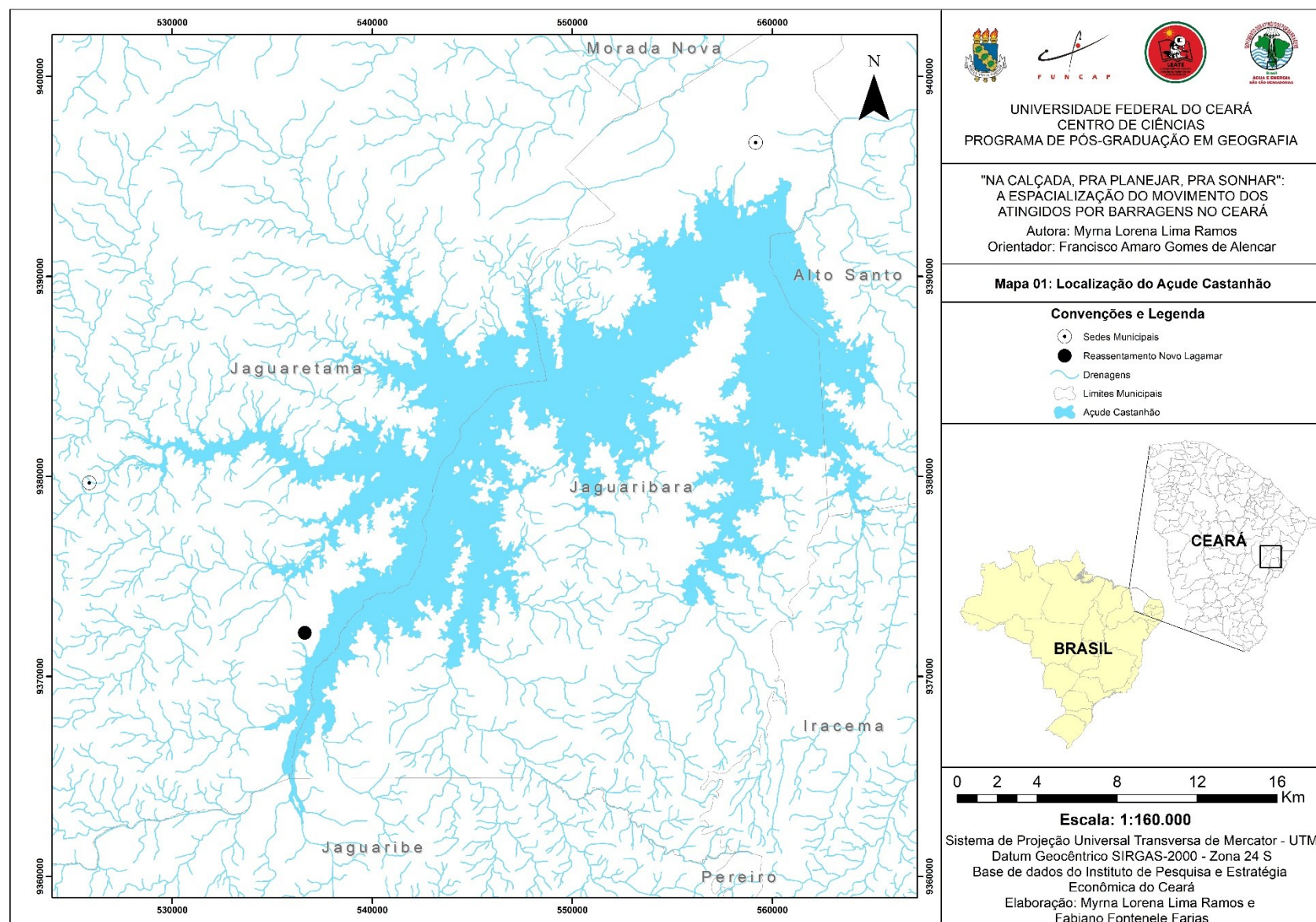
A quarta fase da ação institucional do Estado no combate aos efeitos das secas relaciona-se ao advento do Governo das Mudanças (1987 – 1990), em 1986. Uma das novidades do Governo das Mudanças, foi a organização institucionalizada da gestão dos recursos hídricos em escala estadual, demarcada pela criação da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)¹⁴, em 1987, e de uma série de outros órgãos com distintas funções e subordinados à SRH, a exemplo da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH)¹⁵, criada em 1993.

Tasso Jereissati, um dos representantes do Governo das Mudanças, por meio da retórica do progresso, da mudança, e do combate às secas e às oligarquias agrárias coronelistas cearenses elegeu-se em 1986 com 52,3% dos votos (MONTE, 2005). Nesse sentido, exposta a intencionalidade mudancista e modernizadora do

¹⁴ O primeiro secretário da SRH foi o engenheiro Hypérides Macedo, um dos criadores da política de águas do Estado do Ceará.

¹⁵ A fundação da COGERH, instituída pela Lei 12.217 de 18 de novembro de 1993, precede em quase sete anos a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), que foi estabelecida pela Lei 9.984 de 17 de julho de 2000. É importante ressaltar que alguns dos técnicos da COGERH, posteriormente compuseram a ANA, como é o caso de Rosana Garjuli e Francisco Lopes Viana. Da mesma forma, a Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 11.996 em 24 de julho de 1992 é anterior à Política Nacional de Recursos Hídricos, criada pela Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997.

governo Tasso, o coração de sua política de águas, de acordo com Monte (2005), foi a implementação da Barragem do Castanhão, a maior barragem brasileira em rios intermitentes, que está localizada nos territórios dos municípios de Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaratama e Alto Santo, conforme mostrado no Mapa 01.



A obra teve como objetivos a perenização do Rio Jaguaribe, o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), e também das empresas de agronegócio localizado na Chapada do Apodi, além do reservatório ser receptor das águas da transposição do Rio São Francisco. A barragem do Castanhão representa uma grande transformação a partir das técnicas no espaço do semiárido cearense, e dado este caráter, o empreendimento constitui, em correlação com o que coloca Santos (2017), um objeto técnico. Este objeto, no caso o Castanhão, se situa em um sistema de objetos, comandado por um sistema de ações, que de acordo com o mesmo autor, é dotado de intencionalidade. No caso observado, a intencionalidade é o uso urbano-industrial da água em um Estado que tem seu território localizado predominantemente em clima semiárido.

Diante do exposto no decorrer deste tópico, é perceptível a geografia das obras relativas às secas, atingiu populações que se organizaram em luta, a exemplo do processo de resistência dos atingidos pelas obras do Açude Várzea do Boi, em Tauá, e do Açude Patú, em Senador Pompeu, bem como os exemplos dos campos de concentração, saques e ocupações em prédios públicos feitos ao longo do século XX por parte dos grupos afetados pelas secas. É importante demarcar que as lutas dos atingidos e atingidas tanto por barragens não se iniciaram com o nascimento do MAB. Mesmo a açudagem sendo um padrão nas medidas contra os efeitos das secas no Ceará, dada a natureza agrária e política do agravamento destes efeitos, os sem terra do sertão continuaram sendo o grupo social mais prejudicado com a chegada dos períodos de escassez hídrica.

4.2 Entre atores e conflitos: O nascimento do MAB no Ceará

Mesmo antes de o MAB enquanto unidade existir no estado do Ceará, os atingidos e atingidas pela barragem do Castanhão, em sua diversidade, encontravam-se já em resistência à obra. De 1985, quando a notícia sobre a construção da barragem chegou aos municípios atingidos, até 1995, quando as obras se iniciaram, foram anos de boatos e indefinições. A turbidez do processo, evidentemente, afetou a população da sede municipal com a aflição da incerteza sobre o futuro. A fala de um dos moradores do espaço urbano de Jaguaribara, que foi uma das lideranças da Igreja Católica do município envolvidas na luta contra o Castanhão, evidencia essa tensão:

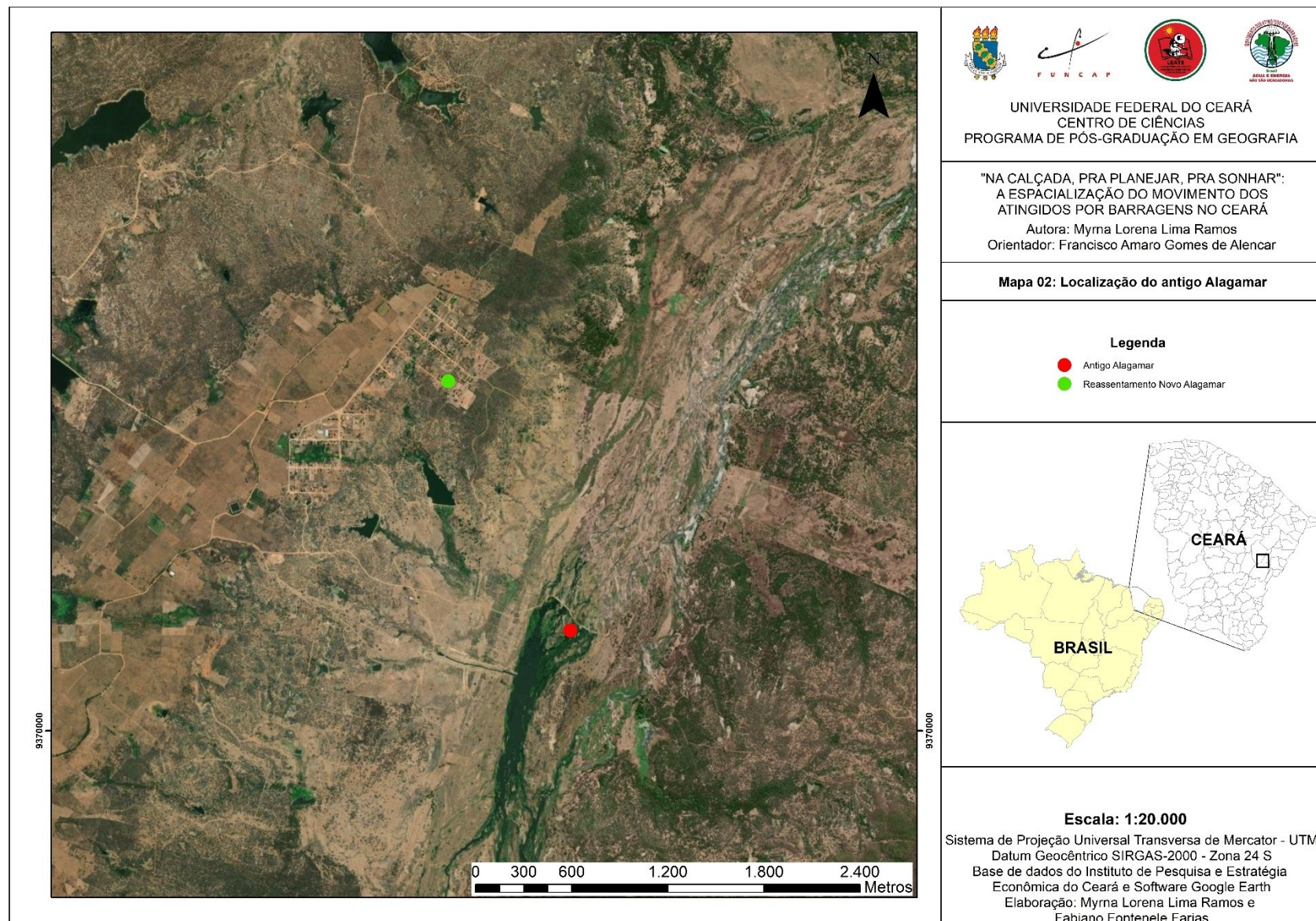
quando foi em 1985 eles anunciaram, e no final de 1986/1987 já chegou foi uma empresa (...), na época, já pra fazer as medições dos terrenos já, uma coisa bem avançada né. Mas antes disso, anunciaram dia 25 de agosto mas quando foi no dia 5 de setembro de 1985, nós fomos ao gabinete do governador que era Gonzaga Mota, vários ônibus de Jaguaribara, muita gente. E quando chegou lá e começamos a discutir com eles, ele disse que por ele a barragem tava encerrada, ele não ia construir, não ia ter construção da barragem do Castanhão. Voltamos pra Jaguaribara todo mundo animado, chegando em Jaguaribara uma carreta muito grande, o povo tudo... vixe era uma vibração medonha, que não ia mais construir. Só que foi ilusão. Quando foi em 1986, (...) quarta-feira de cinzas, o presidente da república viajou e deixou Paes de Andrade e ele anunciou a construção do Castanhão. Aí (...) começou mesmo, foi pra valer mesmo, eles vieram com tudo pra construção, aí chegou essa empresa (...) pra fazer levantamento já, o tamanho da população, quantas terras tinha, terrenos, quantos proprietários, e foi começando a engrossar o caldo, e a gente entrando com ações, chegava umas máquinas. Aí pronto, aí nós começamos essa luta e ficamos um povo triste já, muita gente querendo ir embora já sem querer esperar. (Lauro, morador da sede municipal de Jaguaribara, 2021)

Em meados da década de 80, as primeiras notícias também foram chegando ao espaço rural do município de Jaguaribara, mais especificamente na comunidade do Alagamar, uma das comunidades rurais atingidas atingida pelo Castanhão, que se situava no município de Jaguaribara. A localização da comunidade deslocada compulsoriamente pode ser observada no Mapa 02.

De acordo com a fala de Otávio¹⁶ morador do Alagamar:

por volta de 1985, aí começou, surgiu a...a...a história que ia construir essa barragem do Castanhão, ia inundar a Jaguaribara Velha né... e essa comunidade a...quase grande parte da zona rural da... do Município de Jaguaribara, (...), aí a gente foi escutando isso aí... depois de... bem 10... 10 anos foi que começaram a construção da barragem do Castanhão, aí depois começaram a... começaram a construção da barragem do Castanhão (...) O que mais me marcou foi assim, a gente...a ansiedade da gente vê isso aqui acontecer que a...gente tinha medo que a comunidade ser extinta. (Otávio, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021)

¹⁶ Neste trabalho não serão expostos os nomes reais das pessoas entrevistadas. Portanto, todos os nomes dos entrevistados citados no decorrer do texto são fictícios.



Nitidamente, a angústia da dúvida, causada pela falta de informações sobre futura obra e pela década de indefinições, não só estava também presente nas comunidades rurais, mas era intensificada por condições específicas do acesso à informação e à organização popular no campo. Esse contexto era agravado pela histórica concentração de terras na região do Vale do Jaguaribe, que alimentava relações de trabalho pautadas na dependência.

Não tínhamos Terra né, e era morador que morava aqui, morava ali, sempre né dependendo de quem tinha terra e quem tinha casa. Em 95, quando surgiu né a história da barragem do Castanhão, aliás, em 85, né, surgiu. É isso. E foi aquela ideia né, a má notícia, e foi desenrolando, só que quando foi em 95 é que foi realmente. (...) Pra onde a gente ia? E aquela preocupação porque também a gente morava em casas de pessoas né, vivia de um canto pra outro, pedindo a casa né, pessoal pedia, a gente arranjava outra casa e a gente ficava assim. (Maria, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021)

A partir da fala de Maria, moradora do Alagamar, algumas reflexões podem ser feitas acerca das condições socioculturais e políticas do espaço rural da região do Vale do Rio Jaguaribe, onde a barragem do Castanhão foi construída. A rígida estrutura agrária era caracterizada pela existência de fazendas no semiárido limitadas em grande parte pelo Rio Jaguaribe e marcadas pela predominante pecuária extensiva, e por relações de trabalho em que os meeiros, sem terra, moradores, posseiros e pescadores compunham grande parte do conjunto dos trabalhadores. Estas condições contribuíam para que o Vale do Jaguaribe fosse uma região em que os sindicatos eram controlados pelo poder econômico e político local, com poucas experiências de desapropriação de terras para reforma agrária e com uma população carente de informações sobre os próprios direitos ¹⁷. Essa conjuntura local influenciou na falta de apoio de sindicatos, organizações e partidos políticos em escala estadual no processo de formação do Movimento no Ceará, situação que se modificou com o aumento da visibilidade do MAB com o passar dos anos, quando ganhou apoio de alguns parlamentares e do MST.

Portanto, apesar de as supostas incertezas relativas à construção do Castanhão terem se estendido por cerca de uma década e causado aflição às famílias do campo e da cidade, o que já é uma forma de atingimento a estas populações, esse processo apontava, naquele momento, para uma assimetria entre os atingidos do

¹⁷ Informações colhidas em entrevista realizada com integrante da Coordenação Estadual do MAB no Ceará em 10/03/2021.

campo e os atingidos da cidade, no que se refere às possibilidades de luta contra a barragem e de resistência a esse processo.

Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, ao recordar os primeiros fóruns de discussão sobre a construção do Castanhão, evidencia sua participação, primeiramente, enquanto membro da Associação dos Moradores de Jaguaribara, relativa aos moradores da sede municipal:

Eu comecei a participar aí é... vinculado já à Associação de Jaguaribara, já como é... Associado da Associação dos Moradores da sede de Jaguaribara que, por sua vez, era ligada a paróquia... de Jaguaribara. (...) era muito mais uma... intervenção das pessoas que moravam na sede né, no município, por conta da igreja e tal, fazia essa frente contrária à barragem né. (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021)

A Associação dos Moradores de Jaguaribara foi fundada, em 1989, com o apoio da Igreja Católica, por meio da Congregação Filhas do Imaculado Coração de Maria, também conhecidas como Irmãs Cordimarianas, vista a necessidade de uma representação jurídica para dar prosseguimento à luta pelos direitos dos atingidos de Jaguaribara. A Congregação estava presente na região desde 1979 desenvolvendo trabalhos sociais junto à população. Em 1987, antes mesmo da fundação da Associação, os atingidos de Jaguaribara, por intermédio da Igreja Católica, visitaram a barragem de Itaparica, em Petrolândia/PE, construindo relações com o Polo Sindical do Sub-Médio São Francisco (ARAÚJO, 2006):

Aí de antemão nós tivemos um apoio muito grande da igreja do município de Jaguaribara pra começar essa luta (...) Qual era a ideia? Visitar alguns municípios que tinham sido inundados por barragens. Começamos por Assú, naquela parte que foi coberta pela cidade na Bahia, que foi Pilãozím, da hidrelétrica lá de Itaparica, a barragem de Itaparica na Bahia e em Pernambuco, que foi inundado várias cidades. De antemão nós conhecemos lá o que eles tinham ganhado e o que tinha perdido, era mais assim, a igreja alugou uns carros, colocamos colchão nos carros, e foi essa comissão todinha pra participar desses movimentos, o que eles poderiam ter ganho e a gente não cair no erro aqui. (Lauro, morador da sede municipal de Jaguaribara, 2021)

Um fato importante foi a participação da Associação no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, em Brasília/DF, no ano de 1991, evento que, conforme citado no capítulo anterior, demarca a consolidação do MAB no Brasil, em 14/03/1991. Conforme documento do Estado, a Associação dos Moradores de

Jaguaribara consta na lista de 33 organizações e 5 parlamentares presentes no Congresso¹⁸.

De acordo com Carlos, os fóruns de discussão, que inicialmente debatiam o mérito da barragem, passaram a discutir questões de direito, como indenizações, reassentamentos e mitigações dos efeitos das barragens na vida dos atores da região a serem atingidos. Porém, para Carlos era evidente que as discussões dos fóruns eram “muito mais um fingimento também, aí ela nunca deixou de ser encaminhada a barragem né. Passou-se a discutir isso, mas, assim, de uma forma muito muito mais para embromar né, dizer, pra prometer” (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Aproximadamente na metade da década de 1995 a comunidade rural do Alagamar começou a ser incluída no processo de discussão acerca da barragem por iniciativa de alguns moradores. Conforme a fala de Carlos, a experiência na Associação dos Moradores de Jaguaribara foi importante para seu aprendizado político, e posteriormente para o aproveitamento desses aprendizados na organização do povo do Alagamar:

eu participava nesse ambiente aí mas sem... sem... sem olhar para comunidade né, a comunidade tava muito distante aí não participava, era mais, como eu falei, pessoas da sede e pessoas ligadas a associação... e a paróquia, e a igreja né, era a irmã, algumas senhoras, algumas jovens também né, que iam pra essas reuniões. Lá pelas tantas, nessa discussão ali já é 95, 96, acho que começou em 95 né, aí eu me dei conta de que ao invés de tá discutindo isso lá com eles eu tinha aprendido um monte, muita coisa né, desse processo político né.. de discussão, a gente deveria é fazer um movimento aqui na comunidade, eu me voltei para comunidade, comecei a circular com outras pessoas na comunidade, a reunião, reuniões informais né, reuniões nas casa da gente né, as vezes era na capela, às vezes era na escola né, para pensar como seria como é que a barragem é... ia atingir a gente, como é que a gente ia se articular para ser atendido pelo governo né, era assim mais ou menos um sonho, mas a gente ...eu acompanhava a discussão né, e muita gente não acreditava que ela fosse construída ou se fosse construída a água não chegaria ali porque demoraria muito tempo, não enchia, essas coisas tudo né. (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

As primeiras reuniões da população do Alagamar no enfrentamento à barragem do Castanhão já demonstram a construção dos espaços de socialização política na dinâmica de um movimento social, que como o próprio nome evidencia, está em movimento mesmo antes de ser nomeado e unificado. A própria categoria movimento

¹⁸ O documento que contém a lista de parlamentares e organizações que participaram do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens encontra-se no anexo desta dissertação.

socioespacial tem conceito amplo pois envolve diferentes dimensões do espaço geográfico: social, política, econômica, entre outras (FERNANDES, 2000). Essas diferentes dimensões se entrelaçam construindo o acúmulo do processo de formação do Movimento. A partir da comunicação dos objetivos da luta, se desenvolve o entendimento sobre o porquê da construção daquele espaço por parte dos atingidos. Esses são os espaços que correspondem aos das primeiras reuniões, espaços onde experiências se encontram e geram sentimentos, como a indignação e a revolta: são os chamados espaços comunicativos (FERNANDES, 2000). Já nos espaços interativos, “a vida é experimentada como produtora de interações (...). Desse modo, desenvolvem-se as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos” (FERNANDES, 2000, p. 63). No caso dos atingidos do Alagamar, pode-se inferir que os espaços interativos eram permeados pelas condições socioeconômicas e políticas do morador, do não-proprietário, e que contribuíam com a tomada de consciência de alguns atingidos quanto a essa condição:

Paralelamente, também em 1995, dez anos após a disseminação das primeiras notícias acerca da construção do Castanhão, foi criado, pelo Decreto nº 23.752 de 18 de julho de 1995, o Grupo Multiparticipativo do Castanhão – GMC. Enquanto instrumento de participação, o GMC foi criado em um contexto de disseminação das ideias neoliberais, dentre elas a de desenvolvimento sustentável, que povoou os discursos políticos na década de 1990, pós Consenso de Washington e que foi levada a cabo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse período, no Estado do Ceará, corresponde ao Governo das Mudanças, que trouxe em sua retórica, duas palavras centrais: modernidade e sustentabilidade¹⁹. No cerne da proposta estava o interesse em “priorizar ações que proporcionassem o ambiente adequado para a realização de um projeto de modernização produtiva” (CHACON, 2007, p. 136), como o “enxugamento” do Estado. Nessa perspectiva e na intencionalidade do Governo das Mudanças, o foco era o desenvolvimento urbano-industrial, o que demanda que atenção e recursos sejam destinados a este fim (CHACON, 2007). Dentro deste projeto se insere a política de recursos hídricos do Estado, da qual faz parte a construção da barragem do Castanhão.

¹⁹ A intenção neste trabalho não é desenvolver os conceitos citados, mas sim compreender que há influência dessas linhas de pensamento na atuação do GMC.

Ainda nessa perspectiva, o Modelo de Gestão Participativa foi um dos elementos mais característicos da implementação do desenvolvimento sustentável no Ceará, dadas os seus princípios, que são “a visão de longo prazo, descentralização, participação e respeito ao meio ambiente” (AMARAL FILHO, 2004, p. 24). O modelo se propunha a descentralizar as decisões do poder executivo por meio da criação de colegiados de descentralização, que em tese objetivavam abrir articulações externas com a sociedade civil e aproveitar as janelas de oportunidades com o meio externo.

De acordo com Amaral Filho (2004), o modelo era composto pelos Conselhos de Participação da Sociedade (CPS), Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável (CRDS), Conselhos de Descentralização (CDs), pelos Grupos de Trabalho Internos (GTI) e por outros colegiados de descentralização que surgiram a partir do que o autor chama de Projetos Estruturantes de Grande Impacto, a exemplo do Castanhão. O Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Projeto do Açude Castanhão foi um desses colegiados de descentralização, inclusive apontado pelo Banco Mundial como modelo de Fórum de Participação da Sociedade (AMARAL FILHO, 2004). O anexo B mostra de maneira esquematizada o acompanhamento e as ações relativas ao Castanhão, mais especificamente a composição do GMC.

O GMC²⁰, mais conhecido pela população como Grupão, foi instituído para servir de fórum de debates sobre os problemas advindos com a barragem do Castanhão. Era composto por instituições públicas envolvidas na construção da barragem e por representantes da sociedade civil, que se reuniram por oito anos, desde a data da criação do GMC (MONTE, 2005).

Entretanto, os atingidos do Alagamar necessitavam de um caráter jurídico para ter direito a fala no GMC. Em janeiro de 1997 foi criada a Associação dos Moradores do Alagamar e Adjacências. A associação, além de ser uma entidade jurídica, era uma maneira de reunir os pequenos²¹, as pessoas que não tinham terra, que foram identificadas por meio de um diagnóstico realizado na comunidade por algumas lideranças. A Associação dos Moradores do Alagamar e Adjacências permanece até os dias atuais na comunidade, embora em 2010 tenha sido criada, também na

²⁰ De acordo com Monte (2005), inicialmente o GMC foi composto por 12 representantes das prefeituras municipais e comunidades de Jaguaribe, Jaguaribara, Jaguaretama e Alto Santo, 4 funcionários do Governo do Estado, 1 representante da Assembleia Legislativa e 2 representantes do DNOCS.

²¹ A palavra “pequeno” foi bastante utilizada por algumas pessoas entrevistadas, quando se referiam aos moradores sem-terra atingidos pelo Castanhão.

comunidade, a Associação dos Produtores Irrigantes do Reassentamento Novo Alagamar, que segue em funcionamento (ALVES, 2019).

Figura 1 – Associação dos Moradores do Alagamar e Adjacências



(Ramos, 2021)

No GMC, entretanto, a ideia de participação se apresentava de maneira controversa, conforme a opinião de alguns atingidos. Um dos problemas foi a questão do direito a fala e da importância dada aos relatos das comunidades, de acordo com Lúcia, moradora do Novo Alagamar:

era assim, a gente ia né aquela... pras reuniões, era... primeiramente era todo aquele pessoal do governo que falava nera... que falava, a gente, os atingidos, ficava sempre para o final para falar que tinha tempo bem reduzido né, eu levava as pautas... leva aquela pauta de reivindicação das... das necessidades, mas sempre era aquela coisa resumida que ficava para o final. Começava cedo, mas às vezes à tardinha era os últimos que apresentava (...) as pautas das reivindicações, das necessidades da... tanto da Comunidade... para comunidade e... que, assim, era para adjacência, não era só nossa que, era São José, Várzea Grande, Aningueas que também era engajado nessa Associação né, era muita coisa para ser discutido né, eram muitas... muita coisa. (Lúcia, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021)

Esse aspecto do GMC se relacionava, possivelmente, e entre outras razões, às origens da sua proposição:

quem criou esse ambiente para discutir no formato do governo não foi a comunidade, foi o próprio governo, ele criou o chamado grupo

multiparticipativo de acompanhamento das obras no Castanhão, o chamado grupão né... por Decreto que criou-se esse grupão. Esse grupão ela vai discutir as coisas do Castanhão de interesse do Governo, que pra eles, se era interesse do governo era interesse público, era aquela coisa né... Então o ambiente criado para discutir o Castanhão foi o próprio governo que criou e não atendendo a demanda, o povo pressionou e ele viu que precisava ter esse ambiente para ele mesmo, aí quem era os representantes, era o... era o conselheiro... o grupo... era um grupo formado por mais de 30 integrantes dos municípios que tinha a influência do Castanhão ne... Jaguaribara, Jaguaribara, Morada Nova, Alto Santo né... então quem era que ia nessas comunidades, nesses locais? Eram vereadores, eram secretários de alguma pasta do Município, entendeu? Eram essas pessoas aí, eram os Prefeitos, eram pessoas do gabinete do Prefeito, eram esses integrantes aí que vinham para discutir o Castanhão, né...e a pessoa que estava encarregado de discutir o interesse do povo era a Irmã Bernadete com um assento lá nesse grupão. Era para ser assim, tudo que o povo quer, diga a ela que ela... ela diz lá e aí a gente vai ver se é possível. (...) O formato era assim, aí quem tava lá? Era associações, quando tinha, associações, era... o sindicato rural²² mas também sem muita expressividade, lá... (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Diante dos depoimentos, alguns elementos se evidenciam. Apesar de o GMC ser também uma conquista enquanto espaço de discussão sobre as obras da barragem, ele é um espaço proposto pelo Estado, em que as reivindicações são realizadas em seus termos. Outro aspecto é a insatisfação de alguns atingidos com a postura dos representantes da Igreja Católica neste espaço.

No segundo semestre de 1997, as lideranças da comunidade iniciaram os primeiros contatos com o MAB em reunião da Comissão Mundial de Barragens, ocorrida em São Paulo. No encontro, duas vagas para participação foram destinadas aos atingidos pelo Castanhão²³. Esse contato foi intermediado pela Igreja Católica de Jaguaribara, por meio da Irmã Bernardete Neves, que já atuava em trabalhos de discussão, organização e formação de lideranças desde sua chegada a Jaguaribara, em 24 de março de 1979. (MONTE, 2005). Bernadete Neves compunha a Congregação Filhas do Imaculado Coração de Maria.

Por mais que a Igreja Católica tenha sido o canal para este primeiro contato, isso não significa que a intenção desta ação tenha sido a incorporação dos atingidos do Alagamar ao MAB:

Fui para uma reunião em São Paulo do MAB, fui indicado pela igreja. Como eu tinha um uma participação lá, nessas discussões, elas me conhecia e tal então a irmã me indicou, ela não ia, não podia ir, era uma reunião

²² De acordo com os depoimentos dos atingidos e atingidas entrevistados, o sindicato rural presente nas reuniões do GMC, porém sem muita expressividade, era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguaribara.

²³ Informação recolhida em entrevista com integrante da Coordenação Nacional do MAB, em 10/03/2021.

internacional da comissão de barragens que analisava as barragens no mundo e era um encontro de 20 países (...) só que lá aí eu percebi o jogo, a dificuldade, a narração... as narrativas das pessoas dos países da América Latina, de vários países do mundo, sobre as dificuldades e... a questão... na questão do atendimento do Governo, que empresas faziam, as injustiças aí a gente vai mudando né... a percepção da coisa né... quando eu voltei era pra ser discordado do encaminhamento delas né...que não, que o governo não tava certo, que aí... aí elas vinha dizer assim "não, mas lá onde você foi a discussão é hidrelétricas, não é barragem que acumula água". (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

A fala de Carlos permite inferir que a participação na reunião da Comissão Mundial de Barragens representou um salto escalar no entendimento daquele problema que parecia específico, restrito ao Nordeste semiárido das barragens para acúmulo de água. A lógica da implementação de grandes obras, não só no Brasil, mas em outros países do mundo e principalmente naqueles historicamente explorados pela manutenção do capital se repetia no Castanhão, e o conhecimento acerca desse padrão, ou em outras palavras, a utilização e desenvolvimento de um pensamento escalar, abriu novos horizontes de luta. O entendimento sobre as relações de poder, de comando e de intencionalidade, norteia a ação política, que de acordo com Santos (2011), é uma experiência de espaço-tempo. Nessa perspectiva, os raciocínios escalares têm papel indispensável, já que a escala não é apenas instrumento analítico, mas um dado do real. São formas de ordenamento das experiências vividas de forma distinta pelos diferentes sujeitos afetados por esta lógica (SANTOS, 2011). No caso dos atingidos, é o padrão violador de direitos na construção das barragens.

Nesse sentido, a reunião da Comissão Mundial de Barragens em São Paulo, em que ocorreram os primeiros contatos de Carlos com o MAB, acarretou o prenúncio de uma ruptura da organização dos atingidos do Alagamar com a Igreja Católica de Jaguaribara:

o MAB era um contato que elas tinham aqui e elas iam pra essas reuniões lá fora, do MAB, concordava com aquelas discussões lá, mas quando chegava aqui concordava com o governo, talvez em 70% das coisas e esquecia toda aquelas discussões políticas e tudo, tá entendendo? (...) e Antônio²⁴ foi e ele foi, aí quando ele voltou aí foi que o rompimento foi maior que ele tem mais...tem toda aquela aquele... força de falar e argumentar né... já tudo isso e quando ele voltou para fazer esse repasse ele discutiu com todas elas né...e eu fiquei do lado dele né (...) então teve esse semi rompimento nesse sentido né... aí elas largaram o MAB e começou... com pouco tempo Antônio á passou a ser da Coordenação Nacional do MAB né e aí vai mudando essa configuração. (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021)

²⁴ O nome citado também é fictício, por se tratar de um dos entrevistados.

O rompimento, porém, não foi repentino. A participação de lideranças do Alagamar no MAB foi recebida com ressalvas pelo Estado e pela Igreja. Um episódio sintomático dessa questão foi a recusa, no âmbito do GMC, de os atingidos serem ouvidos enquanto MAB, mas sim como Associação, ou enquanto indivíduos.

a Associação é um produto do capital, você sabe disso, é um produto do capital do sistema político, a associação é... a lei aceita, é... Então tá tudo certo, algumas pessoas das associações que extrapolam... esses passam a ser taxados, mas a maioria a ser.. são controlados pelo próprio sistema (...). Então aí quando a gente... quando a gente passou, mas falando pela Associação, a gente tinha o espaço, a gente se inscrevia, quando era o MAB...eles passavam, “opa... MAB... o que é MAB? O que é isso? Aqui no Nordeste não tem isso!”, passaram um estranhamento, foi muito forte esse estranhamento, primeiro pela Igreja, depois pelo governo nesse sentido... mas o MAB... e a gente foi cada vez mais enlarguecendo, fazendo com que as pessoas vinhesse para dentro das reuniões das comunidades e conquistasse espaço de fala, tinha que se inscrever para falar e falasse no MAB também, então é isso aí teve uma hora que eles não puderam mais controlar. (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021)

Esse estranhamento relatado por Carlos permite uma reflexão essencial sobre os canais de reivindicação do Estado. O GMC era um colegiado implementado pelo Estado, e embasado em uma concepção de participação popular que anda em conjunto com o Estado capitalista, principalmente em um momento de imbricação do neoliberalismo nos discursos e práticas do governos dos anos 1990. Porém, essa característica da luta de classes no seio da sociedade capitalista não é restrita às últimas três décadas: ela está intimamente ligada ao que conhecemos como Estado enquanto forma política do capitalismo. A configuração jurídica do Estado, em que os sujeitos são lidos enquanto indivíduos, e indivíduos supostamente iguais perante a lei fragmenta os grupos em cidadãos isolados entre si. A sociabilidade e a estrutura jurídica capitalista força a luta de classes a ocorrer dentro desses limites, do indivíduo, do cidadão, do sujeito de direitos ou da associação com registro jurídico e não enquanto coletividade organizada em uma lógica distinta (MASCARO, 2013).

Outro episódio emblemático desse estranhamento também foi relatado por Carlos:

foi muito forte, ameaçaram muito...teve um momento que ele chamaram a gente, não lembro se em 2001, eles chamaram a gente...o mentor do Castanhão, um dos mentores do Castanhão e o coordenador do Castanhão Doutor Pardaillan²⁵ chamou a gente, ligou de um orelhão que tinha lá perto... “olha tal dia vamos reunir eu, você, o Antônio (...), pra uma reunião aqui, lá no canteiro de obras, lá no Castanhão.” Tentei captar o que era, mas ele não soltou o que era. Quando a gente chegou lá tava esse Doutor Pardaillan, a irmã e mais dois assessores dele e a reunião era... (...) eu articulei (...), vamos

²⁵ Francisco Pardaillan Farias Lima foi coordenador da Secretaria Executiva do Castanhão.

levar mais gente, aí fretamos um carro e fomos, era umas dez pessoas. Chegando lá... “não, eu chamei vocês...”, “É mas o senhor não determina quem vem quem não vem, a gente achou melhor vim mais gente, eu gosto de andar em rebanho né...” eu fui tirando logo uma onda né. Aí quando entramos pra salinha a pauta era essa né... o MAB aqui, escreveu o nome... a palavra MAB bem grande, MAB e fez um xis... isso aqui... e passou a querer dar aula pra gente né... “Essa discussão ela se dá em outros lugares do mundo, em outros países... não é... não tá na nossa cultura, é isso aí.. (...) Não existe isso... aqui nós estamos... aqui tá dando tudo certo... aqui... a pessoa que representa vocês aqui é a irmã, a Irmã Bernadete, não é MAB, não é isso não.” (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021)

O comparecimento de maneira coletiva à reunião propõe um enfrentamento para além dos limites da luta nos moldes do Estado, confrontando a ideia de que a reivindicação por direitos deveria ser realizada individualmente. O que chamamos aqui de “estranhamento”, pode ser também apontado enquanto recusa, não só por parte do Estado, mas também pela Igreja Católica. Gohn (2014) aponta que, no seio da cultura dos países latino-americanos, a religiosidade tem grande força, dadas as condições de pobreza de grande parte da população, que encontra na religião um sinônimo de esperança. Os movimentos populares que ao longo de sua formação mais ganharam destaque, na América Latina, foram aqueles ligados à Igreja Católica orientada pela Teologia da Libertação. De acordo com a autora, após o Concílio Vaticano II e a mudança do eixo de sua política na América Latina, de uma maior ligação com a sociedade civil, a Igreja por si própria passou a organizar o povo por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais.

No caso dos atingidos do Alagamar, a identificação de alguns atingidos do Alagamar com o MAB e a intenção, por parte deles, por prosseguir a luta enquanto Movimento, gera uma recusa por parte da Igreja Católica local em permitir que uma organização que nasceu de seus núcleos, caminhasse por si só, ainda mais em um contexto em que Estado e Igreja construíam seus acordos.

O gradativo nascimento do MAB na região foi acelerado, entre outros elementos, pela percepção por parte das lideranças do Alagamar que participavam das reuniões do Movimento fora do Ceará, acerca da semelhança entre o que estava sendo feito no Alagamar, enquanto organização dos atingidos, e o que se fazia Brasil afora, nos grupos acompanhados pelo MAB. Nesse contexto, conforme exposto por um dos integrantes da Coordenação Estadual do MAB, a organização popular na perspectiva do MAB era a possibilidade mais viável de conquista de direitos. O relato de Carlos aponta para o mesmo sentido:

quem ficou articulando o MAB aqui nessa região fomos nós, (...) então se deu dessa forma né... de uma forma crítica, de uma forma é... absorvendo não só uma parte da discussão do MAB mas toda a compreensão que o MAB tinha das barragens seja elas hidrelétrica, para gerar energia elétrica, ou a barragem acumular água para uso humano ou múltiplos usos (...) mas a gente entendeu que tanto uma forma como outra impactava no jeito das pessoas, tirava as pessoas dos seus lugares, era preciso gerar políticas de atendimento às pessoas que era a mesma coisa, tanto fazia, não existe essa distinção nesse sentido pra população né...Então a gente absorveu a ideia do MAB como todo, claro que tem coisas aqui no Nordeste de um jeito lá no Sul de outro, a cultura local determina muitas coisas, mas que no geral é isso e eu acho que o... se não fosse essa articulação com o MAB, com o movimento social aqui na região, o Castanhão tinha sido pior ainda que o que foi para as pessoas de baixa renda, pessoas pobres né...O MAB deu essas contribuições de forçar o governo a gerar o atendimento para aqueles que não teria atendimento senão fosse assim, né. (Carlos, morador do reassentamento Novo Alagamar, 2021)

No decorrer desse processo, houve também a expansão da atividade do MAB para outras comunidades atingidas:

quando o MAB se afirma um pouco como movimento social e aí gente sai do Alagamar, no sentido de discutir, porque assim, as pessoas viam a gente discutindo pelo Alagamar, pela associação nas reuniões do grupão das outras comunidades né...As pessoas vinham pras reuniões e começaram a chamar a gente (...), pra a gente para ir lá também na comunidade conversar com as pessoas, começar a se organizar né, então a gente foi se expandindo o MAB dessa forma também né... (Carlos, morador do reassentamento Novo Alagamar, 2021)

A partir dos relatos acima, é notório como o reconhecimento dos atingidos de alguns atingidos do Alagamar, não só enquanto atingidos pelo Castanhão, mas como *atingidos por barragens* foi importante, naquele momento, para a permanência e fortalecimento do MAB na região, e em contrapartida, nacionalmente. Aquilo que Santos (2011) denomina de identidade discursiva entre as lutas, ou em outras palavras, de pontes com redes discursivas em outras escalas, a exemplo da Comissão Mundial de Barragens e do MAB Nacional, aproxima as vivências e experiências espaciais. Por outro lado, lutas não vinculadas a essas redes, podem ser “ocultadas das narrativas da história” (SANTOS, 2011, p. 183), pela própria não utilização dos jogos escalares.

Porém, não se pode esquecer que a escala é instrumento de hierarquização de espaços, que estrutura hierarquizações de atores políticos, conforme colocado por Santos (2011). O autor aponta que, duas são as possibilidades de salto escalar que um ator político pode fazer: 1) Um ator considerado local no interior da hierarquização do sistema-mundo, dialogar com atores em outras escalas para fortalecer a luta no

local; e 2) Um ator se tornar interlocutor em uma outra escala, que representa “ser reconhecido por interlocutores nesta outra escala, (...) ser capaz de mobilizar redes do acontecer solidário nesta outra escala” (SANTOS, 2011, p. 196), entre outras ações. Significa, principalmente, utilizar jogos de escala, que de acordo com o autor é utilizar as armas do inimigo e lutar contra a “própria capacidade de renovação das estruturas de dominação” (SANTOS, 2011, p. 196).

Nesse diálogo entre escalas, em 2001, conforme depoimento de um dos integrantes da Coordenação Estadual do MAB no Ceará, foi avaliado pelo Movimento a necessidade de deslocar dois militantes da instância nacional do MAB para auxiliar na construção da organização no Ceará, dadas as dificuldades que os militantes do Alagamar estavam enfrentando. A permanência foi de um semestre, e de acordo com alguns moradores do Alagamar, foi um fator essencial para que algumas conquistas fossem alcançadas.

é uma longa história, né? De muita luta, muita resistência, né? Quando a gente iniciou... Aí com a ajuda do MAB, né? Logo no início apareceu uns rapazes que vieram do Rio Grande do Sul, lá do Sul, né? E começou a dar orientações e a ajudar os meninos, as pessoas daqui que tavam em frente a essa luta, né? Aí com isso eles começaram com a orientação deles, deram uma grande ajuda, né? Aí começamo, muita reunião, muita organização pra lutar contra essas barragens mas a gente já via que não tinha mais jeito e ia ser construída mesmo, né? (Ângela, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021)

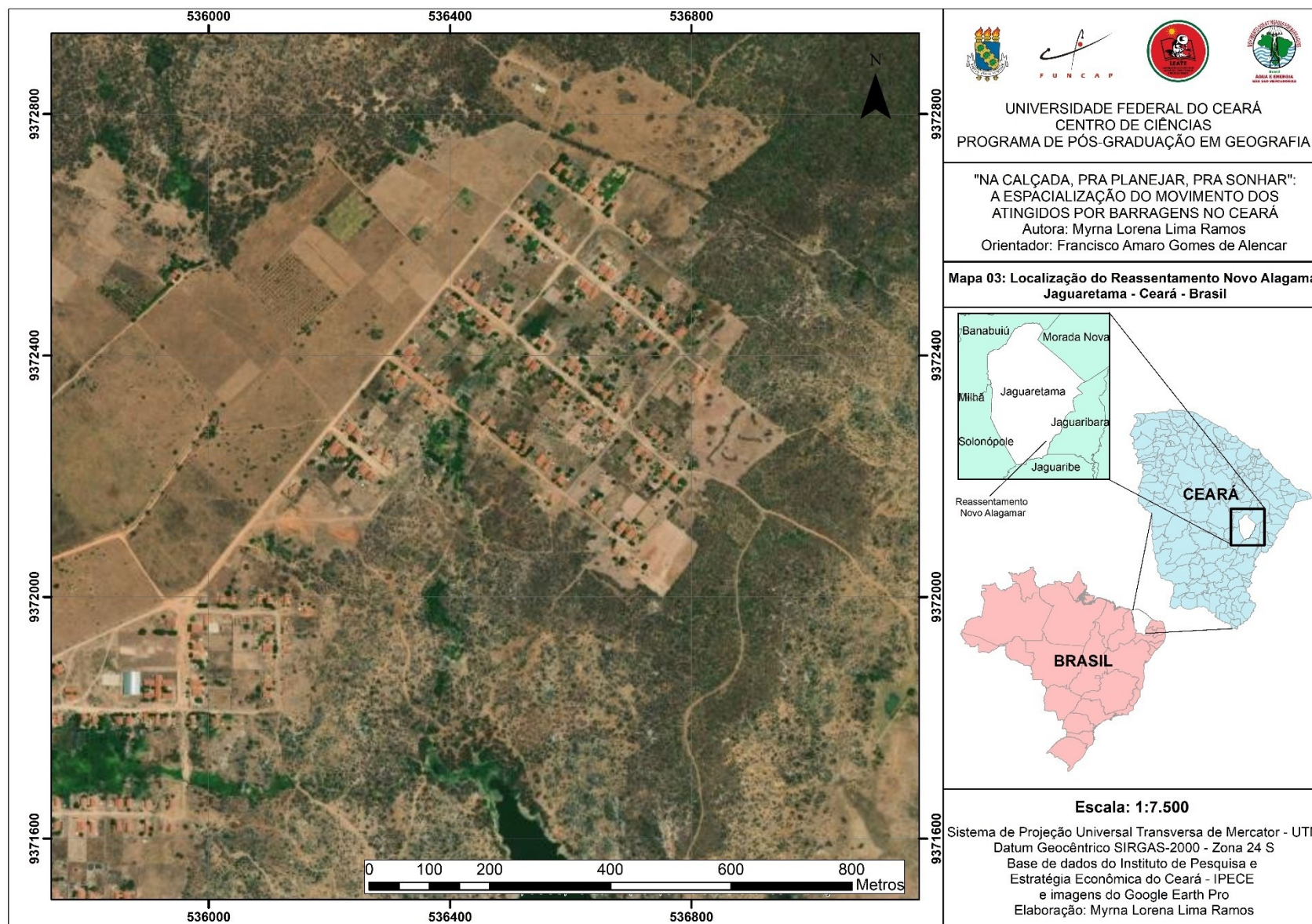
A partir do que é exposto por Ângela a vinda dos militantes do MAB da Região Sul do Brasil se deu em um momento da luta em que o foco era o reassentamento da população rural, pois a construção da barragem já estava em andamento há cerca de cinco anos. A luta pelo reassentamento rural está diretamente ligada ao nascimento do MAB no Ceará. Portanto, é primordial analisar esse processo, explorando a capacidade de fala dos lugares, que contam histórias, trazem lembranças e emocionam aos sujeitos que os constroem (SANTOS, 2011). Afinal, a espacialização do movimento social, conforme a perspectiva adotada no decorrer deste trabalho é escrita, materialização do Movimento e de sua intencionalidade no espaço.

4.3 “No Alagamar a gente não vai aceitar esse ciclo”: O MAB e a luta pelo Reassentamento Novo Alagamar

Conforme já mencionado, neste trabalho, é utilizada a noção de espacialização do movimento social que se refere às formas pelas quais o movimento se faz presente no espaço, ou seja, à materialização/manifestação do movimento, como chamado por Santos (2011). Assim, o movimento pode marcar sua presença em um ponto do espaço de forma precisa, onde a “ação do movimento encontra um referencial de localização que é referencial não apenas para ele, mas sobretudo, para a sociedade que o identifica.” (SANTOS, 2011, p. 139).

No decorrer das entrevistas com algumas pessoas, hoje reassentadas no Novo Alagamar, foi apontado, algumas vezes, que ali, no Alagamar, o MAB Ceará nasceu. Essas falas emblemáticas são envoltas por várias percepções diferentes acerca do MAB: algumas pessoas se enxergando como parte da construção do Movimento, outras percebendo o MAB como um ator externo, outras como um ator interno e ainda presente. Contudo, em todos os relatos, o MAB apareceu de forma imbricada à conquista do reassentamento Novo Alagamar e à melhoria das condições materiais de vida, apesar das questões subjetivas pelas quais o processo de deslocamento da população está permeado.

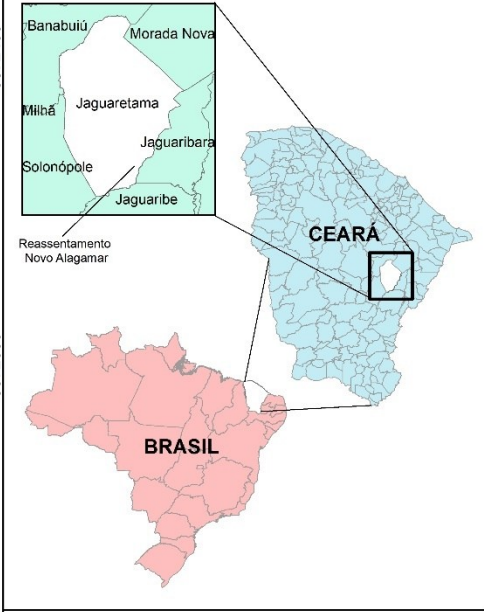
A localização e a vista aérea do Reassentamento Novo Alagamar estão expostas no Mapa 3.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

"NA CALÇADA, PRA PLANEJAR, PRA SONHAR":
A ESPACIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS NO CEARÁ
Autora: Myrna Lorena Lima Ramos
Orientador: Francisco Amaro Gomes de Alencar

Mapa 03: Localização do Reassentamento Novo Alagamar
Jaguaretama - Ceará - Brasil



Escala: 1:7.500
Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
Datum Geocêntrico SIRGAS-2000 - Zona 24 S
Base de dados do Instituto de Pesquisa e
Estratégia Econômica do Ceará - IPECE
e imagens do Google Earth Pro
Elaboração: Myrna Lorena Lima Ramos

É essencial ressaltar que a maioria dos atingidos e atingidas pelo Castanhão eram moradores de espaços rurais (cerca de 60%). Entretanto, grande parte dos planos de reassentamento rurais não foram pensados em consonância com o planejamento da barragem. E para além disso, a elaboração dos planos de reassentamento, além de tardia, pois foi iniciada um ano após o início das obras da barragem²⁶, foi permeada por equívocos e limitações (MONTE, 2005; ALVES, 2019).

É, não tinha orçamento, porque quando você não tem previsão orçamentária, no planejamento de uma obra você não está vendo aqui ali, do ponto de vista oficial, você não tá vendo, o que acontece? Você vai improvisando, vai improvisando... é tanto que quando vinheram fazer a terraplanagem na área que seria construída a parede as família estavam lá, "Ah esse povo aqui? pra onde é que vai? (..) Então, tem gente aqui." Então foram, foram se articulando para tirar as pessoas, negociando, vendo como fazia, lá no... Então não tinha planejamento, nem orçamento pra isso, foram emendando. (Carlos, morador do reassentamento Novo Alagamar, 2021)

Portanto, de acordo com Monte (2005, p. 254) "A área rural não se constituía em motivo de preocupação, dada a dispersão da população e a ausência de resistência e organização. Eles não estavam incluídos nos planos de modernidade". Reiterando essa ideia, um dos membros da Coordenação Estadual do MAB relatou que, de início, a possibilidade de reassentar famílias atingidas do espaço rural não existia na perspectiva dos planejadores do Castanhão.

De acordo com Monte (2005), o convênio PGE – 01/1995, entre o DNOCS e o governo do Estado, foi celebrado visando a execução das obras relativas à barragem. Do montante da participação financeira, 29% seriam de responsabilidade do governo estadual, com questões relativas à população atingida, e os outros 71% seriam de responsabilidade do DNOCS, para garantir a construção da barragem e as desapropriações necessárias. Com o vencimento do referido convênio, foi assinado Convênio n° 50/2000 e firmado o 1° Termo Aditivo a este convênio e um Plano de Trabalho (MONTE, 2005). Conforme o sexto termo aditivo ao convênio, as atribuições institucionais quanto ao reassentamento rural foram divididas entre o governo do Estado e o DNOCS. Destaca-se aqui as atribuições do DNOCS e do IDACE, este último sendo um dos órgãos do governo do Estado com atribuições relativas ao reassentamento rural:

ATRIBUIÇÕES DO DNOCS NAS AÇÕES DO REASSENTAMENTO RURAL:
aprovar planos de ação e Planos de Financiamento referentes ao

²⁶ Os planos de reassentamento rural do Castanhão começaram a ser elaborados em 1996, pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), enquanto que as obras da barragem foram iniciadas em 1995 (MONTE, 2005).

Reassentamento da população rural afetada, desapropriar/adquirir as terras necessárias ao reassentamento rural; titular as terras em nome dos reassentados, implantar obras de infra-estrutura nos núcleos habitacionais nos projetos de reassentamento rural; elaborar o Plano de Reassentamento Rural com o apoio de todos os órgãos envolvidos. (...)

IDACE: identificação, cadastramento e mobilização das famílias atingidas; propor alternativas de reassentamento da população; definição do destino das famílias (origem e destino geo-referenciado, apoiar a SEAGRI²⁷ na seleção das famílias para os objetos de irrigação; transferência das famílias para seus destinos; propor, planejar e implantar os assentamentos de sequeiro do estado; diagnosticar, propor o apoio e implantar as ações para a população que se destina às áreas remanescentes; cadastro dos cemitérios da área rural a ser inundada pelo Castanhão; concluir a implantação, juntamente com o DERT²⁸, a infra-estrutura dos núcleos habitacionais dos reassentamentos cujas obras estão em execução pelo DERT. (MONTE, 2005, p. 257-258)

Situando a discussão no seio da comunidade do Alagamar, as medidas do Estado para reassentar a população rural foram conquistas obtidas pela população por meio da luta. Conforme já apontado, a elaboração dos planos de reassentamento foi tardia, bem como a elementar percepção de que havia famílias vivendo na área rural a ser inundada pelas águas barradas do Castanhão, que necessitavam de realocação adequada. O alcance dessa percepção não foi conduzido apenas pelas ferramentas do Estado, mas principalmente, pelas reivindicações dos atingidos, e de acordo com Carlos, com participação efetiva do MAB:

aí nesse momento foi se fortalecendo mais a intervenção do MAB né... o fortalecimento das pessoas pra conquistar alguma coisa né... Tudo que foi sendo definido no Castanhão em termo de política pública para atender as pessoas da zona rural, principalmente, Foi por conta da intervenção do Movimento dos Atingidos por Barragens a partir de 90... dos anos 90... ali 99, a década de 2000. Até lá, até por aí não tinha definição de quantidade de recursos para reassentamento como esse aqui, pra construir escola nos assentamentos para fazer toda a infraestrutur que precisava, energia elétrica, água encanada, não tinha isso... esse pensamento né. Tinha o recurso definido para a construção da cidade... cidade nova, recursos definidos para a indenização dos grandes fazendeiros, que foram os primeiros que receberam, recursos definidos para a construção do desvio da BR-116, teve que desviar lá para o pé da Serra, é... recurso para isso aí... tava definido. (Carlos, morador do reassentamento Novo Alagamar, 2021)

As ações do MAB no sentido de expor as limitações dos canais de reivindicação do Estado, a exemplo do GMC, e fazer a população e suas demandas serem ouvidas prioritariamente nesses espaços foi, de acordo com os depoimentos, uma das formas

²⁷ Secretaria de Agricultura e Pecuária.

²⁸ Departamento de Estradas e Obras Públicas

pelas quais os atingidos alcançaram algumas conquistas, como os reassentamentos, o modelo de construção das casas e as áreas produtivas.

Conforme já apontado no tópico anterior, grande parte dos atingidos das áreas rurais eram moradores, sem-terra, meeiros e pescadores. Havia em comum, entre estes sujeitos, a ausência da propriedade da terra. Nesse sentido, para Carlos, um dos elementos mais marcantes, para ele enquanto sujeito da luta, no processo de reassentamento rural das famílias atingidas foi o fato de o Alagamar ter sido arena de uma microrrevolução, nas palavras dele. “A nível local, a única localidade do Castanhão que as pessoas lutaram por terra foi essa comunidade”. (Carlos, Morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021). O relato de Lúcia também é emblemático nesse sentido:

os moradores da Comunidade enfrentaram uma grande luta né porque tinha os fazendeiros né que resistiam né porque não queriam, você sabe que o fazendeiro não pensa muito no pobre né, porque os pobres eram... muito deles eram empregados da fazenda e tudo né... e assim eles não... eles resistiam e foi uma luta grande né, a resistência para que essas terras fosse desapropriadas né, desde os maiores proprietários né e aí foi assim, com a gente... até que conseguimos né, com muita luta, o MAB engajado né porque sempre o MAB teve presente nos dando força. (Lúcia, moradora do reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Esse processo de luta pela terra, como em diversas outras experiências brasileiras em áreas de rígida estrutura agrária, teve presente o elemento da violência, também marcante para alguns atingidos do Alagamar durante as desapropriações das terras para reassentamento:

devido a luta, a gente, uma vez nós fomos, foi logo no processo das desapropriação, a gente foi, foi uma noite né, uma a pessoa foi fazer um tiroteio lá em casa (...) a gente passou por um tiroteio. Isso foi muito forte, muito forte, mas a gente teve um apoio né, nós passamos um mês dormindo na casa da nossa tia, até que mora aqui do lado. Os meninos eram pequenos. (O tiroteio foi) pra gente sair, pra gente correr, pra ir embora. E assim, o apoio, até nesse momento, da igreja, da população, que queria, que tava a favor da luta, e a gente superou, lá precisamos continuar na luta. Isso foi a muito a fundo, marcou negativamente, mas por outro lado acaba fortalecendo, porque a gente sabe que tá no caminho certo. (Maria, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

aqui teve luta por terra porque foi desapropriada a área na cota 106... lá... pra atingimento da água lá, do lado e ficou as áreas remanescentes, a mesma propriedade que era lá na beira do rio também era aqui, ela seguia para cá, a gente chama de Chapada. Então, essa área ficou... e essa área que é remanescente ficou com o dono, que era ex dono lá essa hora ficou e essa ficou com o dono, com a nossa resistência para não sair daqui para ir para

área de sequeiro fora daqui, fora do município aí foi preciso desapropriar essa área aqui, onde nós estamos aí, isso aí deu tensão... social, causou uma tensão muito forte. Pra mim, marcou muito isso, que foi preciso a comunidade se posicionar e dizer que queria ficar aqui, resistir e porque a comunidade de parentesco, comunidade bastante antiga, tá certo... na beira do rio é... com mais de 100 famílias, (...) então tudo isso foi construindo essa consciência que, não.. nós vamos resistir, é aqui e exigindo que eles desapropriaram esse chapado aqui para construir as casas e ter áreas de produção, certo. Isso foi um momento muito tenso na comunidade, a gente foi ameaçado, houve disparos na casa da gente à meia-noite e isso também, claro que amedrontou, eu fiquei com medo. A família pequena e tudo, mas encorajou para o outro lado que a comunidade veio em peso fortalecer, dizer que tava do lado da luta e da gente e a gente conseguiu né... então isso me marcou muito. (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

As desapropriações para a construção do Reassentamento Novo Alagamar foram efetivadas em 1998. Porém, o governo do Estado defendia que as águas só chegariam ao território do Velho Alagamar em cerca de vinte anos, o que acarretou a demora na construção das casas do reassentamento e a consequente inundação da comunidade em 2004, um ano após o término das obras da barragem, em 2003 (ALVES, 2019). As memórias de Ângela são nítidas quanto a este acontecimento, e deixam evidente a ligação entre os impactos subjetivos e objetivos da barragem nos sujeitos atingidos:

Devido o Castanhão ter enchido numa velocidade muito grande e num tinha o que a gente fazer, era sair sem saber pra onde ir, né? (...) Aí a solução era ir tudo pra lá, aonde a água não ia, né? Ficava até ilhado, quase ilhado, que era próximo do rio, mas era assim um morro bem elevado que a água não ia lá. Aí foram uma porção de gente pra lá, outros tinha casa mais distante, é família aí tá só os filhos se abrigando lá, né? Nós ficamos numa de um tio do meu marido que já tinha saído também, bem distante. Passamos dois meses só lá, um mês! A água não chegou lá mas atingiu energia, tiveram que cortar energia... nós carregando as coisas da nossa casa pra onde nós tava era quarenta minuto por água, porque não dava tempo de tirar as coisas tudo. Nós tiramos as coisas grande assim maior porque não dava pra trazer na mão, saímos à noite num trator, a água já quase cobrindo o plasticozinho do trator porque a gente ia ficar ilhado, né? Tinha água por trás, a nossa casa mesmo nunca caiu por causa da água mas ficava ilhada porque passava um riacho por trás e o rio pela frente, né? Aí quando a gente se deu conta, né? Que tava sendo ilhado aí não, teve que ser às pressas mesmo porque no outro dia já não passava mais. Aí isso marcou, né? Da gente tá vivendo tudo aquilo assim tão rápido sem ninguém tá preparado. (Ângela, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Após o ocorrido, as famílias mudaram-se com urgência para 100 barracos provisórios de madeirite, de construção autorizada pelo DNOCS (ALVES, 2019):

foi muito difícil esse momento né... ficamos sem energia, aí foi construído emergencial alguns barracos né... uns barracos de madeira é... em cima da Chapada, ficava, acho que uns 4 - 6 quilômetros quando foram construídos (...) de 80 a 100 barracos né, por que outras famílias foram para cidade vizinha né, ainda passamos quase dois anos nesse barraco né, era de maderito coberto de telhas, era banheiros coletivos, muito difícil esse tempo né... era banheiro coletivos para todo mundo, era escola de madeirite também, mas mesmo assim a gente continuou, a educação continuou né nos apoiando e continua a luta né até consegui chegar aqui né... na construção das casas, na época a gente estava lá, nos barracos passando por todas aquelas dificuldades né... é... foi o tempo que ocupamos a BR, na construção que eu já falei né... dentro mesmo da construção do Castanhão, foi parada as máquinas lá né e aí que começou né, Graças a Deus, que começou a construção das casas (Lúcia, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

O ato ao qual Lúcia se refere, na BR-116 e as paralisações no canteiro de obras do Castanhão foi planejado durante algumas reuniões no Alagamar antigo e nas comunidades vizinhas (ALVES, 2019). De acordo com a autora, uma das reivindicações da população era que as casas do reassentamento fossem construídas em regime de autoconstrução, no qual os trabalhadores contratados fossem membros da comunidade e das adjacências. As reuniões entre os atingidos faziam parte do cotidiano de alguns moradores do Alagamar, que de acordo com alguns relatos, se reuniam diariamente, em maior ou menor número. Essas reuniões, para além de seus desdobramentos objetivos, denotam uma importância afetiva para as memórias da luta:

Sempre teve um grupo (...), foi sempre esse grupo forte, esse grupo sempre se manteve ali, forte, sempre ali, sempre aquela coisa. (...) todo dia eles sentava na calçada, pra pensar nesse assentamento, todo dia, todo dia. Os menino era pequeno, aí eles ia lá pra casa toda noite, (...) Aí eles vinham, ficavam brincando enquanto a gente ficava na calçada planejando, isso também marca a gente, a gente lembra dessas coisas. As vezes a gente lembra, assim, do que já sofreu, mas o quanto era importante aqueles momento né, na calçada, pra planejar, pra sonhar... pra sonhar. (Maria, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

O modo como algumas reuniões ocorriam, por vezes noturnas e realizadas em espaços residenciais, longe do espaço institucional e visibilizado do GMC, se relaciona com o que Scott (2013) nomeia de *infrapolítica*. A construção dos espaços de socialização política do movimento social não se esgota no que é publicizado. Pelo

contrário, a infrapolítica concentra grande parte do alicerce estrutural e cultural, ou como o autor chama, do cimento da ação política mais visível, onde costumamos concentrar nossa atenção (SCOTT, 2013). É perceptível no peso da narrativa de Maria o quanto os momentos de reunião foram significativos para a fortificação do sentimento de coletividade, fundamental para a construções de ações também em coletividade, ações estas que proporcionaram conquistas materiais efetivas. A manifestação na BR-116 e a paralisação no canteiro de obras da barragem são exemplos dessas ações em coletividade, que contaram com a solidariedade de trabalhadores da obra e de moradores da nova sede de Jaguaribara. Foram momentos, de acordo com membro da Coordenação Estadual do MAB, de grande expressão da simbologia do Movimento, em que foram construídos espaços de luta e resistência, que são uma outra dimensão do espaço de socialização política, na qual o movimento, por meio de manifestações e ocupações, vem a público (FERNANDES, 2000).

A construção das 134 casas do Reassentamento Novo Alagamar, em regime de autoconstrução, foi iniciada em julho 2004 e finalizada em julho de 2005. Ângela apontou que a luta pela autoconstrução foi um dos processos mais importantes para ela enquanto atingida pelo Castanhão:

não era fácil, não existia isso... eram empresas! Falavam empresas, não podia ser sistemas de autoconstrução, né? Um dia a gente conseguiu, com muita dificuldade mas a gente conseguiu constituir assim esse sistema. E com certeza foi bem melhor do que se tivesse sido através de empresa (...) Acho que até o custo barateou bastante. (Ângela, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

A autoconstrução do Reassentamento Novo Alagamar via Associação dos Moradores do Alagamar e Adjacências foi uma das principais conquistas da organização da comunidade e da contribuição do MAB no alcance de alguns direitos dos atingidos do Alagamar, de acordo com alguns moradores:

se não tivesse se organizado não teria tido isso, o governo por si não... não faria, não teria feito (...) Uma coisa que a gente foi vendo durante o processo, então é uma coisa que eu acho muito significativa... é a gente ter conseguido junto do governo... viabilizar um convênio para construir as casas no regime de autoconstrução... pelo fato da gente a pensar... conhecido em todo o Castanhão 19 assentamentos (...), o modelo que o governo fez as casas e organizou as coisas né... casas que tava no projeto num padrão de casa e tamanho, ele fez outro, fez menor, a qualidade muito ruim... das paredes, tudo, então a gente foi vendo tudo isso aí, foi acumulando experiência... no Alagamar a gente não vai... não vai aceitar esse ciclo, conseguimos propor

no grupão... um convênio... algo muito novo pra aquele momento e continua sendo...é que era ao invés de ter uma empresa a construir as casas dos povo... o governo repassasse esse recurso por meio de um convênio para Associação, e a Associação viabilizaria essa construção... foi uma discussão muito forte, mas em função de experiência que o MAB já tinha lá no sul né... e conseguimos viabilizar isso aí... com o... Eudoro Santana quando ele entra (...) no início dos anos 2000. Conseguimos que o DNOCS fizesse um convênio com o Estado, e o Estado com Associação para ela gerenciar essa construção e deu certo né. Construimos 134 casas dentro de um ano, onde uma empresa que ganhou a licitação da escola, que também foi uma luta nossa pra construir a escola, não conseguiu fazer a escola nesse tempo... e nós como Associação, claro... tinha um acompanhamento de engenheiros do Estado e do DNOCS também e uma equipe de... da assistência social também... . (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Figura 2 – Escola Maria do Socorro Alves de Oliveira



(Ramos, 2021)

O processo de autoconstrução conquistado no reassentamento, mais do que proporcionar uma melhor estrutura para as casas e um término mais acelerado para a obra, representa também uma experiência de construção intencional e coletiva do espaço, fruto da luta dos atingidos, em que os próprios construtores seriam os futuros moradores das casas, o que não ocorreria caso o reassentamento fosse edificado por empresa.

isso foi muito significativo (...) nós criamos uma comissão de três pessoas. (...) Eu fiquei com a parte de articulação com o governo, com a secretaria do governo e com o DNOCS... pra não faltar recurso, porque toda obra falta verba né. E não foi diferente... teve um momento que faltou também, não havia os repasses (...). Tinham pessoas que entraram que não eram nem pedreiros daqui totalmente... foram aprendendo, é... como se fosse uma

aprendizagem. Era tudo orientação do Engenheiro e a gente acompanhando. Então eu fiquei com essa parte, de articular com o governo nessa questão da... de viabilizar toda demanda que dependesse do governo e também acompanhar como era que a obra vinha sendo feita no campo, essa parte de reunir com os trabalhadores, de ver os problemas e ajudar a resolver, foi um processo estressante... porque é um compromisso muito grande, da gente, mas também foi um processo muito educativo, muito bonito também, eu diria assim, todo mundo construiu sua casa sem saber que era sua casa. Tava organizado num grupo, quando foi entregue foi feito sorteio por grupo, aí dentro de cada grupo, aí você foi identificando a sua casa por sorteio também, então... foi muito educativo também . (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Figura 3 – Residências no Reassentamento Novo Alagamar



(Ramos, 2021)

A divisão da comunidade em grupos de proximidade foi um dos aspectos da atuação do IDACE no reassentamento das famílias do Alagamar. De acordo com uma das moradoras do Novo Alagamar, o IDACE contribuiu muito no processo de reassentamento, pois apesar de apresentar falhas, foi gradativamente aceitando as ideias da comunidade. O mapeamento da proximidade foi realizado a partir da criação de quatro grupos, em que os integrantes de cada grupo viriam a morar na mesma rua ou em uma rua vizinha, conforme relatado por Maria: *“Quem morava perto de fulano que queria continuar morando né, então foi feito isso, aí foi criado quatro grupos né, que é o grupo 1, o 2, o 3 e o 4, aí cada grupo... às vezes tem um grupo que é duas ruas, o outro grupo três ruas né, que as portas das casas é de cores diferente”*. (Maria, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Figura 4 – Rua no Reassentamento Novo Alagamar



(Ramos (2021))

Entretanto, um dos pontos criticados da atuação do IDACE no processo de reassentamento das famílias do Alagamar foi o estabelecimento dos critérios para reassentamento, os quais eram:

ter como atividade principal a agricultura; a família ter interesse em ser reassentada; ter moradia habitual no imóvel desapropriado; não possuir outra terra fora da área desapropriada que ofereça condição de dar continuidade ao seu trabalho; o chefe da família não ser servidor público; ser chefe ou arrimo de família; quando indenizado, esta indenização não ultrapassar a R\$ 11800,00. Quem tivesse direito a um valor maior que R\$ 11800,00 não teria direito ao reassentamento rural, uma vez que se pressupunha que tivesse condições de sobreviver por conta própria com o valor da indenização. (MONTE, 2005, p. 260)

No total, 2.268 famílias foram deslocadas, sendo 1.515 passíveis de reassentamento, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IDACE (vide anexo C). Um dos principais motivos de críticas foi a utilização da indenização enquanto critério guia para determinar quem teria direito ao reassentamento, uma vez que o valor era insuficiente para o reestabelecimento das famílias, ainda mais quando o plano foi pensado como se fosse possível retomar o processo produtivo em um prazo de seis meses. (MONTE, 2005). Nesse sentido, o que se observa é que mesmo no caso das famílias reassentadas houve problemas na continuidade do processo produtivo.

São dezenove os reassentamentos rurais das famílias atingidas pelo Castanhão. Além do reassentamento Novo Alagamar, os reassentamentos Mandacaru e Curupati têm áreas irrigáveis. Os outros dezesseis reassentamentos contêm áreas de produção em sequeiro (ALVES, 2019). Os projetos de irrigação nos reassentamentos Novo Alagamar, Mandacaru e Curupati foram também conquistas dos atingidos pelo Castanhão obtidas durante as discussões, no âmbito do GMC, acerca da intencionalidade do uso das águas do Castanhão. Segundo Carlos a conquista das áreas produtivas se deu em um embate contra a intenção, por parte do Estado, de entregar as terras hoje destinadas aos projetos de irrigação para empresas do ramo da alimentação animal, em detrimento da destinação das terras para os agricultores:

era um... um grupo que se associava para dominar aquela área de uma determinada coisa e nesse era a produção de ração pros frangos, milho, outras coisas, nessa... aqui no Curupati e no Mandacaru (...) nós falamos muito forte sobre isso, mas mesmo assim veio empresários pra essa reunião... nessa reunião do grupão solicitar essas áreas, que era essa a intenção... a gente tinha visto, eles veio pra essa reunião do grupão, que essas áreas ao inves de ficar pro agricultores, entregassem a uma empresa que elas iam promover o desenvolvimento, iam dar emprego pra esses trabalhadores (...) ai nós fomos denunciando tudo isso, sabe, discutindo isso que o Castanhão... então o objetivo do Castanhão que era irrigar 43 mil hectares não pra os atingidos, era pra outras pessoas, pois é... fomos discutindo, nós conquistamos essa área de irrigação nessa discussão. (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Das 134 famílias reassentadas no Novo Alagamar, 105 receberam lotes de terra com 3 hectares cada. Entretanto, apenas em 2013, quase dez anos após o deslocamento das famílias para o Reassentamento Novo Alagamar, o projeto de irrigação foi iniciado com limitações agravadas pela seca que se instaurou na região de 2010 a 2013 e pelos sucessivos erros governamentais na implementação do projeto desde a construção de suas estruturas, em 1998 (ALVES, 2019).

Até a data das entrevistas realizadas com os moradores do Reassentamento Novo Alagamar²⁹, o projeto de irrigação do reassentamento nunca funcionou de forma efetiva e contínua. Essa condição objetiva que se desdobra desde a criação do projeto de irrigação, na visão de Lúcia, promove impactos até os dias atuais, tanto de ordem

²⁹ As entrevistas foram realizadas ao longo dos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2021.

produtiva, quanto nas perspectivas dos moradores do Novo Alagamar acerca da organização e da luta coletiva:

hoje em dia a gente pensa... a gente vive pensando de como se organizar e assim, com toda essas percas para comunidade, muitos da comunidade perderam aquele estímulo né, acha que não tem mais jeito, que não adianta mais e as pessoas se desmotivaram para... para lutar (...) precisa, assim, que haja mais um... assim, mais uma coisa para motivar os agricultores para eles acreditar mais né, pra voltarem a acreditar. Eles ficaram muito desacreditado com as coisas do governo, vinha e prometia que ia acontecer isso... que ia acontecer isso e não acontecia e foi desmotivando e foi se acabando até os... os canais já tem muito deles que estão destiorado e precisa, assim, de uma motivação para que os agricultores volte a ter fé né (...) em produzir alguma coisa né. Porque diante da dificuldade que nós estamos vivendo da carístia das coisas, gasolina, gás de cozinha, tudo né... alimentação... . (Lúcia, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Apesar das adversidades envolvidas no deslocamento da população para o Reassentamento Novo Alagamar, Alves (2019) destaca também alguns elementos que compõem os aspectos positivos que auxiliaram numa melhor adaptação dos atingidos ao processo de mudança. De acordo com a autora, a conquista da casa, da terra, e de alguns direitos adquiridos no decorrer da luta, proporcionou mais autonomia produtiva para os agricultores atingidos, que em sua maioria não possuíam terras antes do reassentamento. O fato de o reassentamento ter sido uma conquista da comunidade, a permanência das famílias na mesma comunidade sem desmembramento e o fato de o espaço onde o Novo Alagamar foi construído não ser desconhecido dos atingidos, mas sim um local onde eram realizados os plantios dos roçados para os patrões ou enquanto arrendatários, foram outros fatores que auxiliaram a adaptação das famílias ao novo local (ALVES, 2019).

Nessa imbricação entre as várias nuances objetivas e subjetivas do processo de reassentamento das famílias atingidas, os relatos de algumas mulheres, moradoras do Novo Alagamar e já citadas algumas vezes no decorrer deste trabalho, deixaram sua marca. Se destacou o depoimento de Maria, que falou em diversos momentos de forma saudosa e expressiva sobre a sua relação com o município de Jaguaribara. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, comprovou que a área em que havia sido construído o Novo Alagamar não pertencia a Jaguaribara, município em que a comunidade se situava antes do deslocamento, mas sim a Jaguaratama. A descoberta se desdobrou, na comunidade, na retirada imediata por parte da Prefeitura Municipal de Jaguaribara de todos os utensílios da

escola, do posto de saúde e de outros serviços públicos da comunidade. O distanciamento, porém, foi algo sentido também na esfera subjetiva da vida, que de forma alguma se desvincula da esfera objetiva:

E assim, mas tem uma coisa né, que mesmo a gente tentando, mesmo a gente tentando criar esse vínculo, esses laços né...com Jaguaretama, a gente já tem assim, a gente faz compra, a gente vai lá, a gente coisa, né...toda essa coisa, esse tempo todinho, a gente já construímos isso... porque também é lento, aí esse... na sexta-feira nos fomos no enterro de uma agente de saúde, uma colega minha né, que faleceu (...) nós fomos para Jaguaribara lá... e lá, eu falei com uma colega né, ela me convidou pra mim ir e tudo, aquela coisa... Aí nós fomos, passamos a tarde lá, depois do enterro nós viemos, aí assim, a conclusão... é que você tá em casa... sabe...fazia era tempo (...) nunca mais nós tinha ido lá, era dificilmente...porque são 70...era 74/75 km (...) A sensação de chegar lá, apesar de ser um velório, mas aí reencontrei colegas aposentados, reencontrei colegas que tá na ativa ainda, apesar de ser num velório sabe... a sensação de ver aquele povo... de se encontrar com aquele povo, de dizer que tava com saudade (...) acho que é essa sensação né, de encontro com você mesmo, de tá ali com aquelas pessoas né (...). As pessoas que reconhecem a gente e a gente reconhece sabe, aquela alegria de lhe ver, de lhe encontrar, sabe. Aí você consegue entender o que foi que o Castanhão fez com você. Aí você consegue entender né, o que é isso que foi feito né... que foi tirado de você... o que foi tirado de você né...e você continua tem... você continua querendo se reconstruir (Maria, moradora do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

A partir das palavras de Maria é possível perceber substancialmente a complexidade que existe no processo de atingimento por barragens, mesmo em um contexto em que a população obteve conquistas econômicas efetivas. Ao mencionar a experiência de retorno temporário ao município de origem, a fala de Maria permite aos leitores deste texto acessarem, mesmo que remotamente, as memórias que transmitem os significados sobre *o que foi que o Castanhão fez*. O Castanhão, maior barragem de múltiplos usos da América Latina, deslocou pessoas de seus territórios em nome da retórica do progresso e da modernidade, que significava, naquele período, proporcionar água em grande volume para o espaço urbano, industrial e do agrohidronegócio cearense. Em contrapartida e contraditoriamente, estimulou a organização do povo atingido em uma experiência de resistência que concomitantemente se vinculou ao MAB Nacional e deu origem ao Movimento no Estado, não só no Vale do Jaguaribe, mas em outras regiões cearenses.

4.4 O MAB Ceará e as Regiões de atuação

A organicidade do MAB em diferentes instâncias contém, de forma bastante nítida, o componente escalar. É este componente que norteia a divisão das instâncias Nacional, Estadual e Regional, sendo as regiões de atuação do Movimento, conforme a compreensão da organização, as áreas em que o MAB atua dentro dos Estados.

A utilização, pelo MAB Ceará, do termo *Região* para se referir às áreas de atuação foi algo percebido no decorrer da participação nos espaços de socialização política do Movimento. Formações de militantes, atos, ocupações e reuniões periódicas para discutir as pautas das comunidades são organizadas tomando como referencial as regiões. Cada uma dessas regiões conta com dirigentes que compõem a instância estadual e fazem a articulação escalar necessária entre as totalidades sucessivas que estado e região de atuação representam.

Compreende-se neste trabalho que a utilização do termo deve ser problematizada, com o objetivo de entender se o uso da palavra vai de encontro às possibilidades de conceituação na ciência Geográfica. É pertinente para iniciar a discussão sobre a categoria Região, a definição sugerida por Corrêa (2003). O autor se baseia na *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, proposta por Trotsky. Esta proposição:

expressa particularmente uma das leis da dialética, a da interpenetração dos contrários. Refere-se ao fato de ser cada aspecto da realidade constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. (...) Na lei que nos interessa, os dois propósitos são, primeiro o da desigualdade e, depois o da combinação. (p. 42)

O desdobramento da lei resultou, para Corrêa (2003), na seguinte reflexão sobre a região:

A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas. (CORRÊA, 2003, p. 45)

Em momento posterior no debate bibliográfico, o autor insere o componente escalar em sua definição, ampliando as possibilidades de utilização do conceito e afastando-se de uma perspectiva que teria o quadro territorial estatal como referencial exclusivo. A região seria, então, também, “a especificação de uma totalidade” (p. 46), ou:

a realização de um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral - o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador - e o particular - as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação. (p. 46)

A partir das ações do Movimento quanto ao que se concebe enquanto região, foi perceptível uma confluência de ideias com a discussão elaborada por Francisco de Oliveira (1993) acerca do conceito de região ao discutir o Conceito da Região Nordeste do Brasil para o planejamento regional representado pela SUDENE. Esta conceituação possui semelhanças com a de Corrêa (2003), sendo, entretanto, na de Oliveira (1993) bastante incisivo o elemento político.

De acordo com o autor, o pensar a região em um país hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista deve caminhar para a redefinição do conceito. E em um sistema econômico de base capitalista, apesar de existir uma tendência à completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, essa tendência dificilmente se materializa por completo, já que o processo de reprodução do capital é essencialmente desigual e combinado (OLIVEIRA, 1993). Nesse sentido o autor privilegia um conceito de região “que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito de classes” (OLIVEIRA, 1993, p. 27).

Mais à frente em sua obra, Oliveira (1993) delimita de forma mais nítida sua proposta conceitual. “A ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência, uma forma especial da luta de classes”. (p. 29)

O MAB atua onde há contradições que permitam e engendrem possibilidades de organização popular, ou seja, onde são implementados objetos técnicos que geram tais contradições, e isso é notório em sua prática organizativa, e no que é apontado pelo Movimento quanto ao que é uma região prioritária para atuação.³⁰ O depoimento de Carlos sobre os desdobramentos da construção do Castanhão na comunidade do Alagamar no tocante ao enfrentamento à barragem é sintomático quanto a esse entendimento:

o Alagamar anterior a essa questão, advento da barragem era uma comunidade é... pacata com qualquer outra, mas não tinha articulação

³⁰ Apontado durante encontro da formação de militantes do MAB Fortaleza, ocorrida nos dias 30/11 e 01/12/2019

nenhuma, quem ditava as normas de funcionamento eram os fazendeiros né, comerciantes e um comerciante de médio porte na fazenda dele também, definia essas coisas, não tinha articulação dos pequenos né, dos moradores, não tinha, a barragem que fez isso, de certa forma, nascer né, quando a gente foi vendo que quanto mais não se organizasse é... mais difícil seria a vida dos atingidos, dos pequenos com a barragem né (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

Assim, o MAB forja regionalizações: A regionalização da articulação de segmentos populares, das classes dominadas, assumindo a luta de classes sem entretanto perder de vista as particularidades de cada região, criando, portanto, contra-espços que correspondem às próprias regiões de atuação e aos espaços de socialização política que derivam destas regiões (VAINER e ARAÚJO, 1992); (MOREIRA, 2002); (FERNANDES, 2000).

Essa proposta de noção de região se relaciona com a ampliação da concepção de atingido por barragem. De acordo com o Manual do Atingido, produzido pelo MAB:

O I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (em abril de 1989) definiu como atingidos todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independente do local em que vivem ou trabalham. É assim que o Movimento pensa: todo mundo que tenha sua vida afetada de alguma forma pela construção da barragem é um atingido. Ainda hoje a ampliação do conceito de atingido é objeto da luta política e social (MAB, 2005, p. 19)

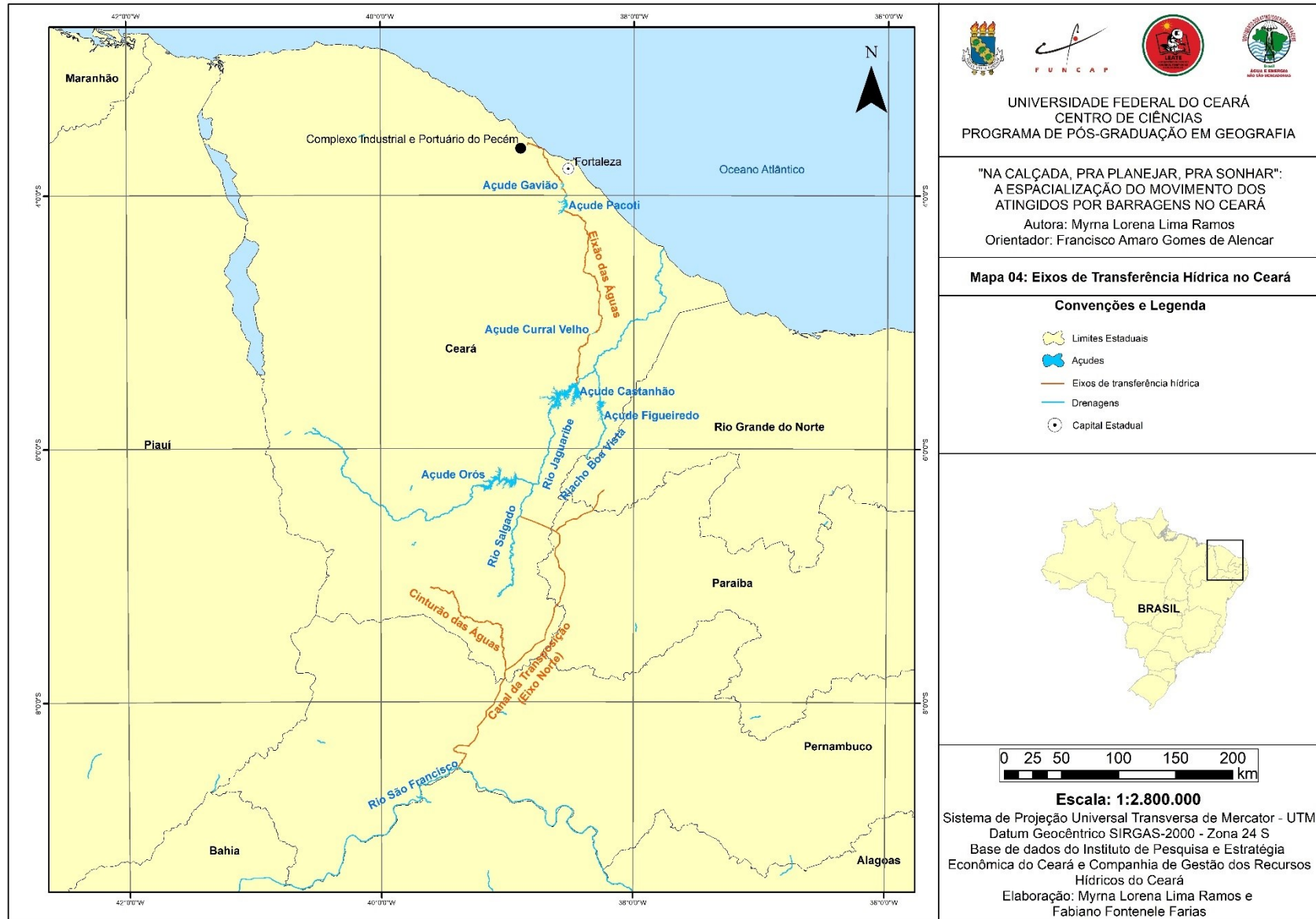
Assim, inclusive as pessoas que não são atingidas diretamente pelas águas represadas de uma barragem são também consideradas atingidas. Na proposta do MAB, a região compreende não só a área circunscrita pelo lago, mas especialmente as áreas onde estão os sujeitos que direta ou indiretamente, sofrem as consequências da implementação da barragem e da lógica que embasa sua construção. Neste caso, “a região, a despeito de todas as adjetivações que a acompanham e perseguem, é antes de qualquer coisa uma construção social que atende interesses políticos precisos” (LIMONAD, 2015, p. 57).

As regiões de atuação do Movimento no Ceará encontram-se em alguns pontos estratégicos do Estado, que se interligam às transformações no que diz respeito à infraestrutura hídrica cearense nas décadas de 1980 e 1990. Essas transformações não são apenas de caráter espacial, mas também jurídicas e institucionais.

Conforme já apontado no decorrer do trabalho, uma das especificidades do surgimento do MAB no Ceará é o fato de que, no Estado, a barragem que engendrou

a contradição a partir da qual o movimento se organizou não se destinava à produção de energia hidrelétrica, como em boa parte das experiências organizativas do MAB no Brasil, mas sim ao armazenamento de água majoritariamente para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), ao hidro-agronegócio localizado na Chapada do Apodi, e, de maneira secundária ao abastecimento urbano da Região Metropolitana de Fortaleza. O Castanhão interliga-se ao CIPP e à Região Metropolitana de Fortaleza por meio do Eixão das Águas, um eixo de transferência hídrica composto por um conjunto de canais, adutoras, tuneis e sifões formado por cinco trechos. O último deles foi inaugurado em março de 2014.

O Castanhão recebe também as águas do Rio São Francisco por meio do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). O Eixo Norte tem como objetivo, de acordo com Monte (2005), levar água do Rio São Francisco até as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Piranhas-Açu (PB-RN) e Apodi (RN). Do Rio Salgado, afluente do Rio Jaguaribe, as águas seguem em direção ao Castanhão. O Mapa 4 sistematiza as informações citadas.



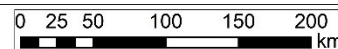
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

"NA CALÇADA, PRA PLANEJAR, PRA SONHAR":
A ESPACIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS NO CEARÁ
Autora: Myrna Lorena Lima Ramos
Orientador: Francisco Amaro Gomes de Alencar

Mapa 04: Eixos de Transferência Hídrica no Ceará

Convenções e Legenda

- Limites Estaduais
- Açudes
- Eixos de transferência hídrica
- Drenagens
- Capital Estadual



Escala: 1:2.800.000
Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
Datum Geocêntrico SIRGAS-2000 - Zona 24 S
Base de dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia
Econômica do Ceará e Companhia de Gestão dos Recursos
Hídricos do Ceará
Elaboração: Myrna Lorena Lima Ramos e
Fabiano Fontenele Farias

O MAB tem, no Ceará, seis regiões prioritárias para atuação: Vale do Jaguaribe, Sul Cearense (Cariri), Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)³¹, Litoral Leste, Fortaleza e Maciço de Baturité. Três destas regiões, Vale do Jaguaribe, RMF e Cariri, estão diretamente ligadas aos objetos técnicos que compõem o mesmo sistema de objetos: a barragem do Castanhão, CIPP e o Eixo Norte da Transposição do Rio São Francisco. O Mapa 5 mostra a distribuição das regiões prioritárias para atuação do MAB no Ceará, bem como os municípios, no interior de cada região, onde o MAB conseguiu construir relações com algum grupo.

A região do Vale do Jaguaribe, onde o MAB iniciou sua história no Ceará, conta com 13 municípios prioritários para atuação. Destes, o MAB atuou em 5: Jaguaribara e Jaguaretama, atingidos pelo Castanhão; Alto Santo, atingido simultaneamente pelo Castanhão e pelo Açude Figueiredo; e os municípios de Potiretama e Iracema, atingidos pelo Açude Figueiredo.

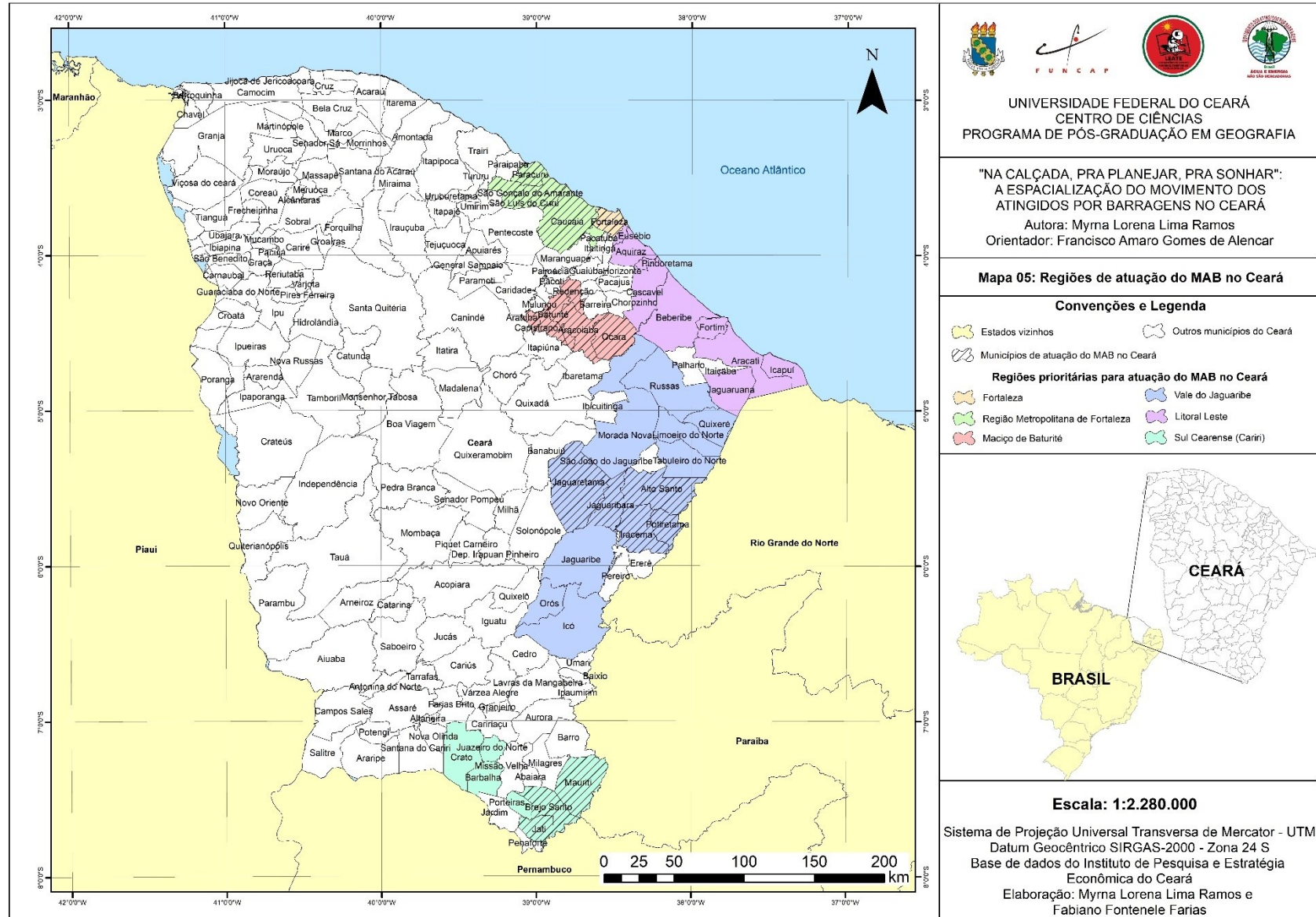
No Sul Cearense, há 7 municípios prioritários para atuação. Destes, em 3 já houve atuação do MAB: Brejo Santo, Mauriti e Jati. Brejo Santo e Jati são atingidos por duas obras ligadas ao PISF: O Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco e o Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Mauriti é atingido pelo Eixo Norte da transposição.

Na RMF, houve atuação em 3 dos 4 municípios que compõem a região: Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Paracuru. Caucaia e São Gonçalo do Amarante são atingidos pelo CIPP.

O Maciço de Baturité é uma região em que houve atuação em todos os 6 municípios propostos: Aracoiaíba, Aratuba, Baturité, Capistrano, Ocara e Redenção. Da mesma forma, a região de Fortaleza, composta apenas pelo município de Fortaleza, também teve atuação do MAB.

Já no Litoral Leste, é possível perceber a partir do Mapa 5 que em nenhum dos municípios prioritários houve atuação do Movimento. Isso se dá, de acordo com um dos integrantes da Coordenação Estadual do MAB, por conta, principalmente das condições históricas atravessadas nos últimos 3 anos, a exemplo da pandemia, que atrasou o cronograma de estudos políticos por parte do Movimento sobre as condições de atuação na região.

³¹ De acordo com a divisão regional utilizada pelo MAB, a Região Metropolitana de Fortaleza não contempla o município de Fortaleza. A cidade compõe outra região de atuação, composta apenas por ela.



A partir das informações acima, é notória a utilização, por parte do MAB, de algumas nomenclaturas regionais iguais ou semelhantes às propostas pelo Estado quanto às regiões de planejamento. A proposição foi feita pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), que dividiu o Ceará em 14 regiões de planejamento, as quais são **Região de Planejamento do Cariri**; Região de Planejamento do Centro Sul; **Região de Planejamento da Grande Fortaleza**; **Região de Planejamento do Litoral Leste**; Região de Planejamento do Litoral Norte; Região de Planejamento do Litoral Oeste/Vale do Curu; **Região de Planejamento do Maciço de Baturité**; Região de Planejamento da Serra da Ibiapaba; Região de Planejamento do Sertão Central; Região de Planejamento do Sertão de Canindé; Região de Planejamento do Sertão de Sobral; Região de Planejamento do Sertão dos Crateús; Região de Planejamento do Sertão dos Inhamuns e **Região de Planejamento do Vale do Jaguaribe** (IPECE, 2015, negrito nosso).

Apesar das nomenclaturas estarem relacionadas, o propósito da utilização desta divisão regional não é o mesmo nos dois casos. As Regiões de Planejamento, a partir da ótica do seu proponente, o Estado do Ceará, têm sua criação justificada pela dinâmica do espaço causada por “intervenções relacionadas à atração de empresas, à ampliação de serviços públicos ou mesmo de infraestrutura” (IPECE, 2015, p. 2). Nesse sentido, embora seja necessário o conhecimento acerca das especificidades do espaço geográfico para implementação de políticas públicas, a regionalização do espaço nessa perspectiva compreende também a criação de condições para a produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias.

Desta forma, o Estado enquanto forma política do capitalismo, se coloca enquanto ente terceiro na relação entre as classes, pois só assim consegue garantir a reprodução do capital independente do grupo que governe aquela instância do Estado. E apesar disso, algumas instituições do Estado são mais incisivas na criação dessas condições. O posicionamento de Mascaró (2013) é categórico nesse sentido:

Há setores estruturalmente mais nevrálgicos à reprodução do capital, para os quais o espaço da política sempre se consolidou de modo proeminente, pois jungido à continuidade da valorização do valor. Os órgãos da administração pública de implantação da infraestrutura física para a produção e a locomoção da mercadoria no território – transportes, energia etc – tiveram primazia histórica em face dos órgãos de bem-estar social aos trabalhadores e despossuídos.

Em contrapartida, de acordo com Limonad (2015), existem diversas possibilidades de regionalização para um mesmo território, cada uma delas atendendo

a interesses que podem ser precisos e completamente distintos. “Há que se considerar, ainda, que as regionalizações podem emergir da análise e reflexão conforme se destaquem ou não determinados elementos e fatores.” (LIMONAD, 2015, p. 58). O MAB Ceará atua nas regiões por meio de reuniões em comunidades inseridas nos municípios prioritários de atuação para discutir a pauta coletiva dos grupos, da organização de espaços de luta e resistência para conquista de direitos, da implementação de projetos para melhora das condições de vida dos atingidos, de formações políticas sobre temas correlatos à estratégia do Movimento, entre outras ações ligadas a essa estratégia, que tem como objetivos principais a luta pelos direitos dos atingidos por barragens de diversas naturezas (geração de energia hidrelétrica, acúmulo de água, acúmulo de rejeitos de mineração, entre outros), a reivindicação e construção de um Projeto Energético Popular, e a luta pela transformação social rumo ao socialismo.

Figura 5 – Residência no Reassentamento Novo Alagamar



(Ramos, 2021)

Um dos espaços de socialização política construídos pelo MAB e que anualmente reúne atingidos de todas as regiões de atuação do Movimento no Ceará é a Jornada de Lutas do MAB. A Jornada ocorre todos os anos, no mês de março, em conformidade com o mês de aniversário do MAB no Brasil. As últimas duas edições presenciais da Jornada no Estado ocorreram em Fortaleza, em março de 2020 e em

março de 2022. Em 2020, a Jornada de Lutas do MAB no Ceará ocorreu por meio da ocupação do IDACE pelos atingidos, e culminou uma manifestação contra o preço da energia na sede da Enel Distribuição Ceará. Já em 2022, o MAB Ceará se reuniu no Ginásio Aécio de Borba, durante os dias 14 e 15 de março, tendo como principais eixos de discussão a luta por direitos e os altos preços da energia elétrica.

Figura 6 – Ato de rua em direção à Enel Distribuição Ceará – Jornada de Lutas do MAB 2020 (Fortaleza/CE)



(Ramos, 2020)

É com a delimitação e utilização das regiões de atuação que o MAB realiza, em um movimento contraditório e intencionalizado, parte de sua escrita no espaço. Nesse sentido, é importante visualizar o movimento como algo que, como o próprio nome já especifica, está se movimentando. A nomenclatura Região foi adotada em 2019 e diz respeito a uma reconfiguração da leitura que o MAB faz do espaço e dos grupos que compõem a organização. Assim, as transformações acontecem, influenciando e sendo influenciadas pelo movimento da realidade, que nunca atende o todo das expectativas dos sujeitos envolvidos, mas que no caso do MAB, mantêm presente uma característica: a de movimento socioespacial.

5. PARA NÃO CONCLUIR

Os movimentos sociais são sujeitos da transformação do espaço, tanto pela sua presença física enquanto coletivo de pessoas nas formas do espaço, utilizando as estruturas espacial para organizar suas ações, quanto por meio das reivindicações pela construção de um espaço condizente com obtenção de seus objetivos. No caso do MAB, os três eixos de ação, inclusive já citados no decorrer deste texto são a luta pelos direitos das populações atingidas por barragens, a implementação de um projeto energético popular que favoreça os interesses dos trabalhadores e não do capital internacional, e a luta pela conquista de uma sociedade socialista. O movimento social, enquanto sujeito componente e transformador do espaço, é dinâmico, e como a nomenclatura já deixa latente, está em constante movimento.

Portanto, não é possível afirmar que uma pesquisa que tem como sujeito um movimento social está finalizada. Este trabalho se propôs a debater algumas dimensões da atuação do MAB no Ceará, dimensões estas que não se esgotam nas palavras aqui escritas e que se relacionam com tantas outras dimensões do MAB, que também se movimentam. Afinal, a realidade é analisável pela ciência, mas não é restrita ao que é visto através de suas lentes.

O MAB foi analisado, nesta pesquisa, através da categoria Movimento Socioespacial. Nesse sentido, o MAB foi visualizado a partir do seu movimento de espacialização, que nacionalmente se iniciou na luta pelos direitos das populações atingidas pela construção de Usinas Hidrelétricas, principalmente durante o período da Ditadura Militar no Brasil, quando se intensificaram as obras de edificação destas usinas. Alguns anos mais tarde, na década de 1990, com o advento das privatizações empreendidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a interlocução passou a se dar com empresas privadas.

A espacialização do MAB no Brasil se deu concomitantemente às modificações na concepção de atingido por barragem. Conforme o movimento aprofundou sua análise acerca do setor elétrico e da intencionalidade da construção de barragens de diversas naturezas, diversas vezes ligadas ao fornecimento de condições para a reprodução do capital, se expandiu também a ideia sobre quem são os atingidos por estes empreendimentos. A concepção de atingido por barragem utilizada pelo MAB não engloba apenas aqueles que tiveram suas casas cobertas pela água dos lagos

artificiais, mas todos aqueles e aquelas que tiveram suas vidas afetadas pelo objeto técnico implementado.

A atuação do MAB se relaciona, então, com o surgimento de uma contradição no espaço, representada por objetos técnicos. O seio da contradição está no fato de que um objeto técnico com intencionalidade específica é um dos motores do surgimento de focos de resistência a estes empreendimentos, que em algumas experiências no caso brasileiro, se unificaram no MAB Nacional. O MAB se articula, então, de maneira escalar, nas instâncias nacional, estadual e regional, estando as regiões de atuação no interior dos Estados.

O local onde o MAB iniciou sua organização no Ceará foi a comunidade do Alagamar, deslocada para o Reassentamento Novo Alagamar. A comunidade era situada em Jaguaribara, um dos municípios atingidos pelo Castanhão. O reassentamento Novo Alagamar, hoje, se localiza no município de Jaguaratama, também atingido pela barragem. No Ceará, a barragem do Castanhão foi o objeto técnico a partir do qual parte da população atingida organizou sua resistência e se conectou ao MAB. O processo de nascimento do MAB no Ceará foi permeado por conflitos entre os atingidos, o Estado e a Igreja Católica, perceptivelmente no que tange às diferentes perspectivas sobre a organização popular e aos canais de reivindicação.

O MAB se organiza em seis regiões prioritárias para atuação no Ceará: Vale do Jaguaribe, Maciço de Baturité, Região Metropolitana de Fortaleza, Litoral Leste, Sul Cearense (Cariri) e Fortaleza. Sua espacialização foi condicionada, entre outros fatores, pela expansão do setor produtivo no Ceará e as correlatas obras de infraestrutura hídrica, que em interligação ao Castanhão, formam um sistema de objetos. O MAB orienta suas ações tomando como referência as regiões de atuação, cada uma estando relacionada a contradições implementadas no espaço, a exemplo do CIPP e dos objetos técnicos componentes da transposição do Rio São Francisco.

Por fim, uma das principais percepções no processo de escrita deste trabalho foi a importância de escutar o povo, sua experiência de luta, de resistência, de criação de vínculos e de reconstrução de modos de vida. Essas dimensões da vida dos sujeitos compõem a infrapolítica do movimento social, que dá uma das formas de sustentação à sua permanência. A fala dos atingidos pelo Castanhão é rica em

significados e saberes que só a escuta pode nos fazer acessar. Afinal, conforme dito por um dos moradores do Reassentamento Novo Alagamar:

A outra coisa que eu acho importante (...) é a importância da comunicação, a importância da fala, da oralidade, da sustentação oral nesses processos de organização do povo, a fala do povo (...) Para mim essa questão de... da argumentação da... da fala, da oralidade, da comunicação entre a gente e o governo, das discordâncias, a comunicação entre nós, tudo que acontecia todo mundo tava sabendo (...) então para mim isso é muito significado, que não pode ficar esquecido. (Carlos, morador do Reassentamento Novo Alagamar, 2021).

O desenvolvimento dos espaços de interação, comunicação, luta e resistência dos atingidos e atingidas pelo Castanhão foi um dos principais pilares do nascimento do MAB no Ceará. A oralidade do povo, o comunicar, o interagir com o outro e com as possibilidades para o futuro, dá prosseguimento à esperança, mas não à esperança que aguarda, quieta e passiva, aos ditames das condições do presente. Mas à esperança ativa, solidária e que objetiva modificar a realidade.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**: Dossiê Nordeste Seco, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 03-55, 01 ago. 1999.

ALVES, Marina Calisto. **A reconstrução da dinâmica socioprodutiva em comunidades rurais atingidas por barragens**: uma análise do reassentamento Novo Alagamar. 2019. 157 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019

AMARAL FILHO, J. do. **Capital Social, Cooperação e Alianças entre os Setores Público e Privado no Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2004.

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de Pesquisa em Geografia**. Guarapuava: Unicentro, 2015. 56 p.

ARAUJO, Christianne Evaristo de. **O Movimento dos Atingidos Por Barragens, a Questão Ambiental e a Participação Política**. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BENINCÁ, Dirceu. **Água e energia para a vida**: O Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (1991 - 2009). 2010. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo, 2010.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de Psicologia Social. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BRASIL. Constituição (1941). Decreto-Lei nº 3356, de 19 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Rio de Janeiro, 18 jul. 1941.

BRASIL. Constituição (2010). Decreto-Lei nº 7342, de 26 de outubro de 2010. Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. Brasília, out. 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 16 jun. 1970.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1503, de 25 de maio de 1995. Inclui empresas no Programa Nacional de Desestatização PND. Brasília, 25 maio 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. Cap. 4. p. 117-140.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007. 354 p.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens**. Brasília: CDDPH, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 285 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: Espaço e Território como categorias essenciais**. São Paulo, 2006.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado) - Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

FRENTE BRASIL POPULAR. **Congresso do povo brasileiro: cartilha para formadores**. 2018.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água: o conflito de itaipu**. Salvador: Edufba, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GONÇALVES JÚNIOR, Dorival. **Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas "Fontes" e o Controle dos Excedentes**. 2007. 434 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. 90 p.

LA VIA CAMPESINA. **La Via Campesina Members**. 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/List-of-members.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LA VIA CAMPESINA. **La Vía Campesina: La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo**. 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? *In*: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Cap. 4. p. 54-66.

MARANHO, Soniamara. **Estado e Capital no Brasil: uma análise do processo de privatização do setor elétrico (1995 - 2002)**. 2016. 114 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente Filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTE, Francisca Silvania de Sousa. **O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará: o caso da barragem do Castanhão**. 2005. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2002. Cap. 4. p. 72-108.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Afirmações políticas do 7º Encontro Nacional do MAB: Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular**. São Paulo: MAB, 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Cartilha do 8º Encontro Nacional do MAB: Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular.** Rio de Janeiro: MAB, 2017.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** São Paulo: MAB, 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **8º Encontro Nacional do MAB.** Disponível em: <https://mab.org.br/timeline/8o-encontro-nacional-do-mab/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Caderno de Formação: a Formação e o processo organizativo.** São Paulo: Escola Nacional de Formação do Mab, 2008.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Fundação do Movimento de Afectados por Represas - MAR.** 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/timeline/fundacao-do-mar-movimiento-de-afectados-por-represas/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Manual do Atingido.** São Paulo: MAB, 2005.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Nossa organização é nossa força:** Cadernos de Estudo para os Grupos de Base. São Paulo: MAB, 2011
NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 137 p.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro. *In: Aventura antropológica.* São Paulo: Paz e Terra, 1986.

PEDÓN, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Unesp, 2013.

PINHEIRO, Daniele de Carvalho. **Reestruturação do Setor Elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais:** o caso da usina hidrelétrica de cana brava, GO.. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA DE ÁGUA E ENERGIA. **Compromissos com o povo brasileiro para a Soberania Energética.** Brasil: POCAE, 2018.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e classes sociais.** Campinas: Unicamp, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SABOIA, Andrey Luna. **Água para quem?: os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará**. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, M. C. dos. **O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania**. *Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 113-140. 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 2014.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SCOTT, J. C. **A Dominação e as Artes da Resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SCOTT, J. C. “Formas cotidianas de resistência camponesa”. **Raízes**. Campina Grande: UFCG, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan/jun 2002.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS. **Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará**. Disponível em: <http://atlas.srh.ce.gov.br/infra-estrutura/acudes/index.php?status=1>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SOUSA FILHO, Francisco de Assis. Notas sobre o planejamento de recursos hídricos no Ceará. In: ALVES, Rodrigo Flecha Ferreira; CARVALHO, Giordiano Bruno Bontempo. (Org.). **Experiência de gestão em recursos hídricos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Agência Nacional de Águas, 2001.

TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a prática & Sobre a contradição**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

VAINER, Carlos B. *et al.* **O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes**. IPPUR/ UFRJ. p. 01-23. Julho/2003.

VAINER, Carlos B. O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho: uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 135-154, jul. 2003.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 88 p.

APÊNDICE A - ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA FOCALIZADA

Roteiro de entrevistas realizadas no Reassentamento Novo Alagamar (Jaguaretaman/CE)

QUESTÕES NORTEADORAS

- Fale um pouco sobre sua história;
- Como você chegou ao Velho Alagamar?
- Como foi o início da luta em defesa do povo de Jaguaribara na construção do Castanhão?
- Como ocorreu as lutas no período de construção do Castanhão?
- O que mais marcou você nessas lutas?
- Você participou da Associação dos Moradores de Jaguaribara?
- Você participou do Grupo Multiparticipativo do Castanhão?
- Como você conheceu o Movimento dos Atingidos por Barragens?
- Qual sua opinião sobre as lutas realizadas pelo MAB?
- Como sua vida foi atingida pela barragem?
- Houve envolvimento de sindicatos de trabalhadores rurais, partidos e universidades nas lutas dos atingidos pelo Castanhão?
- Qual a atual situação dos projetos de irrigação no Reassentamento Novo Alagamar?

**ANEXO A – DOCUMENTO DO ESTADO SOBRE O I CONGRESSO NACIONAL
DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS**

CONFIDENCIAL

02
002611^{1/2}

**ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS
POR BARRAGENS.**

O Movimento de Atingidos por Barragens, criado no início dos anos 80 – inicialmente nos Estados do Sul e mais tarde nas regiões Sudeste, Norte e Nordeste –, organizou-se, ao longo desses anos, em Comissões Regionais responsáveis por diversos confrontos com as empresas voltadas para a construção de hidrelétricas. Tais episódios foram motivados por desentendimentos acerca dos valores de indenizações a que as comunidades teriam direito ou sobre a localização dos reassentamentos a elas destinados.

Sob a influência de órgãos como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outros coordenados pela Igreja, o Movimento vem tentando criar uma entidade nacional representativa, com a finalidade de unificar e dar maior peso às suas reivindicações.

Com essa perspectiva, realizou-se, no período de 12 a 14 Mar 91, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, na sede da CONTAG, em BRASÍLIA/DF.

O evento, promovido pela Comissão Nacional Provisória do segmento, a qual tem sede em SÃO PAULO/SP, reuniu cerca de 150 pessoas, representando diversas organizações do País e uma norte-americana, além de cinco Deputados Federais, dos quais três são integrantes do Partido dos Trabalhadores – PT (Anexo).

Divididos em grupos, os presentes discutiram os problemas e dificuldades para a organização da entidade e as estratégias para a sua condução. Após esse feito, foram aprovadas as seguintes ações: lutar pelo estabelecimento de uma política contrária à construção de barragens; utilizar-se da questão ambiental com o propósito de dar maior relevo às suas solicitações; e criar coordenações regionais, permitindo o seu atrelamento a outros movimentos sociais atuantes nas respectivas áreas.

Pretendem, ainda, fazer alianças com agentes financiadores e entidades internacionais, bem como com outras representações de movimentos sindicais e populares. Nesse sentido, desejam se unir aos eletricitários na defesa da não privatização do setor elétrico, uma vez que acreditam ser, o Estado, mais flexível nas negociações.

Z1: S1M – C99.

W/FS1/00144/112/B1C/290491

CONFIDENCIAL

WJSCNSTUEUTOPNHVIBIND3079KRLC07:2AL01KD=D

CONFIDENCIAL

2/2

03

Ao final do evento, foi definida a realização de um novo encontro, ainda neste semestre, com vistas à criação da Comissão Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (CONTAB).

Com referência ao potencial de organização e capacidade de mobilização desse segmento, vale lembrar que na Região Sul a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) atua em toda a Bacia do Rio Uruguai/RS; na Região Sudeste, faz-se presente no Vale do Jequitinhonha/MG, Vale do Ribeira/SP e Vale do Rio Paraíba/RJ-MG; no Nordeste, cobre a Região do Vale do São Francisco; e, no Norte, encontra-se em toda a extensão da Bacia Amazônica.

Como forma de atuação, desenvolve desde passeatas, atos públicos e retiradas de marcos de sinalização, até a utilização de recursos judiciais, apelando com maior ênfase, na atualidade, para a legislação ambiental.

O Movimento já contabiliza alguns êxitos em suas mobilizações, como o cancelamento da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de CAPANEMA e a paralisação de investimentos nas UHE MACHADINHO e IRAÍ, todas no RIO GRANDE DO SUL. Em Jun 88, a CRAB, representada pelo seu Secretário-Geral, LUIS DALLA COSTA, participou do Seminário Mundial sobre Barragens, em SÃO FRANCISCO/EUA, dando início a campanha de protestos que resultou, na época, em suspensão de empréstimos provenientes do Banco Mundial para aplicações no setor elétrico nacional.

A iniciativa de consolidar-se em um organismo nacional permitirá que assuma uma posição de destaque no cenário dos Movimentos Populares e que venha a ampliar seu poder de pressão contra a política governamental para o setor elétrico.

Por outro lado, alerta-se para a possibilidade de que a entidade a ser criada venha a servir de canal de encaminhamento de reivindicações alheias ao Movimento e de massa de manobra para outras organizações.

..*

Z3: 112/B1C.

ANEXO: PARLAMENTARES E ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPARAM DO I CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

1/2

ANEXO

PARLAMENTARES E ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPARAM DO I CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS.

- JOSÉ CARLOS SABÓIA, Dep Fed PSB/MA;
- FÁBIO JOSÉ FELDMANN, Dep Fed PSDB/SP;
- RICARDO MORAES, Dep Fed PT/AM;
- PAULO ROCHA, Dep Fed PT/PA;
- PEDRO TONELLI, Dep Fed PT/PR;
- COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS (CNPTAB);
- COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS PELO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO XINGÓ (CRACOHX);
- COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO RIO IGUAÇU (CRABI);
- COMISSÃO DOS ATINGIDOS PELA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ (CAHTU);
- COMISSÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO TROMBETAS (CABT);
- COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DA AMAZÔNIA (CRABA);
- COMISSÃO DE DEFESA DO RIO UATUMË/AM;
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE JAGUARIBARA/CE;
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO (CPI/SP);
- CONSELHO INDIGENISTA DE RORAIMA (CIR);
- COMISSÃO PASTORAL URBANA DO RIO DE JANEIRO/RJ;
- COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB);
- CENTRO DE ESTUDOS DA PASTORAL DOS MIGRANTES (CEPAMI);
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI);
- IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DO BRASIL (IECLB);
- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI);

CONFIDENCIAL

05

CONFIDENCIAL

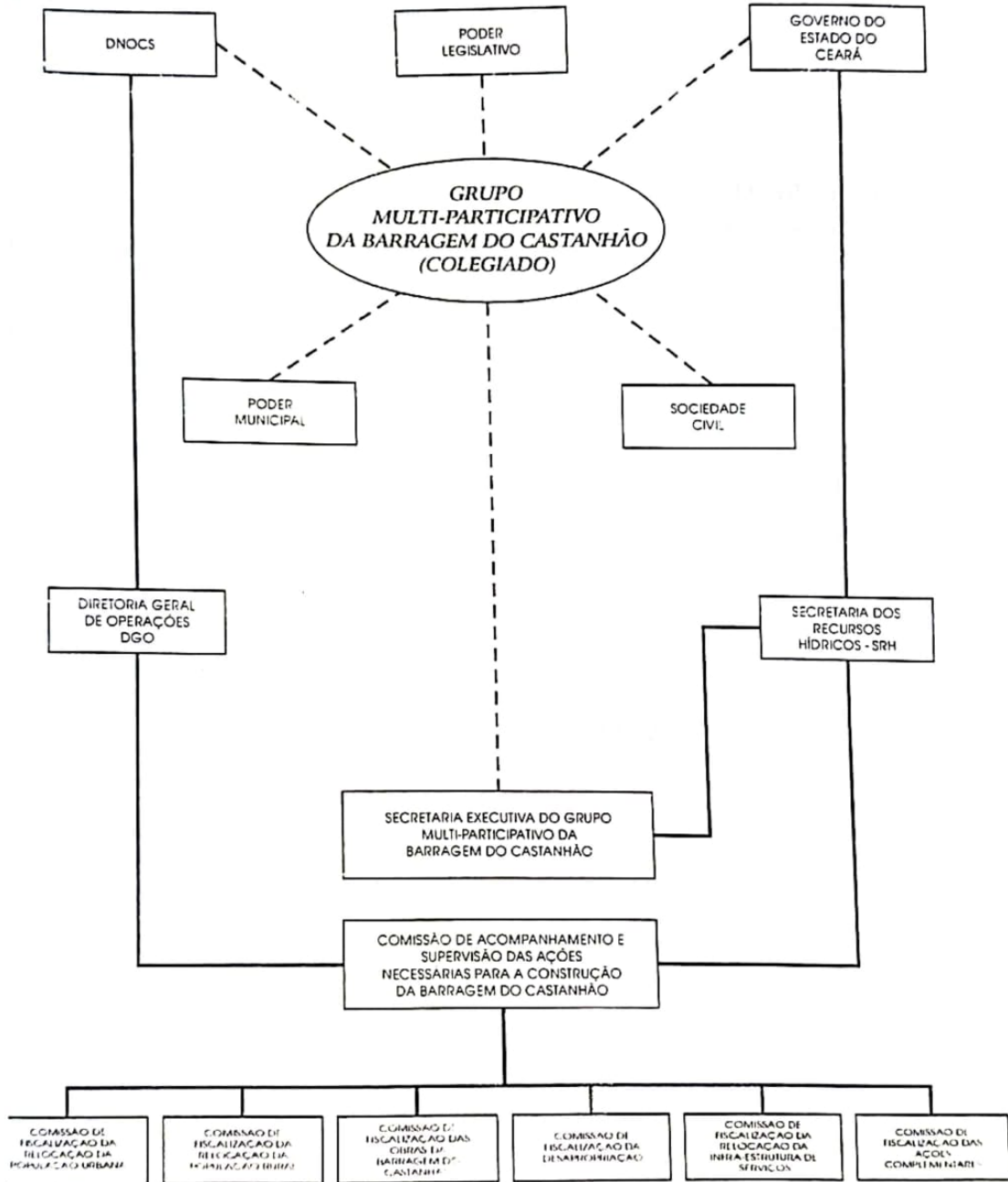
2/2

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST);
- MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (MNDH);
- ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ;
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG);
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FETAG/PE);
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO PARA (FETAG/PA);
- CAMPANHA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (CNRA);
- CENTRO DE APOIO AO MOVIMENTO POPULAR (CAMPO);
- CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (CNS);
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT);
- SECRETARIA AGRÁRIA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES;
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) - REGIONAIS;
- SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA;
- POLO SINDICAL DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO;
- INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE BRASÍLIA (INESC);
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (IPPUR/RJ); e
- UNIVERSIDADE DE OXFORD/EUA.

CONFIDENCIAL

ANEXO B – ESQUEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS E AÇÕES DA BARRAGEM CASTANHÃO

ESQUEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS E AÇÕES DA BARRAGEM CASTANHÃO



LEGENDA:

- - - - - Articulação e Deliberação
- Execução e Acompanhamento

ANEXO C – CRITÉRIOS PARA REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO CASTANHÃO

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Tal quadro reflete uma situação bastante incômoda para o Governo Federal, com respeito ao reassentamento das famílias, considerando os cronogramas de remoção das famílias e de conclusão das Obras da Barragem.

5.1. CRITÉRIOS PARA REASSENTAMENTO

- a) Estar interessado em ser apoiado pelo Governo do Estado pelas suas ações de reassentamento;
- b) Sua indenização ser inferior a R\$ 11.800,00;
- c) Ter morada habitual no imóvel;
- d) Não possuir outro imóvel com condições para dar continuidade ao seu trabalho;
- e) Não ser servidor público;
- f) Ser casado ou arrimo de família;
- g) Ter atividade principal na agricultura;
- h) Caso a atividade principal não seja agricultura, poderá ser reassentado desde que atenda as condições anteriores.